



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 035 - SÁBADO, 29 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1)
1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC)	4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES)
2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR)	Suplentes de Secretário
1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB)	1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)
2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)
	3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)
	4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS		
 Maioria (PMDB) - 19 Líder Valdir Raupp - PMDB Vice-Líder Líder do PMDB - 19 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 27 Líder Demóstenes Torres - DEM Vice-Líderes Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azeredo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Romeu Tuma Maria do Carmo Alves Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Epitácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi PDT - 5 Líder Jefferson Peres - PDT Vice-Líder Osmar Dias	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL Vice-Líder	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino João Pedro Gim Argello

1. Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 02.10.2007).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007).

EXPEDIENTE	
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MARÇO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Pareceres

Nºs 206 e 207, de 2008, das Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, respectivamente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a criação do “Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina”, e dá outras providências.*.....

7235

Nº 208, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências....*

7241

Nº 6/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

7245

Nº 7/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007.

7245

1.2.2 – Ofícios do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Nº 6/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

7245

Nº 7/2008, de 6 do corrente, comunicando a aprovação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007.

7245

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 55, de 2005 e 543, de 2007, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário.....

7245

Recebimento do Aviso nº 15, de 2008, da Areté Editorial S/A, comunicando a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.

7245

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 320 e 350, de 2005 e 406, de 2007.....

7245

1.2.4 – Ofício

Nº 37/2008, de 28 do corrente, do Senador Antonio Carlos Júnior, a respeito de ausência na

votação nominal do Congresso Nacional realizada na data de ontem.

7246

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Razões do descrédito do Congresso Nacional perante a opinião pública.

7246

SENADOR NEUTO DE CONTO – Importância do agronegócio no desenvolvimento da economia brasileira. Negociações entre produtores e governo para solucionar a questão do endividamento do setor agropecuário.....

7257

SENADOR PEDRO SIMON – Transcrição de matéria publicada, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, a respeito de dossiê contra a família FHC organizado dentro da Casa Civil da Presidência da República.....

7258

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Necessidade de fortalecimento do Poder Legislativo diante do intuito do presidente Lula de promover a desmoralização do Congresso Nacional. Defesa da criação do Ministério da Amazônia e do Ministério da Desburocratização.

7260

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa) – Leitura de documento em homenagem a Ulysses Guimarães, da autoria do Deputado Paes de Andrade, seu sucessor na Presidência da Câmara dos Deputados.

7264

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Cobranças de explicações da Ministra Dilma Rousseff com relação à montagem de dossiê sobre despesas com cartões corporativos durante o governo FHC.....

7264

SENADOR MÃO SANTA – Questionamento à aprovação popular do presidente Lula. Repúdio às ameaças dirigidas ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tendo como base um suposto dossiê contendo informações sobre gastos pessoais.....

7269

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Transcrição de matéria publicada no jornal **O Globo**, edição de hoje, intitulada “Mataram um estudante. Podia ser seu filho”. Suspeita de arrecadação de recursos pelo Bancoop destinados ao PT. Denúncia publicada hoje pelo jornal **Folha de S.Paulo**, sobre o dossiê organizado pela principal auxiliar da Ministra Dilma Rousseff envolvendo o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.....

7271

SENADOR ADELMIR SANTANA – Defesa do atual modelo de incremento de escolas técnicas e cursos profissionalizantes, o denominado Sistema S. Participação de S. Ex ^a nas comemorações de um ano de criação do partido Democratas, realizadas em Salvador-BA.....	7285
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 576, de 2008.	7287
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 53 ^a LEGISLATURA	
4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL	
12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)	
13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL	

Ata da 39^a Sessão não Deliberativa, em 28 de março de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência dos Srs. Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Adelmir Santana.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão de sexta-feira, 28 de março de 2008.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, coordenados pela Secretaria Executiva, competente e encantadora, Dr^a Cláudia Lyra.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES N°S 206 E 207, DE 2008

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do “Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina”, e dá outras providências.

PARECER N° 206, DE 2008

(da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Relator: Senador Augusto Botelho

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do “Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina”.

O projeto de lei institui que a data será comemorada anualmente em 30 de novembro. Estabelece, também, que Caberá ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e à comemoração do referido dia.

Em sua justificação, o autor alega que a iniciativa tem por objetivo dar forma e visibilidade a importância das relações bilaterais Brasil-Argentina.

O Senador Marcelo Crivella justifica a escolha do dia 30 de novembro por se tratar do dia em que se celebrou, em 1996, o primeiro ato internacional formal conducente à criação do Mercosul, a “Declaração de Iguaçu”, assinada por Brasil e Argentina.

Durante o prazo regimental não foram apresentadas emendas à proposição, que será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

II – Análise

Não se pode negar o mérito do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, na busca de enfatizar a im-

portância de preservar as boas relações com nossos vizinhos do sul. Entretanto, iniciativas que envolvem relações bilaterais de qualquer natureza não podem ser decididas sem o conhecimento e a concordância de ambas as partes. Nesse sentido, não haveria razoabilidade em instituir, de forma unilateral, o dia da amizade Brasil-Argentina sem que aquele país fosse previamente consultado e estivesse de acordo. Tal fato poderia, inclusive, gerar constrangimentos inesperados e desagradáveis.

Na verdade, ao tentar justificar o seu projeto de lei, o Senador Crivella acaba apontando a via adequada para a adoção da iniciativa por ele pretendida. Com efeito, o autor recorda o encontro, ocorrido em 16 de março de 2004, em que os presidentes do Brasil e da Argentina assinaram a “Ata de Copacabana”, na qual reconhecem, consensualmente, a conveniência e a oportunidade de instituir data para comemorar a amizade entre os dois países.

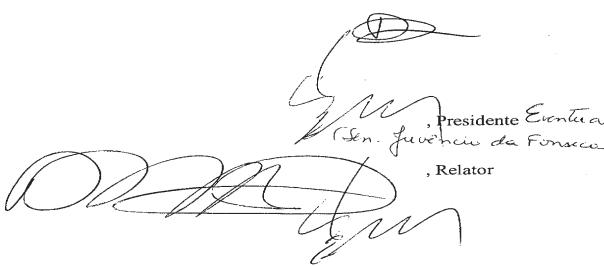
A propósito, é importante ressaltar que o reconhecimento das implicações das questões concernentes às relações bilaterais ou às relações internacionais de maneira geral levaram a Constituição Federal a determinar que compete privativamente ao Presidente da República manter relações com Estados estrangeiros (art. 84, inciso VII).

Além disso, cumpre salientar, por fim, que o art. 2º do projeto em exame, ao estabelecer obrigações para o Poder Executivo, viola os arts. 61, § 1º, II, e, e 84, VI, a, da Constituição Federal, que estabelecem como sendo de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a administração federal.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

Sala da Comissão, 6 dezembro de 2005.


 Presidente da Comissão
 Rel. Augusto Botelho
 Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 055/2005 NA REUNIÃO DE 06/11/2005
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:

Senador Juvêncio da Fonseca

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- CRISTOVAM BUARQUE
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
LEONEL PAVAN	8- SÉRGIO GUERRA
EDUARDO AZEREDO	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- JUVÊNCIO DA FONSECA

PMDB

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1- AMIR LANDO
ÍRIS DE ARAÚJO	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- (VAGO)
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
NEY SUASSUNA	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- (VAGO)
PAULO PAIM	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAZI	8- JOÃO RIBEIRO

PDT

AUGUSTO BOTELHO RELATOR:	1- (VAGO)
-----------------------------	-----------

PARECER N° 207, DE 2008
(Da Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional)

Relator; Senador **Pedro Simon**

I – Relatório

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do “Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina”.

A proposição pretende instituir a referida celebração anualmente no dia 30 de novembro e determina ao Poder Executivo a adoção de medidas destinadas à difusão e à comemoração do referido dia.

Em sua justificação, o autor alega que a iniciativa tem por objetivo dar forma e visibilidade a importância das relações bilaterais Brasil-Argentina.

A escolha do dia 30 de novembro pelo autor da proposição reporta à data em que se celebrou, em 1996, o primeiro ato internacional formal conducente à criação do Mercosul, a “Declaração de Iguazu”, assinada por Brasil e Argentina.

II – Análise

Há que se reconhecer o mérito do Projeto em análise, na busca de enfatizar a importância da parceria Brasil-Argentina, eixo essencial do Mercosul e da convivência harmoniosa no Cone Sul. A presente iniciativa,

como é reconhecida na própria justificação do Autor, já foi objeto de negociações diplomáticas entre os dois Governos, pendendo de decisão do Parlamento.

Com efeito, na Justificação há o registro do encontro, ocorrido em 16 de março de 2004, em que os presidentes do Brasil e da Argentina assinaram a “Ata de Copacabana”, na qual reconhecem, consensualmente, a conveniência e a oportunidade de instituir data para comemorar a amizade entre os dois países. Como essa negociação já foi estabelecida, inclusive no encontro entre os dois Presidentes da República, Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, em 30 de novembro de 2005, na cidade de Porto Iguazú, pra comemorar o 20º aniversário da Declaração de Iguazú e comemorar o Dia da Amizade Brasil-Argentina, consideramos plenamente oportuna a iniciativa parlamentar para consolidar esta data festiva.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008.


, Presidente


, Relator

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 55, DE 2005.ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>Eduardo Azeredo</i>	Senador Eduardo Azeredo
RELATOR:	<i>Pedro Simon</i>	Senador Pedro Simon
TITULARES		SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)		
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>		1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>		2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>		3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) <i>Mozarildo Cavalcanti</i>		4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)
JOÃO RIBEIRO (PR) <i>João Ribeiro</i>		5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
		6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB		
PEDRO SIMON <i>(Relator)</i>		1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA		2 - LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>		3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>W. Oliveira</i>
JARBAS VASCONCELOS <i>Jarbas Vasconcelos</i>		4 - GILVAN BORGES <i>G. Borges</i>
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>		5 - VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		
HERÁCLITO FORTES (DEM) <i>Heráclito Fortes</i>		1 - JOSÉ NERY (PSOL) <i>Heráclito</i>
MARCO MACIEL (DEM) <i>Marco Maciel</i>		2 - CÉSAR BORGES (PR) <i>C. Borges</i>
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) <i>Maria do Carmo Alves</i>		3 - KÁTIA ABREU (DEM) <i>Kátia Abreu</i>
ROMEU TUMA (PTB) <i>Romeu Tuma</i>		4 - ROSALBA CIARLINI (DEM) <i>Rosalba Ciarlini</i>
ARTHUR VIRGILIO (PSDB) <i>Arthur Virgílio</i>		5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB) <i>Flexa Ribeiro</i>
EDUARDO AZEREDO (PSDB) <i>Presidente eventual</i>		6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB) <i>João Tenório</i>		7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB) <i>Sérgio Guerra</i>
PTB		
FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>		1 - VAGO
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE <i>Crivella</i>		1 - JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE RELAÇÕES ESTEPIÓPEAS E DEBES A CONSELHO

LISTA DE VOTACIÓN NOMINAL

PROPOSIÇÃO: RLS N° 55 DE 2005.

TOTAL - {3} / SIM - {2} / NÃO - {—} / ABSTENÇÃO - {—} / AUTOR - {—} / PRESIDENTE - {—} /

SALA DA COMISSÃO, 6 / 3 / 2008

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Última gravação CRE 26/03/2008

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SUBSEÇÃO III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º – São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**SEÇÃO II
Das Atribuições do Presidente da República**

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I – nomear e exonerar os Ministros de Estado;

II – exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal;

III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

VII – manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

VIII – celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional;

IX – decretar o estado de defesa e o estado de sítio;

X – decretar e executar a intervenção federal;

XI – remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do País e solicitando as providências que julgar necessárias;

XII – conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei;

XIII – exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-gerais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 2-9-99)

XIV – nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei;

XV – nomear, observado o disposto no art. 73, os Ministros do Tribunal de Contas da União;

XVI – nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XVII – nomear membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII;

XVIII – convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional;

XIX – declarar guerra, no caso de agressão estrangeira, autorizado pelo Congresso Nacional ou referendado por ele, quando ocorrida no intervalo das sessões legislativas, e, nas mesmas condições, decretar, total ou parcialmente, a mobilização nacional;

XX – celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional;

XXI – conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXII – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

XXIII – enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstos nesta Constituição;

XXIV – prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior;

XXV – prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

XXVI – editar medidas provisórias com força de lei, nos termos do art. 62;

XXVII – exercer outras atribuições previstas nesta Constituição.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

.....

OF. N° 006/2008 – CRE

Brasília, 6 de março de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2005

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 6 de março do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências”.

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício.

PARECER N° 208, DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que altera a Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.

Relatora: Senadora Fátima Cleide

Relator ad hoc: Senador César Borges

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007, que altera a lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.

Acompanha a proposta, justificativa de seu prolator, da qual cabe destacar o seguinte:

Nossa lei de estrangeiros, do começo dos anos 1980, encontra-se defasada e incompatível com as modernas demandas da delicada área de admissão e de permanência de estrangeiros no território nacional.

O mundo mudou, seja pelo maior relacionamento entre as nações seja pela velocidade proporcionada pelas novas tecnologias de transporte, informação e comunicações. Assim, é necessário que a Lei do Estrangeiro também se renove.

A nova realidade global provoca nas pessoas que nela atuam diretamente a requisição de vistos mesmo sem data acertada para a viagem. Como consequência ocorrem situações onde o prazo de noventa dias se expira.

A alteração proposta acrescenta a oração “aplicando-se esta exigência somente a cidadãos de países onde seja verificada a limitação recíproca”, para evitar os constrangimentos, seja no embarque no exterior seja na chegada ao Brasil, por que passam viajantes de países onde não há exigência de uso do visto nos primeiros noventa dias de sua emissão.

E é bom lembrar que o Brasil, por justificadas razões de custo, não mantém consulados em número suficiente de cidades.

Cremos que, uma vez implantada a proposta legislativa que ora se formula, estaremos evoluindo para o patamar de Estados ciosos de seus direitos, que são, em última análise, os direitos de seus cidadãos e de mais jurisdicionados.

II – Análise

A Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil, não é, de fato, novidade, se atentarmos para a realidade internacional e para o **modus operandi** das políticas de admissão de estrangeiros em território nacional, ainda que transitória.

Todas as circunstâncias que dizem respeito à forma pela qual o estrangeiro é aceito decorrem de poder discricionário dos Estados nacionais. Na ausência de critérios objetivos, aptos a permitir exigibilidade de conduta diversa por parte de eventuais prejudicados, tem-se como assente ser a reciprocidade atitude bastante e suficiente para embasar decisões estatais.

Ademais disso, a reciprocidade é, em direito internacional público, elemento basilar, sem a qual as relações entre Estados soberanos se perderiam em incertezas e imprecisões maiores do que as atualmente verificadas.

Como aduz a justificativa da norma proposta e aqui em comento, o Brasil, de fato, se transforma celeremente em país de emigração, a modificar sua tradicional imagem de Nação de destino para imigrantes de todos os continentes. Passa-se a expatriar, devido às crises econômicas e à desigualdade social, número elevado de brasileiros, em busca de melhores condições de vida. Ademais, a lei brasileira de estrangeiros, do começo dos anos 1980 (Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980) está, comprehensivelmente, defasada da realidade internacional e das necessidades nacionais.

No que concerne ao tema específico das repercuções que poderiam decorrer da adoção da nova lei pelo Brasil, não nos parece ser a proposta passível de acarretar prejuízos políticos importantes. Respaldado pelo inenarguável critério da reciprocidade é, apenas, de se esperar que a mesma reciprocidade se aplique aos cidadãos brasileiros, o que não configura algo que possa gerar problemas maiores do que aqueles que já se verificam.

Como palavra final cumpre relembrar, como nos termos da própria justificativa que acompanha o projeto em comento, que não se trata de medida restritiva ou contrária a direitos de estrangeiros. Cuida-se, apenas, de trazer para a lei nacional o critério balizador de todas as relações internacionais, qual seja, o critério da reciprocidade. Trata-se, portanto, de proposta conveniente e oportuna aos interesses nacionais.

III – Voto

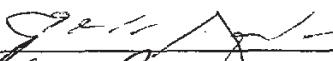
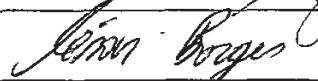
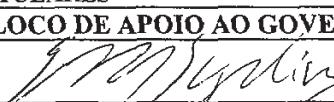
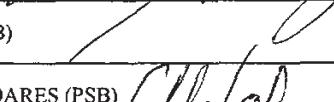
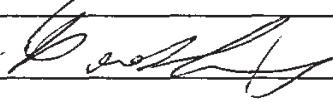
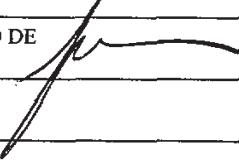
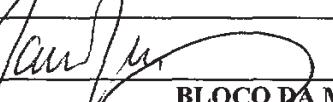
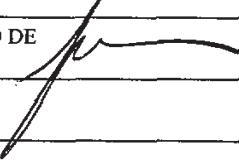
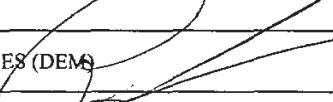
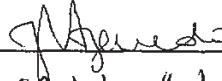
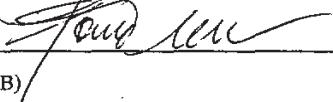
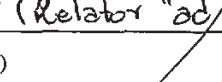
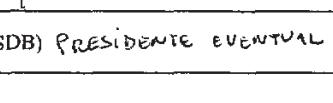
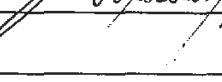
Por todo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 543, de 2007.

Sala da Comissão, 6 de março de 2008.

 , Presidente

 , Relatora
 SENADOR COSTE BORGES

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 543, DE 2007ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06/03/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	 Senador Eduardo Azeredo	
RELATOR:	 Senador César Borges "ad hoc"	
TITULARES	SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)		
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)	
MARCELO CRIVELLA (PRB) 	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)	
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)	
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB) 	4 - SERYS SLHESSARENKO (PT)	
JOÃO RIBEIRO (PR) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)	
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)	
PMDB		
PEDRO SIMON 	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA	
ALMEIDA LIMA 	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
JARBAS VASCONCELOS 	4 - GILVAN BORGES	
PAULO DUQUE 	5 - VAGO	
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)		
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	1 - JOSÉ NERY (PSOL)	
MARCO MACIEL (DEM) 	2 - CÉSAR BORGES (PR)	 <i>(Relator "ad hoc")</i>
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) 	3 - KÁTIA ABREU (DEM)	
ROMEU TUMA (PTB) 	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)	
ARTHUR VIRGILIO (PSDB) 	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB)	
EDUARDO AZEREDO (PSDB) PRESIDENTE EVENTUAL 	6 - VAGO	
JOÃO TENÓRIO (PSDB) 	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)	
PTB		
FERNANDO COLLOR 	1 - VAGO	
PDT		
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES	

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 543 DE 2007

TITULARES				SUPLENTES			
VOTO	SIM	NAO	AUTOR	VOTO	SIM	NAO	AUTOR
1. EDUARDO SUPlicy (PT)	X			1. INACIO ARRUDA (PC do B)	SIM		ABSTENÇÃO
2. MARCELO CRIVELLA (PRB)				2. ALOIZIO MERCADANTE (PT)			
3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	X			3. AUGUSTO BOTELHO (PT)			
4. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)				4. SERYS SLHESSARENKO (PT)			
5. JOÃO RIBEIRO (PR)				5. FÁTIMA CLEIDE (PT)			
				6. FRANCISCO DORNELLES (PP)			
PMDB							
VOTO	SIM	NAO	AUTOR	VOTO	SIM	NAO	AUTOR
1. PEDRO SIMON	X			1. GERALDINO MESQUITTA JUNIOR	SIM		ABSTENÇÃO
2. MÃO SANTA				2. LEONMAR QUINTANILHA			
3. ALMEIDA LIMA	X			3. WELLINGTON SALGADO	DE	X	
4. JARBAS VASCONCELOS				4. OLIVEIRA			
5. PAULO DUQUE	X			5. GILVAM BORGES			
				5. VAGO			
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)							
VOTO	SIM	NAO	AUTOR	VOTO	SIM	NAO	AUTOR
1. HERACLITO FORTES (DEM)	X			1. JOSE NERY (PSOL)	X		ABSTENÇÃO
2. MARCO MACIEL (DEM)				2. CÉSAR BORGES (PR)	X		
3. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				3. KATIA ABREU (DEM)			
4. ROMEU TUMA (PTB)	X			4. ROSALBA CIARLINI (DEM)			
5. ARTHUR VIRGILIO (PSDB)				5. FLEXA RIBEIRO (PSDB)	X		
6. EDUARDO AZEREDO (PSDB)				6. VAGO			
7. JOSÉ TENÓRIO (PSDB)				7. SÉRGIO GUERRA (PSDB)			
PUB							
VOTO	SIM	NAO	AUTOR	VOTO	SIM	NAO	AUTOR
1. FERNANDO COLLOR	X			1. VAGO			
				PDT			
2. CRISTOVAM Buarque				1. JEFERSON PERES	SIM	NAO	ABSTENÇÃO

TOTAL - 13 / SIM - 12 / NÃO - - / ABSTENÇÃO - - / AUTOR - - / PRESIDENTE - 4 /


Senador EDUARDO AZEREDO

Vice-Presidente no exercício da Presidência

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Última gravação CRE 26/03/2008

OF. N° 7/2008 – CRE

Brasília, 6 de março de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 6 de março do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que Altera a Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”.

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa Ofício que passo a ler:

São lidos os seguintes:

OF. N° 6/2008 – CRE

Brasília, 6 de março de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2005

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 6 de março do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado n° 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências”.

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício.

OF. N° 7/2008 – CRE

Brasília, 6 de março de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 6 de março do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal, aprovou em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado n° 543, de 2007, de autoria do Senador

Eduardo Azeredo, que “Altera a Lei n° 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências”

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Azeredo**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com referência aos ofícios que acabam de ser lidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado n°s 55, de 2005; e 543, de 2007, sejam apreciados pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu o Aviso n° 15, de 2008, da Areté Editorial S/A, comunicando, em cumprimento ao art. 3º, parágrafo único, da Lei n° 10.610, de 2002, a alteração de controle societário ocorrida na referida empresa jornalística.

À matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado n° 320, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que altera a Lei n° 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente e dá outras providências, para dar prioridade aos projetos que tenham sua área de atuação em municípios que possuam parte de suas áreas dentro dos parques nacionais ou de reservas indígenas;

– Projeto de Lei do Senado n° 350, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera o Estatuto da Cidade, de forma a incluir a elaboração de plano de circulação de veículos não-motorizados como item obrigatório do plano diretor; e

– Projeto de Lei do Senado n° 406, de 2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rolim de Moura, no Estado de Rondônia.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler:

É lido o seguinte:

OF. N.º 37/2008 – GSACJR

Brasília, 28 de março de 2008

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, comunico a Vossa Excelência que na data de ontem tive que me ausentar dos trabalhos da Casa para tratar assuntos político-partidários de natureza inadiável e, mesmo tendo registrado meu comparecimento no painel de votação do Plenário, deixei de participar da votação nominal do Congresso.

Na oportunidade, apresento-lhe meus protestos de estima e consideração.

Respeitosamente, – Senador **Antonio Carlos Junior**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há oradores inscritos. De acordo com a inscrição, está na frente, e é o primeiro mesmo, o Senador Pedro Simon.

O Senador Neuto de Conto já está incluído na lista.

Não digo que Pedro Simon é Senador do Rio Grande do Sul, do PMDB; ele é o Senador maior desta legislatura. Ele simboliza o “Sr. Virtudes”.

Não houve o “Sr. Diretas Já!”? V. Ex^a é o “Sr. Virtudes”, Senador Pedro Simon.

Um quadro vale por dez mil palavras. Então, este quadro, a presença de Pedro Simon nesta tribuna, significa dizer que há ainda homens de virtudes na política do Brasil.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente, e o faz imbuído de conhecimentos. Eu entendo Montesquieu, o arquiteto da democracia sonhada pelo povo, nas ruas, desesperançado, gritando: “Liberdade, igualdade, fraternidade”. Caíram todos os reis. Passaram-se cem anos para se chegar a esse grito do nosso Brasil. E Montesquieu, representando o direito e a inteligência, dividiu o poder absoluto. Os reis eram os deuses na terra. E entra um poder, toma o nosso. E o livro de Montesquieu, *O Espírito das Leis*, está acima de Regimento. Ele é que fez *O Espírito das Leis*.

Pela minha consciência e entendimento, ninguém jamais tem o direito de cercear e diminuir a palavra de Pedro Simon, que é a verdade, a fortaleza da democracia e a esperança do nosso Brasil.

V. Ex^a use o tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a gentileza de V. Ex^a, mas, na verdade, lá no Rio Grande do Sul, na TV Senado, a figura que tem destaque e é hora permanente, objeto da simpatia e do carinho dos gaúchos é V. Ex^a. Aliás, tenho o compromisso de levar V. Ex^a a Porto Alegre na reunião partidária. V. Ex^a haverá de ir comigo, tenho certeza.

Sr. Presidente, peço desculpa a V. Ex^a, aos companheiros e aos telespectadores, mas hoje pretendo fazer um desabafo. Estou machucado, sofrido. Passei por muitas crises. Eu venho de longe, Sr. Presidente. Eu venho lá do Dr. Getúlio Presidente, do suicídio em 54, do golpe de 64, da nossa luta fantástica para recuperar a democracia, do velho MDB, deste Congresso que resistiu extraordinariamente, páginas das mais notáveis na história do parlamento mundial. E vejo hoje os dias que estamos vivendo, Sr. Presidente.

Nunca me senti tão acabrunhado. Nunca me senti tão impotente. Nunca me senti numa situação tão melancólica como agora. E é nesse sentido, com muita humildade, que falo a esta Casa. Darei cópia deste pronunciamento a todos os Parlamentares e falo ao meu País.

Houve um tempo, Sr. Presidente, em que o verdadeiro homem público, aquele que dedicava a sua própria vida pela causa do seu povo se conhecia pela lapela. Um pequeno *boton* o identificava como alguém que abraçou a política como sacerdócio, a serviço da maioria, principalmente da maioria desvalida, a mais miserável, aquela para a qual ainda pouco resta além de um fiapo de vida. Um sacerdócio que é caminho, verdade e vida. O melhor caminho, a mais pura verdade, e a vida na sua mais plena dignidade.

Foi um tempo em que, entre muitos políticos e muitos sacerdotes, a diferença era quase sumamente na lapela e na batina. Mesmo assim, ainda que diferentes na estampa, o **boton** do político e o crucifixo do pastor identificavam causas comuns. Hoje, o **boton** se distanciou do crucifixo. É que o crucifixo manteve-se no mesmo caminho, na mesma verdade, na mesma vida. O **boton** tomou outros rumos, construiu as suas próprias verdades – e já não se fundamenta, como antes, na plenitude da vida.

O **boton** dos políticos, Presidente, deixou de ser motivo de ostentação, muitas vezes de respeito. Li, em diversas oportunidades, sobre caso de Parlamentares esconderem essa identificação do **boton** nos lugares de maior movimentação do povo. Sim. É vergonha esconderem o **boton** que o representam. De vergonha.

Triste ironia: o representante do povo esconder-se do povo. Tornar-se povo para não ser reconhecido como legítimo representante desse mesmo povo. Um na multidão, para que a multidão não o veja como um. Um na multidão, para que a multidão não o veja como um representante do povo.

Afinal, um o quê? Qual a impressão que tem a população brasileira sobre os seus representantes políticos nos dias atuais? Será que a população brasileira ainda nos vê hoje à sua imagem e semelhança, na medida em que somos os seus legítimos representantes?

É evidente que não. É que chegamos a uma situação, infelizmente, em que parte significativa da população escolhe seus representantes no Parlamento por mera obrigação legal, e não por convicção ideológica e firme. Votam e esquecem, quase que de imediato, em quem votaram. Votam e vêem tomar posse não aqueles escolhidos pela maioria, mas os que se beneficiaram dos subterfúgios das coligações e das alianças. Pior ainda: votam e vêem eleitos não aqueles melhores credenciados para a sua representação, mas aqueles produtos do **marketing** político. Percebem que quem ganha a eleição, na verdade, é o marqueteiro, que vende o candidato como se ele fosse um produto qualquer, como um sabonete, um sabão em pó ou uma pasta de dente - quem sabe, na concepção do eleitor, produtos que lhe são de melhor utilidade do que o político eleito.

É esse o quadro que se pode pintar da política brasileira hoje. Infelizmente e erroneamente, de forma generalizada, já que se observa que as pesquisas de opinião nos colocam no rodapé da legitimidade e da confiabilidade.

Na penúltima pesquisa de opinião, a credibilidade do Congresso brasileiro era 1%; na última, era 0,5%.

Eu fico imaginando, Presidente, o sentimento de um engenheiro civil que vê a sua obra ruir. De um médico, como V. Ex^a, que vê seu paciente morrer. De um ator do teatro que vê sua platéia completamente vazia. Pois esse é, ou deveria ser também, o sentimento do político que vê sua atuação rejeitada pelos eleitores. Pois o político, mais do que ninguém, deveria sentir-se como o engenheiro que vê sua obra fluir, o médico que vê seu paciente respirar a vida, o ator que vê sua platéia lotada, aplaudindo-o de pé.

Pois a platéia política anda vazia nos nossos dias, principalmente a do palco do Congresso Nacional. No público, em cada 100 cadeiras, 99 estão vazias. Apenas um em cada cem brasileiros nos aplaude. É esta a avaliação do Congresso Nacional: 1%, ou menos que isso, de aprovação! A obra ruiu, o paciente morreu, o ator sente vergonha de abrir as cortinas. O político

esconde o *boton*, não por falta de público; pior ainda: por medo dele.

Que culpa coletiva temos nós dessa falta de legitimidade e de confiabilidade do Congresso Nacional? Ou - quem sabe? - dos políticos de uma forma geral?

Para responder a essa pergunta, basta que se faça um corte na situação atual do Congresso Nacional, em particular do nosso Senado, tal e qual se congelássemos a cena para analisá-la. Ou talvez, melhor ainda para análise, as últimas cenas da nossa história política parlamentar.

Por quanto tempo a nossa pauta nesta Casa ficou sobrestada, paralisada por medida provisória? Por quanto tempo, desse tempo, ficamos hipnotizados, enquanto questões de interesse dos eleitores brasileiros foram impedidas de serem discutidas, votadas e colocadas em prática, em nome de relevâncias e de urgências duvidosas? Por quanto tempo, desse tempo, abdicamos do direito de legislar em nome de quem não foi eleito para fazer essas leis? Que não foi escolhido para se auto-investigar?

As medidas provisórias, Sr. Presidente, usurparam, há muito tempo, o nosso direito, o nosso dever de legislar. Feriu de morte o debate político. A obrigatoriedade da relevância e da urgência foi substituída pela subvertência, pela escandalosa superveniência, sim, dos interesses mais tristes da realidade brasileira.

A população vê um Congresso acocorado, sob ordens, legalizando, sem legitimar, propostas de gabinete, geradas por mentes pretensamente iluminadas, sob a invocação de um aval político que não lhes foi dado, porque quem de direito abre mão, numa espécie de timidez política suspeita, porque alimentada pela oferta de cargos, pela liberação de emendas e - quem sabe? - por outras razões menos confessáveis.

A população, Presidente, não vê mais, há muito tempo, pela janela da TV Senado, seus representantes no Senado Federal discutindo e votando as propostas legislativas do seu interesse. Ao mesmo tempo, ela vê, pela janela de suas casas ou de todas as outras TVs, a bala perdida, a fila dolorida e a lágrima desiludida. Vê a criança arrastada pela rua, ante o desespero impotente da mãe. Vê o pai debruçado sobre o corpo inerte do filho, entre os olhares pasmos da população. Vê doenças sociais que voltam, quando se pensava que elas tivessem ido para sempre; voltam ante o descaso, que não foi, nem voltou: ficou. Vê a dengue e a sensação dupla de impotência: a causada pelo torpor da doença e a produzida pela inércia da política.

A população é alvejada também por sucessivos escândalos praticados por seus representantes políticos, práticas condenáveis que lhe soam tal e qual uma verdadeira traição à confiança depositada nas urnas.

Quantas foram essas falcatrudas nesses últimos tempos? Que se pare a fita apenas nos últimos três ou quatro meses, perdão, nos últimos três ou quatro anos! Sangueugas, ambulâncias, mensalão. Isso sem contar o efeito contaminador de outros desvios, em outros poderes, em operações cujo nome quase minaram a criatividade dos agentes da Polícia Federal, por serem tantos e tantos diariamente se repetindo.

Isso sem contar que, por meses a fio, o Congresso Nacional, como se a tal cena parecesse congelada, permaneceu paralisado no assunto único da situação do seu próprio Presidente. Por fim, e para nos piorar, a ética ficou escondida numa votação secreta. Uma, não; duas! Que poderiam ser três ou quatro! Motivos não faltaram para outras tantas! Para a população, uma novela tétrica e repetitiva, que começou como romance, desenvolveu-se como comédia e terminou como tragédia. E que, na verdade, estava longe de uma ficção, por se tratar, de fato, de um documentário da vida privada, com fortes, e perversas, repercussões na vida pública.

A população percebe uma completa inversão de valores e de atitudes. Em outros tempos, via nas comissões parlamentares de inquérito uma oportunidade histórica de purgação de pecados na Administração Pública. Agora, ela assiste, na Comissão Parlamentar de Inquérito, à remissão desses mesmos pecados, sem confissão, nem purgatório. As CPIs se tornaram, na pior das situações, um cartório emissor de atestados de idoneidade, porque, pior do que não investigar é certificar a inocência sem investigação, como se fossem crimes perfeitos.

A população vê que as CPIs não são instaladas para investigar, mas para escamotear, sim, possíveis crimes, *a priori*. É uma pena, porque, naqueles mesmos outros tempos, foi durante as comissões parlamentares de inquérito que o Congresso viveu os seus momentos mais nobres, mesmo na época da ditadura, na época em que a liberdade não existia. Foram tempos em que as investigações não se iluminavam pelos holofotes, mas pela luz mesma dos fatos; isto é, não havia necessidade de holofotes para que fatos fossem expostos à luz pela verdade. Tais fatos fluíam da vontade política dos Parlamentares investigadores de buscar a verdade.

Hoje, como no caso das medidas provisórias, que nos usurpam o direito de legislar, as ordens na CPI emanam de fora para dentro, o que se pode e o que não se pode investigar, o tamanho do tapete e a quantidade da sujeira que se deve esconder sob ele. Estão aí as CPIs de hoje...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC)
– Senador Simon...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... CPIs de hoje, que patinam na falta de vontade política de investigar, se atolam nas orientações de fora para dentro, para que não se chegue a resultados que fujam do empate, de preferência sem gols.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Quando V. Ex^a se sentir confortável, gostaria de apartá-lo. Pode ser? (Pausa.) Senador Simon, o discurso de um parlamentar de sua envergadura no Congresso Nacional equivale a uma decisão do Supremo Tribunal. Isso é repetido todas as vezes em que uma decisão do Supremo Tribunal chama muita atenção. Nesse caso, nós dizemos sempre: “Decisão do Supremo não se discute; se cumpre”. Mas vou-me arvorar o direito e até a audácia de - quem sabe? - pedir a V. Ex^a que reverta esse sentimento tão negativo que o abateu hoje pela manhã. Olhe, com um milésimo de experiência que V. Ex^a tem, eu ainda enxergo uma luzinha no túnel, lá no final do túnel. Enquanto V. Ex^a falava, eu registrava aqui alguns pequenos movimentos ocorridos ultimamente, particularmente no Senado Federal, e que podem evidenciar uma ligeira mudança do quadro que vivemos. De fato, V. Ex^a tem razão: é como uma sentença do Supremo Tribunal: ninguém discute. A coisa está muito esgarçada, o processo de deterioração está muito próximo, mas devemos reagir contra ele. Eu creio que o Senado, de forma ainda tateante – se é que essa expressão existe –, vem reagindo aos poucos. V. Ex^a falava que está pasmo com relação ao que ocorre nas CPIs ultimamente. Senador Simon, cheguei à conclusão de que um dos papéis da CPI talvez seja também mostrar quem não quer investigar coisa nenhuma. É claro que o papel da CPI, primordialmente, é de investigar e levar às últimas consequências e a fundo o objeto dessa investigação. Mas talvez, Senador Simon, um dos papéis da CPI seja aquele que se está revelando hoje na CPI dos cartões corporativos, ou seja, a luta que ali se está travando está deixando às claras para a população brasileira que, de parte do Governo, não há nenhum propósito de se investigar nada. E, quando um quadro desses se instala, Senador Simon, creio que a população faz a sua própria investigação. Ou seja, percebe nítida e claramente que, se o governo não quer investigar, é porque tem o que esconder. E quando a gente tem o que esconder é porque, normalmente, o que tem que ser escondido é algo reprovável, por vezes até ignominioso. Agora veja: o que percebo, nesses últimos dias, nesses últimos tempos, no Senado Federal particularmente, é um movimento que se realizou na apreciação de vetos. Isso era uma piada no Congresso Nacional. Falava-se em apreciação de vetos, e as pessoas riam. Para que apreciar vetos? Ontem, apreciamos vetos. Foi uma coisa meio formal,

mas iniciamos um processo que estava no último escaño do Congresso Nacional: começamos a apreciar. A Mesa do Senado Federal houve por bem deliberar e introduzir o rodízio com a Oposição na relatoria de projetos de interesse do Governo, porque esses projetos eram sempre relatados por membros da bancada do Governo. Esse fato foi introduzido recentemente no Senado Federal. Acho que foi fruto de uma resistência, de uma luta política travada que está dando resultado e consequência. Um outro fato, Senador Simon, que me chama a atenção nos últimos momentos é esse movimento generalizado contra a edição, por vezes até debochada, de MPs pelo Governo Federal. Abro os jornais hoje e vejo matéria sobre o Deputado Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados – quem diria, Senador Simon, veja o que ele diz acerca da edição da última medida provisória pelo Governo: “Arlindo Chinaglia acusou o Governo Federal de plágio e chamou os funcionários do Palácio do Planalto encarregados de elaborar o texto de arrogantes, por enviarem ao Legislativo medida provisória com teor exatamente igual a um projeto de lei que tramita na Casa desde o segundo semestre do ano passado.” É o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, membro ilustre do PT, que está dizendo isso. Ou seja, hoje há um movimento generalizado tomando corpo, no Congresso Nacional e não apenas no Senado, no sentido de fazer com que, definitivamente, resolvamos a questão de medida provisória no Congresso Nacional. Cito para V. Ex^a mais um fato ocorrido recentemente no Senado que sinaliza, a meu ver, para uma retomada das coisas: a aprovação de requerimentos de informação a Ministros e à Presidência da República solicitados por membros da Oposição, que normalmente dormitavam nas gavetas da Mesa do Senado Federal. Esses requerimentos foram aprovados recentemente, nesta semana, e vão ser dirigidos a esses Ministros e ao Presidente da República para que prestem informações requeridas pela Oposição. Por fim, sinto que a Oposição nesta Casa, pela sua luta, pela sua resistência, obteve uma pequena vitória, porque aqui estivemos ameaçados de mordaça. O ex-Ministro José Dirceu queria amordaçar o Ministério Público, a imprensa. A base de sustentação do Governo nesta Casa houve por bem iniciar um movimento aqui, recentemente, de mordaça em relação à Oposição. Esse movimento recebeu uma resistência tão forte que sinto que houve certo refluxo nessa tentativa de mordaça da Oposição. Portanto, Senador Simon, relaciono aqui para V. Ex^a pontos e fatos que foram objeto de realização, nos últimos dias e nos últimos tempos nesta Casa, que me permitem pedir a V. Ex^a, com toda humildade, que repense...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...e reverta esse seu sentimento tão negativo com relação...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a gentileza.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...à nossa produção nesta Casa, porque eu creio que tempos melhores estão por vir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço muito a inteligente manifestação do nosso querido Senador Geraldo Mesquita, que é o Presidente e o Líder da Delegação brasileira. Muita gente não sabe, mas hoje a América já tem o seu Congresso, que é o Mercosul. E o Senador Geraldo Mesquita é o Líder da Bancada brasileira naquele Congresso.

Eu agradeço, porque V. Ex^a foi muito feliz e oportunista: no meio da aridez do meu pronunciamento, o aparte de V. Ex^a mostra que é importante que se veja isso. Eu até diria que V. Ex^a já fez o final do meu pronunciamento, mostrando, realmente, que há perspectiva, que há luz e que há esperança.

Eu agradeço muito a V. Ex^a.

Digo, porém, que se estabeleceu na CPI, assim como em qualquer outra atividade legislativa, uma espécie de clássico político, algo parecido como um Grenal, um Fla-Flu, ou qualquer outra disputa que envolva apenas dois lados: a favor e contra o Governo. Não importa se a questão em discussão é favorável, ou não, à população. Pior, nas investigações, tudo indica que os resultados passaram a ser definidos antes da campanha inicial, como se todos os clássicos tivessem que terminar empatados, em sonolentos zero a zero.

Na falta de um debate mais aprofundado das principais questões nacionais, a população também vê uma espécie de balbúrdia regimental na condução dos trabalhos do Congresso Nacional, sem que se atribuam maiores culpas a seus dirigentes maiores: questões de ordem que nada têm de ordem, monopólio da palavra, comunicações inadiáveis que são perfeitamente adiáveis, sessões que beiram o pugilato, gritos que não se sabem se são mais ou menos perniciosos que os sussurros, temas irrelevantes que são tratados como questões de alto interesse nacional, e assim por diante.

Toda essa situação, observada em tempo real pela população, tende a criar uma espécie de “caldo de cultura” contra a atuação do Congresso Nacional. Se essa situação permanecer, de nada adiantará um dia a nossa volta aos trilhos da normalidade regimental, porque a população já terá colocado em nossas lapelas outra marca, como que a identificar peças de descarte.

Fortalecerá, então, uma discussão já incipiente em algumas rodas de conversa: o Congresso é unicamente oneroso, desnecessário, como se não fosse, o que é, o pilar mais importante da democracia.

Nobre Senador Geraldo Mesquita, o que me traz a esta tribuna é a montanha de manifestações que tenho recebido do Brasil inteiro. Essas manifestações demonstram um pesar, uma mágoa, uma revolta, manifestações que eu não recebia na época da ditadura.

São manifestações de pessoas magoadas, machucadas, contra o Congresso Nacional, contra o Senado Federal. E isso me angustia. Para o Senado Federal, há uma agravante nessa discussão em torno da política brasileira: é que, conversa vai, conversa vem, volta à tona a discussão de um Congresso unicameral. "O Senado só atrapalha". Ainda mais quando os últimos acontecimentos que envolveram o Presidente desta Casa arrastaram, com veemência, esta Instituição ao que a população convencionou chamar de triste realidade.

O Presidente da República defende as medidas provisórias, dizendo que elas são absolutamente necessárias, que ele não pode viver sem elas, que ninguém pode viver sem elas; e, quando elas vão para a Câmara, depois para o Senado, e têm que voltar para a Câmara, isso atrapalha a medida provisória. Muita gente diz: "Então, por que não fecha o Senado? O Senado não resolve nada!"

Essa situação de fuga do equilíbrio já foi teorizada por alguém, que a chamou de "causação circular cumulativa". Numa tradução simples, é como se houvesse uma queda em um precipício. Não há volta, e sabe-se que, lá embaixo, o baque resulta na pior das seqüelas. Há um risco, portanto, para a própria democracia: o Parlamento permanecer, por muito mais tempo, fora das graças da população. Haverá, aí, um precipício político.

É preciso, portanto, retomar o equilíbrio que se configura na harmonia, mas, também e principalmente, na independência entre os Poderes. Enquanto houver esse vácuo na atividade legislativa, é evidente que outras instâncias de poder e de pressão ocuparão o espaço que a política deixou vazio.

As medidas provisórias são o exemplo mais que perfeito dessa ocupação de espaço vazio. É o Executivo legislando no lugar do Legislativo. Da mesma forma, o País assistiu a outras intromissões nos debates de questões de atribuição do Congresso, como no caso da fidelidade partidária. Transferiu-se para o Judiciário atribuição do Congresso Nacional. E a explicação para a sociedade foi a seguinte: "Fidelidade partidária, desde a Constituição de 1988; já que o Congresso não

quis se definir, o Judiciário se definiu". E nós tivemos que calar a boca.

Esse é o pior dos mundos para o Congresso Nacional, porque o tal caldo de cultura transfere para o Congresso todas as culpas. De todos os Poderes, principalmente do Executivo. Pela inércia e pela má conduta.

É o custo pelo fato de o Congresso Nacional se constituir na Casa mais democrática para o trabalho da Imprensa. Aqui, quase sempre, não há nem mesmo necessidade de agendamentos. A relação entre parlamentares e jornalistas é mais direta. Acontece que a concorrência entre os parlamentares é muito mais acirrada que entre os integrantes dos outros Poderes, principalmente quando são comuns as bases parlamentares. Daí, muitas vezes, o incentivo à denúncia, mesmo que com pouco fundamento, ou denúncia vazia. Não importa, qualquer informação a mais se soma ao conjunto, já bastante deteriorado na visão da opinião pública.

É por isso que a Imprensa tem também um papel importante no necessário resgate do Congresso Nacional, na construção da nossa democracia. É preciso fugir da armadilha da audiência, da cultura de que somente "dá ibope" o desvio de conduta, e nunca a boa notícia.

Volto às posições de dois dos maiores dramaturgos da televisão brasileira: Silvio de Abreu e Aguinaldo Silva. São observações bastante parecidas. Sintetizadas na palavra do segundo, autor da atual novela *Duas Caras*: "Nós que trabalhamos em televisão sabemos: bons sentimentos não dão audiência." Essa é a regra da televisão brasileira. Boas notícias, bons sentimentos, boas notícias, ser sério não dá audiência. Eu não acredito. Acho que a boa notícia também tem multiplicadores positivos. Mas a imprensa vai repercutir a boa notícia obviamente quando elas tomarem o trilho da freqüência.

O Congresso, no dito popular, está "dando pano para manga" para a propaganda, apenas, da má informação. Pouco legisla, nada fiscaliza. Pior: no caso do papel constitucional de fiscalizar os atos do Executivo, tem feito exatamente o contrário. Tem se colocado, inviavelmente, contra qualquer investigação sob possíveis desvios de conduta de integrantes daquele Poder.

É evidente que a melhor solução é trabalhar, imediatamente, naquelas questões que nos dilapidam a legitimidade do poder popular. Não podemos continuar no rodapé da confiança do povo. Não podemos continuar no rodapé da confiança popular. Para isso, não é necessário que se crie qualquer outro instrumento legal. Basta que se cumpram devidamente os que já existem.

Portanto, o primeiro passo, meu querido companheiro Geraldo, é o respeito aos devidos papéis constitucionais. Se há uma constatação de que as medidas provisórias, aquelas mesmas que estão sobrestando os nossos trabalhos, não se fundamentam nos princípios da relevância e urgência, é necessário que elas sejam, imediatamente, devolvidas ao Poder Executivo.

A esta altura, não temos que estar apelando, não temos que mudar a legislação. Fica tudo como está.

Por exemplo, a medida provisória criando a tevê pública é um absurdo, porque ela não tem urgência. Pelo contrário, a lógica das coisas de um projeto do significado da tevê pública é que fosse por projeto de lei. Sem urgência, seria debatido, analisado, estudado. Se o Congresso tivesse independência, não teria que apelar. "Devolva-se. Não é medida, não está de acordo. Devolva-se."

Metade das medidas provisórias está aí pela covardia do Congresso Nacional, porque não temos coragem de tomar posição, porque não temos coragem de dizer: "Isto não é medida provisória, não é relevante, não é urgente! Devolva-se".

V. Ex^a diz que o Sr. Chinaglia e o Presidente do Senado estão tendo uma nova visão. A nova visão é esta: se o Presidente da República prometeu não mandar medida provisória enquanto não se liberasse a questão, e mandou uma, devolvam-na, porque ela não é constitucional. Se há uma constatação evidente de que ela não cumpre o preceito constitucional, devolva-se, e mudamos todo o desenrolar desta Casa. Caso se devolva a primeira, se devolva a segunda, se devolva a terceira, o Presidente da República vai chamar os Líderes e os Presidentes da Casa para discutir uma fórmula.

O que está acontecendo agora é um escândalo. O Senador Fogaça, Relator, reuniu as dezenas de sugestões de reforma da apreciação das medidas provisórias e terminou aprovando o modelo que estava aí. Fui radicalmente contrário. A minha tese é uma só: vem uma medida provisória, que, se aprovada, é aprovada; se rejeitada, é rejeitada. Não há hipótese de ela ser repetida.

Trancar a pauta foi uma atitude do Governo para nos obrigar a votar a medida provisória. Então, trancaram a pauta. Agora, querem tirar o trancamento da pauta. É a mesma história do sofá na sala: se pegou no flagrante, fica com a mulher e tira o sofá. Retirar o trancamento da pauta é para que elas continuem existindo, na maioria das vezes, e sigam adiante. Acho isso um escândalo. Se o Congresso Nacional terminar com o trancamento da pauta sem a votação, com seriedade, das medidas provisórias, considero um escândalo.

Uma medida provisória determinou que o Presidente do Banco Central passasse a ser Ministro de Estado – aliás, caso único no mundo. Caso único no mundo! Há o Ministro da Fazenda e outros, mas Presidente do Banco Central é outra atividade. Fala-se inclusive na independência, na autonomia do Banco Central. Ao revés de tudo isso, o Presidente do Banco Central é Ministro de Estado. Vi nos jornais as análises feitas em reuniões de Presidentes de Bancos Centrais do mundo inteiro e de Nova York, quando disseram: "Agora, vai falar o Presidente do Banco Central do Brasil." Alguém retrucou: "Perdão. Vai falar o Ministro-Presidente do Banco Central do Brasil." Foi uma gargalhada geral.

Que sejam resgatados os instrumentos legais que caíram em descrédito pelo mau uso feito, pelo uso contrário. É o caso da CPI. Vale lembrar que o Congresso de outrora obteve o seu maior reconhecimento quando as comissões parlamentares de inquérito realmente cumpriram o seu papel. Foi o caso do "Impeachment", dos "Anões do Orçamento" e tantos outros.

A população, muitas vezes, entende mal a CPI e diz que ela dá em pizza. Agora vai dar, mas não dava. É que o telespectador imagina que a conclusão de uma CPI deve ser um Deputado ir para a cadeia, fulano fazer isso ou aquilo. Nós não temos essa autoridade. Nós podemos investigar. Se é Deputado, nós podemos cassar. Já cassamos. Se é Senador, nós podemos cassar. Já cassamos. Alguns se afastaram, renunciaram, saíram da Presidência para não ser cassados.

Agora, se é um ministro, se é um empresário, se é um empreiteiro, seja quem for, nós denunciamos e dizemos: "Ele é culpado!" Se é um governador, nós dizemos: "Ele é culpado!" E mandamos para o Procurador-Geral da República. E o Procurador-Geral da República toma as decisões. Manda para o Supremo e abre inquérito.

Isso era o que nós fazíamos. Hoje, não. Hoje o que se quer é arquivar aqui no Congresso a CPI, por falta de provas.

As CPIs têm que ser iluminadas pela luz dos fatos, e não dos holofotes, sob os quais se buscam apenas alguns segundos de celebreidade. Não podem se submeter a intromissões externas indevidas, quando o Congresso, de fato, abre mão do seu papel constitucional.

As comissões de investigação não podem continuar, sob pena de ainda maior descrédito, se é que isso é possível, a se constituir em instrumento de não-investigação, de distribuição indevida de atestados de idoneidade e, consequentemente, de cumplicidade nos atos que caracterizam desvio de conduta na Administração Pública. Esse procedimento pode ser a

verdadeira pá de cal na credibilidade do Parlamento. A imprensa mostra o fato, com todos os seus contornos. Ele é real. O Parlamento nega a sua existência ao vivo, pela TV Senado. Assim, não há credibilidade que se sustente!

É preciso que o Senado Federal estabeleça um ritual de procedimentos regimentais e de agenda mais transparente e pró-ativa. Depois de votar os vetos presidenciais e as medidas provisórias realmente relevantes e urgentes, que ainda abarrotam as nossas gavetas, há que se estabelecer agendas com pautas de votação por períodos determinados. Na semana, no mês, no tempo que permita o acompanhamento da imprensa e, consequentemente, da população. Se essa pauta não for cumprida, que se discuta e que se divulguem as razões. Assim, a população que nos elegeu para representá-la terá condições de avaliar o Parlamento pelo nosso trabalho, pelo nosso produto, pelo produto que ele gera, e não pela falta dele.

A Consultoria Legislativa do Senado, que reúne cérebros dos mais iluminados deste País, deve-se antecipar no aprofundamento de temas que certamente constarão da pauta das discussões deste plenário. Deve municiar os Senadores sobre todas as correntes de pensamento a respeito desses mesmos temas e as experiências comparadas de outros países.

Esse procedimento, também pró-ativo, deverá contribuir, em muito, com o nível dos debates deste novo Plenário. Os grandes temas, as grandes teses nacionais têm necessariamente que voltar à pauta das nossas discussões. Enquanto isso não acontecer, o debate permanecerá envolvendo, não raras vezes, questões menores, de interesse eminentemente local e de grupos específicos.

O Senado, pela importância do seu papel constitucional, não pode se constituir em uma Câmara de Vereadores de luxo, com o maior respeito às câmaras municipais. Esse não é o nosso papel. Não cabem aqui manifestações meramente panfletárias. Até mesmo no conteúdo do debate, o Senado exige certo nível de liturgia.

Temo, Presidente, a permanência da Instituição pilar da democracia no rodapé da credibilidade da população. Temo, sobretudo, a desilusão política de um povo, principalmente as gerações que hão de vir. Não foi para que se chegasse a esta situação de descrédito nas instituições democráticas do nosso País que se lutou tanto, que tantos perderam a vida, exatamente para resgatar o estado de direito. Na luta pela anistia. Na campanha pelas Diretas Já. No **impeachment**, por vias constitucionais, de um Presidente da República. Na ocupação das ruas pelos caras-pintadas, olhos

iluminados e iluminantes, holofotes, aí sim, legítimos, a nos mostrar os melhores caminhos.

Continuo temendo o desestímulo crescente da população em respeitar as leis, quando ela deixa de acreditar nas suas próprias instituições democráticas, o que gera o enfraquecimento das regras oficiais. É esse o cenário fértil para o chamado Estado paralelo, longe da legalidade, responsável direto pelas nossas mazelas nos dias atuais: o narcotráfico, a milícia, a segurança paralela, o mercado negro, a pirataria, a sonegação, a corrupção. É que, alimentado pela baixa legitimidade das instituições, o crime se multiplica.

Essa desilusão política campeia, e nós não podemos permanecer inertes a todos os sinais, por enquanto amarelos, que nos são transmitidos diretamente pelas ruas do Brasil inteiro, dando conta de que é preciso mudar, de que é necessária uma atitude.

O Parlamento não pode, também, ser o receptáculo de todos os enganos e desenganos, das ilusões perdidas e das desilusões descobertas, que também campeiam em outros poderes. Basta que o Parlamento cumpra o seu dever. Que chame para si as responsabilidades constitucionais que lhe são próprias. E as ponha em prática. Não podemos permanecer sob tutelas, nem mesmo se os pseudotutores se arvorarem da propaganda dos melhores propósitos e das melhores intenções. Cada passo em falso do Parlamento pode significar um perigo de queda para a democracia. Para o vazio do precipício político.

Pois não, Senador Neuto de Conto.

O Sr. Neuto de Conto (PMDB – SC) – Eminente Senador gaúcho Pedro Simon, V. Ex^a faz, na manhã de hoje, um pronunciamento trazido da vontade, do anseio da própria sociedade brasileira, que está a cobrar das nossas Casas Legislativas um posicionamento. E ninguém melhor do que V. Ex^a, pela sua história de vida, pelo seu passado de lutas, por ter vivido momentos históricos da nossa Pátria, para fazer tão importante manifestação e que, certamente, é o anseio da sociedade brasileira. Realmente, quanto às medidas provisórias, V. Ex^a tem toda a razão: muitos estão procurando uma forma de impedi-las, mas a lei, a Constituição é muito clara, temos de fazer o seu cumprimento. Estou muito preocupado, e vivo preocupado, com as CPIs. Não vejo, principalmente na dos cartões, por que não está o Tribunal de Contas da União, que é o nosso segmento assessor do Congresso Nacional, a trazer a esta Casa as suas auditorias. E, se encontraram problemas, que nos tragam a público, para que possamos, com ou sem CPI, verificar-lhos com profundidade, porque, senão, qual é a utilidade dos Tribunais de Contas, se não for investigar, auxiliar e trazer aos Parlamentos as informações seguras no cumprimento

de suas tarefas? Quero dizer ainda a V. Ex^a que existe esperança, existe fé. O País é muito grande, abençoado por Deus, que nos deu tudo. Mas precisamos, sim, ter uma pauta positiva. Ninguém melhor do que V. Ex^a para participar, ajudar e somar-se a ela, para que possamos atuar como fizemos no dia de ontem na Subcomissão da Reforma Tributária, onde, após um ano de debate, sob a Presidência do Senador Jereissati e com a Relatoria do Senador Francisco Dornelles, já se produziu um desenho muito mais avançado do que o que está na Câmara dos Deputados. Útil e bom aquele, mas, certamente, somando com este avanço, podemos dar ao futuro da nossa Pátria, deste desenho e desta forma, uma expectativa muito grande, que é a expectativa da sociedade. Uma agenda positiva com que possamos buscar caminhos e uma visão mais larga para aqueles que estão construindo, produzindo, desenvolvendo e, principalmente, fazendo crescer a nossa Pátria. Estão aí os números nas próprias arrecadações. E uma segunda, de que também não nos podemos furtar neste momento, que, numa agenda positiva possamos, sim, produzir uma legislação política eleitoral para que possamos, sim, dar aos tribunais a oportunidade de julgar, dar a oportunidade aos tribunais de definir, mas de uma lei já produzida por aqui, pela sua interpretação, e não pela sua decisão. Por isso, eu fico imensamente gratificado por estar aqui nesta manhã ouvindo V. Ex^a. Ver esse clamor que V. Ex^a traz, que é o clamor da sociedade. Nós temos de dizer ao Brasil que estamos aqui, sim, pensando no futuro, pensando em reformas e, principalmente, dando a certeza de que nossas gerações terão um Brasil melhor. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado, Senador Neuto De Conto. V. Ex^a tem um passado brilhante, de luta e de garra, representando nosso partido nas horas mais difíceis, aqui em Brasília e em Santa Catarina. Que bom que V. Ex^a pense assim! Que bom que o nosso querido Senador pelo Acre pense assim! Acho que é com pensamento positivo que nós faremos a nossa parte.

Eu apenas acrescento que há momentos na vida em que a gente tem de tomar algumas posições que sejam definitivamente marcantes. A medida provisória, no Brasil, foi uma desgraça. Elas vieram de uma maneira absolutamente irregular. O Brasil era para ter o sistema parlamentarista... Que bom se o tivesse! Na última hora, caiu o parlamentarismo e ficou a medida provisória. Eu repito: eu era Governador do Rio Grande do Sul e vinha a Brasília, Senador, para insistir em que a Comissão de Redação Final poderia tirar do texto a medida provisória, porque, se caiu o parlamentarismo, deveria cair a medida provisória.

Infelizmente, não aconteceu. Mas eu quero dizer, neste momento, neste momento: o Congresso, se tiver coragem, tem uma atitude para tomar. Sr. Presidente, os dois Presidentes vão ao Presidente da República e digam: "Sr. Presidente, tudo bem! O senhor apresente as medidas provisórias, mas queremos deixar a V. Ex^a algo muito claro: que estejam de acordo com o texto da Constituição. Se não estiver de acordo com o texto da Constituição, nós vamos devolver.

Se não estiver de acordo com o texto da Constituição, nós vamos devolver. Imediatamente, vamos devolver. Não precisa nomear comissão nem coisa nenhuma. Devolvo. E ela perde a validade.

Se o caso não é urgente, repito, a TV Pública é importante? É importante. É necessária? É necessária. Absolutamente, necessária? Sim, mas não por medida provisória.

A medida provisória foi um absurdo. Foi um escândalo. Mais da metade das medidas provisórias não podem ser apresentadas.

Nós temos medo de devolver. Se o Presidente, que, arrogantemente, está dizendo que nós não podemos governar sem medida provisória, ele e o PT que levaram os oito anos do Fernando Henrique, mais os dois do Collor e os dois anos do Itamar e os três anos do Sarney dizendo que medida provisória era um escândalo, agora dizem que é absolutamente necessária.

Tudo bem, é absolutamente necessária, mas quando cumpre a Constituição. Não é medida provisória, não cumpre a Constituição, não é relevante, não é o caso que permite, não é urgente? Devolva. Essa é a primeira coisa que nós temos de fazer. A segunda... Por amor de Deus, o espetáculo da última reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, com relação aos cartões corporativos, foi realmente muito triste. Foi realmente muito triste. E o que se vê aí é uma coisa muito simples: eu terminava com a comissão.

Um grupo quer porque quer culpar o Governo e um grupo quer porque quer defender o Governo. Não é assim. Se é pra se fazer assim, não se cria medida provisória. No passado, a medida provisória... Claro que os representantes do Governo estão ali para tentar defender o Governo, e a Oposição estava ali pra combater o Governo.

Mas eu vi muitas vezes membro do Governo votarem para apurar, para condenar, contra o Governo, porque a consciência mandava. E vi muitas vezes homens da Oposição absolverem porque a consciência mandava. Se não dá para fazer isso, que se encerre. Encerrem. Mal das lideranças, Sr. Presidente.

A informação que tenho é a de que, lá na Câmara, mandaram os mais fanáticos, os mais apaixo-

nados. E diz a imprensa mais ainda: que mandaram aqueles que não são candidatos a coisa alguma e que podem fazer o que quiserem, porque não têm nenhum medo, nenhuma preocupação com a repercussão da imprensa.

Eu creio, Sr. Presidente, que alguma coisa precisa ser feita. O Presidente da República está em campanha. Ele não foi feliz lá em Pernambuco, quando, lançando o plano, no palanque, disse que a Oposição tire “o cavalo da chuva”, mas que ele vai eleger seu sucessor. Acho que ele tem o direito de dizer isso, é normal, mas não no palanque, onde ele está dizendo que a obra não é eleitoral, que está fazendo um plano de Governo.

Há dois momentos na vida. Quando ele está viajando, inaugurando o lançamento – e não é obra alguma, mas lançamento – de obras futuras, dizer: “Tire o cavalo da chuva, Oposição, porque vou eleger o meu sucessor”, não é o momento oportuno. Não é o momento oportuno, assim como quando ele diz: “Só eu que trabalho? O Congresso também tem de trabalhar”. Ele até tem razão. Não é que o Congresso tem de trabalhar, o Congresso trabalha, tem de trabalhar direito, tem de trabalhar certo, tem de produzir.

O Senador Geraldo terminou de mostrar uma manifestação do Presidente da Câmara muito positiva e muito enérgica. A imprensa publicou que, em uma reunião partidária, o Presidente do Senado também deu uma manifestação muito positiva e muito enérgica, mas não é hora de manifestação apenas. É hora de decisão.

Está provado que não vai haver alteração alguma. O Presidente declarou não aceitar nada que diminua uma vírgula nos poderes que tem nas medidas provisórias. Ele deixou claro. E o que estão falando em mudar é tirar o direito de trancar a pauta. Eu sou contra. Trancar a pauta foi colocado a favor do Governo para obrigar a se votar. Agora, os dois Presidentes – após sair a medida provisória que não cumpre a Constituição, que não é o caso previsto na Constituição ou que não é relevante ou não é urgente – devolvam a medida provisória. A primeira, a segunda, a terceira. O Presidente vai chamar para conversar para se chegar a um entendimento. Que bom que isso seja feito, Sr. Presidente.

Têm razão os companheiros Neuto de Conto e Geraldo Mesquita ao dizerem que nós não devemos nos dominar pelo pessimismo. Eu confesso que eu estou não no pessimismo. Minha idade é 78 anos, 55 anos de vida pública, 25 anos nesta Casa. Vejo que as coisas hoje são piores do que foram no passado. Eu tinha uma esperança imensa, meu bravo, ilustre e querido Presidente do MDB nas horas mais históricas

– vejo V. Ex^a com muito carinho e com muito afeto, companheiro Paes de Andrade –, em nosso momento do velho MDB, que teve um papel fantástico na história deste País.

Em um País que não tinha vida político-partidária, o MDB fez a sua parte: na hora de restabelecer a democracia, na hora de convocar a Constituinte, na hora das Diretas Já, na hora da anistia, na hora de terminar com a cultura da censura à imprensa, lá estava o MDB à frente do povo brasileiro. Lamentavelmente, meu querido Paes de Andrade, quando chegamos ao poder, as coisas não deram certo.

Eu tenho dito, muitas vezes, que o Tancredo não poderia ter morrido, que foi uma maldade conosco. E, morrendo, ficou o Dr. Sarney. Uma bela pessoa – digna, correta –, mas não era o homem para aquele momento. Aquele era o momento do Tancredo ou de alguém que defendesse as idéias dele. O Sarney fez a sua parte e merece respeito, sim, mas nós, do MDB, pagamos um preço muito caro. Chegamos ao Governo e terminamos. Hoje, somos um Partido na expectativa de ser o que deveríamos ser. Infelizmente, não há a coragem e a bravura de defender uma bandeira: estamos defendendo cargos. Defendemos cargos no Governo do Fernando Henrique Cardoso e estamos defendendo cargos agora no Governo do Lula. É uma pena, mas é uma realidade.

Aí, veio o PSDB – os “puros do MDB” –: homens extraordinários como o Covas, como o Richa, como o Montoro criaram um Partido, que parecia que seria o grande partido, a social democracia. Nunca um partido chegou tão rapidamente ao Governo. Chegaram lá. Oito anos.

É verdade que a social-democracia no mundo deu em nada: na Espanha, o Felipe González; na França, o Mitterrand; na Inglaterra, o Primeiro-Ministro, triste memória, trabalhista e no Brasil, um governo de centro-direita.

Mas a grande expectativa era o Lula. Sim, o Lula e o PT! Chegaram lá, e hoje é isso que está aí. Lamentavelmente a angústia do povo brasileiro continua. Não sei, às vezes penso que, se o Lula, porque há coisas altamente positivas no seu Governo, resolvesse de repente recuperar a sua bandeira da seriedade, da dignidade; se olhasse de repente pessoas como Frei Beto, como alguns nomes, bandeiras do velho PT, que se afastaram tranquilamente porque disseram que não se identificam porque isso que está aí não é o que sonhavam...

Mas o Governo diz: “Os números estão aí. Está crescendo”. Sim, estão aí, mas a China é o fenômeno fantástico deste mundo. É o regime da China que queremos? A Argentina cresce quase o dobro do Brasil. O

mundo está vivendo um momento aberto em que toda a América Latina está crescendo. Se o Lula recuperasse algumas de suas bandeiras, da dignidade, da seriedade, da honra, da decência; se ele colocasse a busca do bem comum; se não se entregasse tão facilmente à alegria das grandes manchetes... O perigo é esse!

O maior perigo que nós temos na humanidade é o aplauso generalizado. O jogador de futebol, o artista, o intelectual, se ele não está preparado, às vezes faz mal. E o Lula hoje está sendo endeusado. Aliás, não vamos nos esquecer, hoje estão aí os percentuais de credibilidade do Lula, muito altos, como os percentuais do Médici no milagre brasileiro eram muito alto. O Lula ainda não chegou lá. O Lula ainda não chegou em 80%. E o Médici ultrapassou 80%.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Oitenta e quatro por cento, o Garrastazu Médici.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Era a época do milagre brasileiro. E, no entanto, depois foi se ver, foi a obra de mais austeridade, de mais terror, de mais morte, de mais violência, de mais ditadura contra a imprensa que nós tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Até V. Ex^a esconde que ele é gaúcho não é?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É. Ele é gaúcho, mas aprendeu isso aqui lá no Rio de Janeiro e não no Rio Grande do Sul.

O Lula, eu às vezes penso, a gente repara que o pronunciamento dele, em primeiro lugar é muito melhor, mais competente; ele tem uma grande liderança; acho que o papel dele no mundo é altamente positivo; ele está debatendo, analisando, discutindo, mas ele está tendo uma certa vaidade. O deboche que ele faz a classe política, o deboche que ele faz a esta Casa, a ironia que ele faz... A última foi lá em Pernambuco. Olhou a platéia estava, e lá estava o ex-Deputado Cavalcanti, ex-Presidente da Câmara dos Deputados, afastado da Câmara dos Deputados, e ele disse: "Olha lá, Deputado Cavalcanti, a Oposição elegeu V. Ex^a para Presidente da Câmara dos Deputados, pensando que o senhor iria fazer oposição ao meu Governo. Como V. Ex^a não fez oposição ao meu Governo, injustamente, V. Ex^a foi cassado".

Veja como as coisas são impressionantes. Veja o vazio das coisas e como a cada momento as coisas se justificam.

Realmente o Lula tem como grandes amigos e grandes aliados pessoas que o PT tinha como grandes adversários no dia de ontem. A ética, a dignidade, a seriedade, a honorabilidade eram bandeiras do PT. E eu tinha, meu amigo Paes, uma inveja, uma inveja cristã, mas eu admirava, eu admirava, admirava aquela gente. E lá no Rio Grande do Sul, lá no início, eram

realmente filiados, eram pessoas que iam para a rua mal vestidos, iam para a rua em troca de nada. Hoje não. Hoje são todos funcionários com FG.

No tempo do Ibsen, Presidente da Câmara dos Deputados, ele levou muita dificuldade para conseguir um vôo direto às terças-feiras para ir às quintas-feiras para voltar, Brasília–Porto Alegre, para os deputados não precisarem parar duas horas no Paraná, uma vez por semana. Hoje, são três vôos diários Brasília–Porto Alegre, direto. Assim como Deputado e Senador vão e vêm semanalmente, é impressionante o número de funcionários públicos que vieram de lá e estão nos mais variados cargos aqui e que fazem a semana igual a dos deputados e senadores, de terça a quinta ou sexta-feira. Param aqui em hotéis, em apartamentos, sei lá o que, e voltam toda semana. Essa gente agora que realmente está fazendo a campanha. Uma campanha muito diferente, uma campanha com muito dinheiro.

Como dizia o Frei Beto – que magnífica figura a de Frei Beto – o porquê ter saído do cargo de Assessor direto do Presidente da República: "Vi que eu não adiantava nada."

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Pedro Simon, permita-me fugir à formalidade para saudar o nosso Presidente Paes de Andrade, que foi, talvez, o melhor Presidente, e do nosso Partido. Mas V. Ex^a também foi um extraordinário Presidente da Câmara Federal, e talvez um dos melhores Presidentes da República, pois assumiu várias. O que a imprensa acusa Paes de Andrade – atentai bem! Pensai! Meditai! –, por ele ter visitado a sua cidade, Mombaça, quando estava na Presidência. Feliz do homem que é acusado! Paes de Andrade visitou Mombaça, sua cidade natal. E eu responderia como Sêneca – ele não nasceu em Atenas nem Esparta – "Não é uma pequena cidade, é a minha cidade."

Então, eu quero conhecer Mombaça, amada pelo filho, que deu exemplo a cada um. V. Ex^a nos honra.

Mas eu queria participar, para dizer que só a minha passagem por esta Presidência a enalteceu ao franquear a palavra a S. Ex^as. Senador Pedro Simon, V. Ex^a vai ter o tempo que quiser, porque é a voz do povo, da verdade, daquele PMDB autêntico. Mas, queria dizer a V. Ex^a – atentai bem! – essa, talvez, seja a mais importante, não é pela quantidade é pela qualidade que nos representamos. E eu, orgulhoso, aqui representando bem Rui Barbosa, que está bem aqui.

Um quadro vale por 10 mil palavras. Pedro Simon foi belo aí. Aliás, Geraldo Mesquita, V. Ex^a é hoje o líder dos autênticos. Nós temos autênticos aqui, e quem os lidera é o Geraldo Mesquita. V. Ex^a, permita-me sugerir, deveria pegar esse discurso do Pedro Simon e encaminhá-lo a todos as Assembléias Legislativas,

às Câmaras de Vereadores, para que cada um dos membros do PMDB pudesse lê-lo. Está me ouvindo, Geraldo Mesquita, para cada membro do PMDB, nas Câmaras de Vereadores, pudesse lê-lo!

Mas eu queria contribuir. O Senador Pedro Simon falou nas nomeações. São 25 mil pessoas nomeadas por Sua Excelência, o Presidente da República. Bush, o “senhor guerra”, nomeou 4.500; na Inglaterra, o sucessor de Tony Blair só nomeou 160 pessoas; na França, Sarkozy, nomeou 350; na Alemanha, foram 600 pessoas; Luiz Inácio, nomeou 25 mil aloprados! Neuto de Conto, eu vou lhe fazer um convite: venha para os autênticos. Olha, eu estou com alguns *e-mails* aqui – tudo isso são *e-mails*. Talvez, hoje, eu seja um dos que mais recebem *e-mails* no Brasil, e não é só do Brasil, não, são de brasileiros espalhados pelo mundo afora. Ontem, fiquei sensibilizado com um piauiense, de uma família ilustre, que serviu também em Portugal, que é de Paranaguá, lá do sul do Piauí, hoje está nos Estados Unidos, que me enviou um *e-mail*. Então, dessas 25 mil nomeações, um DAS 6 corresponde a R\$10.448,00. Atentai bem! Um DAS 6, Geraldo Mesquita: os Governadores têm DAS 4, o Presidente da República, Luiz Inácio, tem DAS 6: R\$ 10.448,00.

É como diz a Bíblia: “Entraram pela porta larga”, a da malandragem, a da vadiagem, sem concurso. Tenho aqui um *e-mail*, de um General – atentai bem! –, apenas para complementar Geraldo Mesquita, eu não poderia deixar isso passar em branco, de um General-de-Brigada – há também General-de-Divisão e General-de-Exército; sei disso porque sou Oficial da Reserva, do CPOR do Ceará. Olha, um General-de-Brigada – ali está a Bandeira desta Pátria com os dizeres “Ordem e Progresso” – ganhar R\$4.765,00, enquanto que um aloprado, que entrou graciosamente, ganha R\$10.448,00!

Era essa a contribuição que queria dar com este *e-mail* desse oficial do Exército.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Apenas lembrar que, quando Paes de Andrade, no exercício da Presidência da República,...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, permita-me dizer o nome do General: Ronald Durand Lucente, que conta suas dificuldades, inclusive manda cópia do contra-cheque.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Foi o General quem mandou?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim. Foi o General Ronald Durand Lucente – ele é durão, mesmo!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um General mandou um *e-mail* para V. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim. Foi o General quem mandou, inclusive com cópia do contra-cheque. A televisão pode mostrá-lo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E ele se compara com os outros?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com as outras Forças. Eu que estou dando o valor do DAS 6, dos aloprados, privilegiados, que ganham R\$10.448,00. Atentai, bem, os que recebem o Bolsa-Família!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Apenas lembrar que quando o Presidente da Câmara, Paes de Andrade, no exercício da Presidência, foi a Mombaça, e a imprensa fez um espalhafato, ele fez uma afirmativa que eu nunca me esqueci, pela sua veracidade: de que era porque o nome da cidade dele era Mombaça. Se fosse Rui Barbosa, se fosse Joaquim Nabuco não teria acontecido nada. Era um preconceito, realmente, em relação ao nome da cidade, que invoca um dos movimentos mais importantes da vida do nosso povo. V. Ex^a fez o que deveria ter feito: foi à sua cidade, que, talvez, nunca mais tenha um Presidente da República. Eu o felicito. E vejo, na presença de V. Ex^a, a expectativa de que o nosso Partido volte a ter idéias e volte a ter princípios. Como lutávamos, quando não tínhamos chance alguma de chegar à Presidência da República! Nós poderíamos ter nos adaptado, e lançamos Ulysses anticandidato. Nós poderíamos ter nos adaptado, e lançamos o General Euler anticandidato. Por quê? Porque, com aquelas anticandidaturas, depois do Euler, elegemos Tancredo como Presidente, e derrubamos a ditadura. Não é fazendo o papel, um do lado de cá ou o outro do lado de lá, de quem dá mais, como está acontecendo agora num determinado Estado da maior importância, um dos grandes Estados deste País, onde todos os lados estão nos procurando para pegar um cargo secundário, e nós, ao invés de lutarmos pelo que é nosso, defendermos o que é nosso, vamos trocar: apoiaremos A ou B, indiferente para quem nos der mais.

Encerro, Sr. Presidente, apenas dizendo que, hoje, a luta é mais difícil do que ontem, porque, ontem, tínhamos um adversário: a ditadura.

Tínhamos um objetivo: a liberdade e a democracia. Hoje, não sabemos qual é o nosso adversário. Não se pode dizer que o Lula, o velho companheiro, o lutador, o homem do povo, seja adversário. A democracia? Não se pode dizer, porque ela existe, não há problema algum. Mas temos como adversário o torpor, a falta de fé, a falta de confiança e de credibilidade nas nossas instituições. E o objetivo é exatamente a retomada da seriedade, da honradez, da dignidade.

Que, ao lado de todos os desfalques, das brigas e das divergências, os políticos desta Casa saibam se unir em torno de um objetivo: que é o nosso povo e o nosso Brasil!

Obrigado pela tolerância de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, no momento em que se batiza até a “mãe do PAC”, pediria permissão para batizá-lo de “pai da ética, da decência e da moralidade política”.

Convidado, para usar da palavra, por cessão do orador inscrito Senador Geraldo Mesquita Júnior, o companheiro do PMDB de Santa Catarina, Senador Neuto de Conto.

A exemplo do que fiz com o Senador Pedro Simon, o “pai da ética”, que o antecedeu, V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que entender conveniente.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes Senador Mão Santa, Srs e Srs. Senadores, desde 1993, os segmentos da agricultura do Brasil têm atuado permanentemente para negociação das dívidas que o setor tem com o Governo Federal, proposta que se aprofundou nos últimos tempos e principalmente nos últimos dias, em inúmeras reuniões, quer pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, da qual somos Presidente, quer pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados. Somando-se à participação, nos debates, das principais lideranças de todo o País, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, além da representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mantivemos reuniões com o Ministro da Fazenda e com o Ministro da Agricultura. Como resultado de todas essas audiências públicas, acabamos por oferecer uma proposta ao Governo para que se encontre uma solução para esse setor tão importante da vida nacional.

Sr. Presidente, o Governo, no último dia 25, nos recebeu também numa audiência pública, a Comissão da Câmara e a Comissão do Senado, para lá debatermos todas as fontes de financiamento, debatermos os 170 mil contratos mantidos com o setor produtivo primário e as fontes que os financiaram, inúmeras delas. Acabamos de receber uma proposta para que se analise mais profundamente e encontre um caminho.

É até surpreendente que o Governo, entendendo a grave crise que vive o setor, tenha oferecido também uma proposta. Na próxima segunda-feira, voltaremos a nos encontrar para, analisando ambas as propostas,

quer seja a do setor produtivo, quer seja a do Governo, chegarmos a uma solução definitiva.

No dia de ontem, oficiamos ao Ministro da Agricultura, como negociador, por meio da Comissão de Agricultura da Câmara, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado, da Frente Parlamentar da Agricultura, da Frente Parlamentar do Cooperativismo, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, da Organização das Cooperativas Brasileiras, oferecendo a proposta definitiva, que é a redução da taxa de juros com a determinação de taxas compatíveis com a rentabilidade do setor, de forma a possibilitar o fortalecimento econômico do produtor, conforme preceita a Lei nº 4.829.

Prazo de pagamento: é imprescindível estabelecer prazo de amortização de até dezessete anos, com juros ou com a cobrança de até 5% da produção bruta da propriedade. O saldo da dívida, quer esteja ou não *sub judice*, deverá poder ser financiado ou pago com os descontos previstos, respeitando-se o prazo de carência para as suas liquidações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, a agricultura brasileira, a agropecuária e o agronegócio, hoje, alimentam 180 milhões de brasileiros, alimentam 36% das exportações do Brasil, alimentam um terço do PIB nacional e tem alimentado, nos últimos cinco anos, todo o superávit da balança comercial. Mais de US\$200 bilhões foram vendidos – esse valor equivale ao superávit do Brasil –, portanto, mais do que as reservas brasileiras.

Esse segmento, em função das intempéries e do câmbio – no ano passado, um dólar correspondia a R\$3 e, hoje, estamos vendendo a um dólar que corresponde a R\$1,7 –, vem enfrentando dificuldades. A intempéria tem encolhido a safra, os preços não são suficientes para cobrir os custos, e a exportação, por causa do dólar baixo, também vem ocasionando desequilíbrios. Tudo isso está inviabilizando um importante segmento da nossa economia, principalmente das sete culturas maiores, que são o café, o cacau, a soja, o milho e o trigo. É preciso encontrar um caminho.

Com a inadimplência desses produtores, o que está acontecendo neste momento? O Serasa impede que os produtores voltem ao banco para pegar recursos para continuar a produzir. Aí, eles venderam a safra antecipada. Venderam a safra, no caso da soja, para poder plantar, a R\$20,00 a saca. Agora, na hora de vendê-la, está a R\$40,00. Ora, mas a safra já está vendida a R\$20,00, e o custo é R\$26,00! Consequentemente, se não tivermos competência, capacidade e principalmente discernimento para dar a esse setor a oportunidade de continuar a produzir e se desenvolver, certamente o País terá dificuldades.

O IBGE publicou, na última semana, dados relativos ao crescimento da produção de cereais: já estamos próximos a 140 milhões de toneladas nesta safra.

Uma segunda preocupação que também nos traz esse segmento, e que vem de forma muito forte, é que, se não tivermos condições de resolver o problema do financiamento e do refinanciamento, dando oportunidade para os produtores plantarem, teremos outras dificuldades.

Este País, eminente Senador Geraldo, ainda tem noventa milhões de hectares de terras para entrar na produção só no Centro-Oeste, no Nordeste e nos cerrados; este País tem trinta milhões de hectares de terras que poderão ser consorciadas com fazenda e produção; este País tem vinte milhões de hectares de terras degradadas, que poderão ser todas recuperadas. Com tudo isso, sem dúvida nenhuma, temos ótimas perspectivas para produzir. Essa visão positiva o mundo também tem do País, por seu clima, por seu solo, por sua terra, por suas águas, por sua tecnologia e pelo homem que trabalha a terra. Poderemos ser os maiores produtores do planeta de agrodiesel, da agro-energia, poderemos encontrar caminhos naturais para a renovação da energia.

Nos próximos dez anos, talvez 50% do PIB do País estarão sendo gerados pela terra e pelo homem, com a utilização de todo esse manancial extraordinário de competência que esta Pátria tem.

Gostaria de deixar isso registrado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para que o Governo se sensibilize. Não dê a conta não, renegocie formas para que se possa produzir e pagar e para que possamos, sim, trabalhar com afinco, com coragem e com discernimento para fazer com que o País tenha, nessa atividade, o grande celeiro de abastecimento não só para os brasileiros, mas para o mundo.

Muito obrigado pela oportunidade e pelo momento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Neuto de Conto, que reflete sobre o sacrifício dos que fazem agronegócio em nosso País, informo que V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Peço desculpas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a não pede, V. Ex^a merece os aplausos meu e do povo do Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas a V. Ex^a por fazer o longo pronunciamento que fiz. Lamentavelmente, não tive condições de ler a imprensa de hoje e li agora, no Noblat, que é um brilhante jornalista, uma crítica que ele fez a mim – e ela é correta: “O Senador Pedro Simon falou uma hora e meia e não falou sobre o assunto mais importante, que é a manchete do jornal **Folha de S.Paulo**”. E ela, realmente, é muito séria:

Braço direito de Dilma fez dossiê contra família FHC

Ordem para reunir dados sigilosos partiu de secretaria-executiva da Casa Civil.

Partiu da secretaria-executiva da Casa Civil, braço direito da Ministra Dilma Rousseff, a ordem para a organização de um dossiê com todas as despesas realizadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sua mulher Ruth e ministros da gestão tucana a partir de 1998. O banco de dados montado a pedido de Erenice Alves Guerra é paralelo ao Suprim, o sistema oficial de controle de despesas com suprimentos de fundos do governo.

O Governo nega tratar-se de um dossiê. A interlocutores Erenice se responsabiliza pela decisão de organizar processo das despesas de FHC, isentando a chefe de ter tornado a decisão. Ela é conhecida como “faz-tudo” de Dilma, sendo a funcionária mais próxima da ministra que Luiz Inácio Lula da Silva vê como presidenciável para 2010.

Quando o trabalho começou a ser feito, corriam as negociações no Congresso para investigar gastos com cartões corporativos do Presidente Lula. Por pressão de governistas, as investigações recuariam ao período de governo tucano. O banco de dados avançara sobre parte do material guardado no arquivo morto, num dos prédios anexos do Planalto.

Um dos relatórios produzidos na Casa Civil, a que a **Folha** teve acesso, mostra que os dados foram organizados de forma diversa do Suprim (Sistema de Controle de Suprimento de Fundos).

Segue uma longa matéria, Sr. Presidente, a qual peço a transcrição nos Anais do Senado Federal. Na verdade, é uma matéria muito grave e muito importante que a **Folha** publica. Espero uma resposta.

Com relação ao jornalista, mais uma vez eu peço desculpas. Fiz um pronunciamento, preparado com muita profundidade, e não li a **Folha** e não li a sua página. Agora eu a li e gostaria que esta matéria fosse adenda a meu pronunciamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do inciso I, §2º, art. 210, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S.PAULO

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO

SEXTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2008

ANO 88 • Nº 28.849

Braço direito de Dilma montou dossiê

EXCLUSIVO Erenice Guerra, secretária-executiva da Casa Civil, ordenou levantamento de gastos de FHC

A principal assessora de Dilma Rousseff (Casa Civil), Erenice Alves Guerra, montou o dossiê com gastos do ex-presidente FHC, relatam Leonardo Souza, Andreza Matais e Marta Salomon.

O dossiê, que inclui despesas da ex-primeira-dama Ruth Cardoso e de ministros de FHC, é paralelo ao sistema oficial de controle de gastos com suprimentos de fundos do governo.

No início da montagem, o Congresso negociava a apuração de gastos do presidente Lula com cartões corporativos. O governo pressionou para investigar também o período tucano.

Erenice admite a intermediadores ter sido dela a decisão de organizar a papelada.

Com 13 páginas, o documento, que o governo nega ser dossiê, registra em detalhes gastos da gestão FHC.

A ênfase é nas despesas de Ruth Cardoso e nas que envolvem bebidas e itens como lixas de unha e veludo alemão. Há desembolsos até com ingressos de cinema e jardim zoológico.

O Planalto avalia que a situação política de Dilma se agravou e que, para não correr o risco de cair, ela precisa dar uma resposta rápida, com a demissão dos envolvidos no caso. **Brasil**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Caro Noblat, eu faço a defesa de Pedro Simon.

Pedro Simon, o mais bonito de seu discurso foi aquele filosófico em que V. Ex^a disse que o parlamentar estava com vergonha de expor o botão. Então, ele deixava de representar todos e foi ser um na multidão. E todos olhavam para ele, e ele não era um.

Então, quero dizer que V. Ex^a, ô Pedro Simon, foi aquele que saltou e foi para o meio de todos, e todos na multidão viram que não era um. V. Ex^a é muito mais. Eu sou seu discípulo. Já estava anotado aqui: "Braço direito de Dilma fez dossiê contra família FHC". Trabalho da **Folha de S. Paulo**, feito pelo Leonardo Souza, Marta Salomon e Andreza Matais. Então, o seu discípulo já ia complementar.

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita, Senador pelo Estado do Acre e que lidera o PMDB autêntico hoje.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC)

Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, ilustre representante do grande Estado Piauí, que preside esta sessão nesta tradicional sexta-feira, antes de entrar nos temas que me trazem aqui, quero cumprimentar respeitosamente o Deputado e Ex-presidente da República Paes de Andrade, que nos visita nesta manhã. Saiba, Deputado, que sua visita é motivo de muita satisfação para todos nós. Ex-Presidente do PMDB, Deputado Paes de Andrade, estou aqui fazendo de coração e com muita alegria uma saudação a V. Ex^a pela sua presença hoje aqui, no Senado Federal.

Esta semana, fui alvo de um convite do Deputado Rodrigo Maia, do Senador Agripino, do Senador Heráclito Fortes, meu querido e grande amigo, para participar de um jantar de confraternização pela passagem de um ano do Democratas. Combinei com o Senador Mão Santa irmos juntos a esse jantar, marcado para as oito e trinta. O Senador Mão Santa, por compromissos assumidos e presidindo a Casa na sessão daquela quarta-feira passada, tentou me alcançar, mas eram mais de dez e meia da noite. Como durmo muito cedo, não compareci ao jantar.

Mas quero aqui, de público, festejar com meus companheiros do Senado, do Democratas, em especial o Senador José Agripino, Líder do Partido nesta Casa, e o Senador Heráclito, aqui presente, e desejar sucesso e muitas felicidades ao partido.

Sr. Presidente, esta manhã deve ser lembrada por muito tempo nesta Casa. Atentai bem, Senador Mão Santa. O discurso do nosso Líder, Senador Pedro Simon, foi longo, analítico e refletiu, de certa forma, a angústia desse bravo Parlamentar de tão longa folha de serviços prestado ao País. Atrevi-me, inclusive, a

fazer um aparte, mencionando questões que, a meu ver, poderiam fazer com que o Senador Pedro Simon refluísse na sua profunda decepção que o abate atualmente com relação ao conceito que o Congresso Nacional, segundo as pesquisas, tem hoje no seio da população brasileira.

Eu queria afirmar que, pelo respeito que tenho pelo Senador Pedro Simon, vou me alimentar da sua tristeza, da sua decepção, para retemperar o meu propósito, a minha perseverança no sentido de continuar lutando para que esta Casa, o Congresso Nacional, enfim, reencontre os seus melhores momentos e se reafirme perante a população brasileira como o marco decisivo da democracia e do poder popular no País.

Eu já disse, certa feita, desta tribuna, e volto a repetir: quanto ao que acontece hoje com o Senado Federal, com a Câmara dos Deputados, com o Congresso Nacional, enfim, que para alguns desce a ladeira do descrédito em relação à opinião pública brasileira, entendo que o nosso comportamento, de maneira em geral, por vezes contribui para isso. Mas há um fato que precisamos considerar e analisar. Sinto fortemente, Senador Mão Santa, que há um propósito deliberado, que há uma ação articulada no sentido de levar o Congresso Nacional à desmoralização. E não parte de dentro do Congresso Nacional. Parte de fora. Vem de fora essa ação.

É uma ação deliberada, articulada, planejada e vem sendo executada com muita precisão. A desmoralização do Congresso Nacional.

A quem interessa a desmoralização do Congresso Nacional hoje em dia, Senador Mão Santa? Interessa a quem hoje exerce – e com grande reconhecimento popular, diga-se de passagem – a chefia do Poder Executivo em nosso País. Interessa, sobretudo, a quem exerce a chefia do Poder Executivo em nosso País. É uma tentativa, que, por vezes, se mostra forte, mas que, aos poucos, vem encontrando uma resistência consistente dentro do Congresso Nacional.

Mencionei ao Senador Pedro Simon alguns fatos que vêm ocorrendo ultimamente, desde que o Presidente Garibaldi assumiu a Presidência desta Casa, fatos que nos retemperam e nos reanimam para que continuemos reagindo a essa tentativa solerte de se desmoralizar o Congresso Nacional.

Essa tentativa começou, Senador Mão Santa, com a instituição do mensalão. O que foi o mensalão, Senador Mão Santa? Vamos agora, passado tanto tempo, dissecar o mensalão. O que foi o mensalão?

Senador Mão Santa, sustentação política, maioria política e parlamentar, nós conseguimos no curso do processo político.

Uma eleição, outra eleição e mais outra, e é construída uma maioria e uma sustentação política nos parlamentos. Pois bem, Senador Mão Santa, o mensalão não foi nada mais nada menos do que a tentativa do PT de cortar caminho e construir essa maioria à custa de muito dinheiro. O mensalão foi exatamente isso. O PT tentou cortar caminho na construção de uma maioria parlamentar, que se consegue no processo político; tentou cortar caminho comprando essa maioria, e deu no que deu, e isso se refletiu fortemente nesse Congresso Nacional.

É por atitudes como essa que se tenta desmoralizar o Congresso Nacional. A desmoralização do Congresso se dá quando o Presidente da República, como bem lembrou o Senador Pedro Simon, remete para o Congresso Nacional uma mensagem tornando o Presidente do Banco Central em Ministro deste País – algo nunca visto, a coisa mais absurda que já vi passar por este Congresso Nacional –, na tentativa de blindá-lo. Isso repercutiu fortemente no Congresso Nacional, no processo de desmoralização do Congresso Nacional.

Por último, esse processo de tentativa de desmoralização do Congresso Nacional se perfaz, Senador Mão Santa, pela enxurrada de medidas provisórias. O Senador Simon lembrou mais uma vez: no momento em que o Congresso Nacional está convulsionado, discutindo a possibilidade de mudar as regras com relação à tramitação de medidas provisórias neste Congresso Nacional, o Presidente da República, quase que debochando do Congresso Nacional, na mesma oportunidade, na mesma ocasião, emite mais medida provisória, enviando-a para o Congresso Nacional, tornando mais caótico ainda esse quadro, medida provisória essa que recebeu o repúdio do próprio Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, membro ilustre do Partido do Presidente da República.

É com o mesmo tratamento debochado, arrogante, que beira a empáfia, a soberba, que alguém se dirige ao Presidente de outra Nação, como fez no palanque ultimamente o Presidente da República se dirigindo ao Presidente dos Estados Unidos: Bush, meu filho, resolva sua crise! Como se fala com um parceiro num botequim. Manda a Oposição tirar o cavalo da chuva. São coisas, Senador Simon, próprias de quando a gente está assim tomando uma biritinha num botequim, num boteco, conversando, sem maiores compromissos. A gente se dá ao desfrute, ao deleite, de trazer, na maior intimidade, uma figura como o Presidente de uma Nação: Bush, meu filho, resolva o seu problema!

Isso beira o deboche, Senador Simon. Portanto, é nesse clima que percebo, que sinto essa tentativa solerte de desmoralização do Congresso Nacional. Eu

falei a respeito do seu discurso. Seu discurso de hoje de manhã, Senador Simon, é comumente, pela autoridade que V. Ex^a tem neste Congresso, mal comparando ou bem comparando, no momento em que lhe aparteei, é como a sentença do Supremo Tribunal: a gente tem que ouvir, em silêncio, e, no seu caso, refletir muito.

Em homenagem a V. Ex^a, quero pegar a sua angústia, a sua decepção, a sua tristeza, e usar como combustível para retemperar a minha decisão de continuar na luta pelo resgate da dignidade deste Congresso, na luta pelo reencontro deste Congresso Nacional com os seus melhores momentos. E torço, peço a Deus que faça com que V. Ex^a permaneça por aqui, muitos anos ainda, para que possamos confraternizar com V. Ex^a e lembrar esses momentos ruins que estamos vivendo, lembrar apenas para efeito de registro, festejando o fato de que estamos vivendo um momento muito melhor lá na frente.

Dito isto, Sr. Presidente, Srs. Senadores presentes hoje a esta sessão do Senado Federal, o Governo acaba de anunciar o envio ao Congresso Nacional da dita reforma tributária, no sexto ano do mesmo Governo. Isso por si só já é uma confissão de que na verdade nunca teve muito propósito de reformar coisa nenhuma. Trata-se a chamada reforma tributária de uma medida longamente reclamada pela opinião pública, na esperança de que essa iniciativa implique a redução da carga tributária, algo que nem a rejeição da CPMF pelo Senado teve o condão de conseguir.

O Presidente da República pode orgulhar-se de que ninguém antes na História deste País arrecadou tanto quanto seus dois sucessivos Governos. Trata-se seguramente de mais um dos muitos recordes de Sua Excelência, que ainda tem condições de bater não só no atual, mas nos três próximos exercícios financeiro de seu segundo mandato. Uma vez que o Senado não consegue consenso para aprovar a reforma política que tantos proclamam ser matéria de salvação nacional, tenho a ousadia e até a pretensão de sugerir ao Chefe do Governo que se empenhe também pela reforma administrativa, requisito sem o qual jamais lograremos a contenção da carga fiscal.

Lembro que Juscelino Kubitschek, considerado um dos mais dinâmicos entre todos os seus antecessores, governou com onze ministros, Senador Mão Santa, e dois integrantes da estrutura da Presidência da República: os gabinetes civil e militar. E Getúlio Vargas, em seu terceiro mandato, governou com doze Ministérios, no período em que coroou a sua obra ciclopica, com a criação de duas das mais importantes empresas Públicas – a Petrobras e a Eletrobrás.

São apenas dois exemplos que invoco para justificar algo que seria hoje impossível, dado o crescimen-

to e a expressão econômica, demográfica e territorial de nosso país. Aliadas a essa circunstância, temos de lembrar o dinamismo, a dedicação e o empenho com que o Presidente Lula exerce seus mandatos, para justificar que S. Ex^a governe com 23 Ministérios, ocupados por Ministros de Estado, e mais 17 outros Ministros ocupantes de Secretarias e Órgãos integrantes ou não da estrutura da Presidência da República, que tem esse *status* de Ministério, perfazendo o total de quarenta titulares.

Os dados recolhidos no site do Planalto, porém, são incompletos, pois deles não consta, por exemplo, a pasta ainda do Ministro Mangabeira Ünger, o que eleva o número de auxiliares de S. Ex^a para 41. E somando-se o Presidente do Banco Central, que desfruta desse privilégio, são 42 Ministros ou auxiliares com esse *status*.

Houve uma época, na extinta União Soviética, em que a Chefia do Governo, então ocupada pelo Sr. Leonid Brejnev, de que aquele País dispunha pela imensidão do seu território mais extenso do mundo, por sua expressão demográfica de terceiro país mais populoso do universo e pela condição de um dos dois pólos de poder político em que se dividia o mundo de nada menos que 102 Ministérios! Um deles, correspondente a algo como a nossa Defesa Civil, tinha denominação de “Ministério das Catástrofes”.

Quando o então Presidente Fernando Henrique Cardoso começou a multiplicar o número de pastas com que governava, lembro-me de ter lido num artigo do *Correio Braziliense* a comparação entre o Brasil e a União Soviética em que se afirmava que a diferença entre os dois países era que lá havia um “Ministério das Catástrofes” e aqui a catástrofe era o próprio Ministério. Não sei se, na época, era, mas digo que hoje é.

Somos forçados a reconhecer que, se seguirmos nesse ritmo, Senador Mão Santa, será difícil. V. Ex^a tanto critica os 25 mil aloprados, como chama V. Ex^a, mas eu não diria isso. Sou seu irmão mais novo. Dou-me ao direito, inclusive, de pedir que V. Ex^a reflita ao falar isso, porque, nesse universo de 25 mil servidores comissionados do Poder Executivo, Senador Mão Santa, tenho certeza absoluta de que a grande maioria é de gente correta, gente que está prestando serviços ao País. Muitos podem se enquadrar nessa categoria que V. Ex^a chama de aloprados, porque a tarefa e a missão deles é essa, mas muitos comissionados que servem ao Poder Executivo, em seus mais diversos órgãos, são pessoas corretas, decentes e que estão fazendo um esforço danado para servir ao País.

Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a também sabe disso.

Senador Mão Santa, somos forçados a reconhecer que, se seguirmos nesse ritmo, em duas ou três das próximas administrações, correremos o risco de dispor de 70 ou 80 Ministérios ou secretarias especiais. É tal o ritmo de crescimento da alta cúpula do Governo Federal que, na falta de outro instrumento para compensar a rejeição da medida provisória perpetrada pelo Senado Federal, o Presidente Lula foi buscar, num decreto-lei do regime militar, o fundamento para instituir o Ministério Extraordinário, hoje ocupado pelo ilustre descendente dessa brilhante família que nos deu, entre tantos de seus eminentes homens públicos, as figuras titulares de Octávio e João Mangabeira. Estou falando da Sialopra, que aqui derrotamos, Senador Mão Santa.

Hoje, podemos dizer que, no farto gênero ministerial em que se divide a Esplanada, onde se alojam os altos dirigentes do País, há três espécies distintas: os Ministros extraordinários, os Ministros ordinários e os secretários, que também são Ministros sem Ministérios. De alguns pode dizer-se que são desconhecidos da população, enquanto a maioria é a população que os desconhece. A atuação de uns é mais discreta que a da Agência Brasileira de Informação e a de outros não chega nem a isso. Resta saber a utilidade de tantos Ministros ocupantes de Ministérios e outros que, sendo secretários especiais, não dispõem de Ministérios.

São razões, a meu ver, bastante suficientes para estimularmos o Presidente a criar mais um apenas, o que mais faz falta na Esplanada dos Ministérios, Senador Mão Santa, aquele que estamos aqui cobrando insistentemente. Por sinal, lembro que o Senador Simon já se ofereceu inclusive para relatar um projeto de autoria do Senador Valdir Raupp, criando esse ministério, que reputo como talvez aquele mais importante a ser criado pelo Governo Federal nos últimos tempos, que é o Ministério da Amazônia.

Ele viria no momento exato, oportuno e certo para enquadrar toda aquela situação que hoje vivemos ali na Amazônia, de conflitos, de desmatamentos irregulares, de diversidade incrível de situações que, na minha ótica, somente um ministério ordenado, coordenado e disposto a realizar um grande planejamento, um grande diagnóstico e um grande projeto para a Amazônia seria capaz.

Além desse ministério, de quebra o Poder Executivo podia criar também ou recriar o Ministério da Desburocratização, Senador Mão Santa, e eu diria que ele teria como principal atribuição demonstrar a inutilidade e a inoperância da maioria dos seus colegas. Esse seria, talvez, o maior serviço que o Presidente poderia prestar ao País, criando, já que criou 42, mais um, o Ministério da Amazônia, um ministério que se faz ne-

cessário no nosso País, e, por fim, criando o Ministério da Desburocratização, em cuja execução tenho certeza absoluta de que acabaria por demonstrar a utilidade da grande maioria do Ministério do Presidente Lula.

Senador Mão Santa, era o que tinha a dizer nesta manhã, renovando aqui...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permita-me, Senador?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero dizer que tenho a maior admiração e respeito por V. Ex^a. Sei da dificuldade de sua campanha, de sua luta, em um Estado onde os adversários praticamente têm o domínio. E V. Ex^a tem a coragem de se tornar independente e de dizer as coisas que realmente acontecem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – E tenho pagado um preço alto por isso!

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a, muitas vezes, já foi chamado e teve condições de receber, de usufruir de vantagens, desde que, para isso, alterasse a sua maneira de ser. Mas V. Ex^a desprezou esses convites para manter a identidade, a coerência e a seriedade do seu posicionamento. Tenho muito orgulho de V. Ex^a, porque, não aceitando as benesses do Governo e ficando na posição em que está, não se transformou em um líder permanente de oposição radical. V. Ex^a é uma pessoa de bom senso, de equilíbrio e, em todas as reuniões, busca uma fórmula para vencermos os obstáculos, como estamos vencendo. E V. Ex^a, nos seus vários pronunciamentos, traz sempre uma palavra de equilíbrio e de bom senso. Vejo V. Ex^a, dentro do Congresso Nacional, como uma daquelas pessoas que merecem um profundo respeito e que deveríamos colocar na primeira linha. Pessoas como V. Ex^a, pessoas como o Senador Jefferson Péres são pessoas que, independentemente de qualquer posição, querem o melhor, que têm a felicidade de não se apaixonar nem por aqui, nem por lá, mas de buscar o bom senso e o equilíbrio. Seria muito bom se o Governo entendesse isso. Seria muito bom se o Governo deixasse aflorar essas pessoas e entendesse que essas pessoas que não existem apenas para bater palmas, para dizer “muito bem”, para dar vivas, mas também para aconselhar, para debater, para analisar, para buscar o bom senso e o equilíbrio. Seria muito importante se isso acontecesse. Quando o Lula aceita a demissão do Frei Betto, que era o seu conselheiro direto, e vai a Pernambuco para tecer loas ao ex-Deputado Cavalcante, dizendo que ele é um homem formidável, que a Oposição o usou para eleger o Presidente da Câmara porque ele seria um Presidente de oposição, mas que, como ele não o foi, a Oposição, arbitrariamente, cassou seu

mandato, o afastou da Câmara, isso é um absurdo, é uma maneira de ser que não é perfeita. Essa maneira que o Governo tem de achar ótimo quem está do seu lado e de achar péssimo quem está contra ele não é a melhor maneira. Essa maneira de o Lula dizer que determinado Senador daqui é o amigo das horas difíceis e que outro Senador não é confiável porque não se sabe para onde ele vai, dizendo, em outras palavras, “ou está comigo ou está contra mim; ou aplaude o que eu faço ou não o aceito”, é uma maneira muito triste e muito ruim. Em um Congresso normal, nos Estados, na Europa, pessoas como V. Ex^a exercem uma influência muito grande, porque têm a capacidade e o equilíbrio de caminhar, às vezes, como num fio de arame e manter a independência, vendo as coisas como elas são. V. Ex^a me aparteou com rara felicidade dizendo, com razão, que há luz no fim do túnel. Temos de ver o lado verde, o lado positivo, o lado das coisas boas que podemos fazer. Esse seu pronunciamento é uma das coisas boas que podemos fazer. Que bom se ele não fosse um pronunciamento isolado, que bom se ele se reproduzisse. Mas, lamentavelmente, há momentos, nesta Casa, em que a radicalização é total: um, apaixonado a favor, outro apaixonado contra, e ninguém busca o equilíbrio, ninguém busca o bom senso. Meus cumprimentos pelo seu oportuno pronunciamento.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. É uma honra para mim um aparte de V. Ex^a tecendo tais considerações.

Justifico, em grande parte, Senador Pedro Simon, essa tentativa que faço de procurar o bom senso, de procurar o equilíbrio, de procurar me vincular àquilo que transforme, que faça crescer, que faça com que o País se desenvolva, em um fato que V. Ex^a, com a grandeza que V. Ex^a tem, mencionou no final do seu discurso. Afinal, afora o comprometimento da ética, da moral e até dos bons costumes que o Presidente da República permite que isso pulule em torno dele, em torno de seu Governo, ele tem feitos altamente positivos em seu Governo. V. Ex^a reconhece, eu reconheço. Quem não reconhece neste País? Agora, o preço que se está pagando por isso é muito elevado, Senador. É um preço muito elevado. É o preço do “mensalão”, é o preço de se blindar um presidente de Banco Central com **status** de ministro para que ele não seja alvo de ação judicial. É um preço muito elevado.

Reconhecemos, sim, feitos muito importantes do atual Governo. Mas não podemos compactuar, compadecermos-nos com aquilo que empobrece a política brasileira, que, aos olhos da população brasileira, é feio, é grotesco, que é uma tentativa mesmo deliberada, clara – não consigo mais deixar de enxergar isso

–, de tentativa de desmoralização do Congresso Nacional. É claro que alguns de nós, às vezes, ajudam e entram nesse jogo.

Assim, concluo dizendo que realmente enxergo a luz no final do túnel, Senador Pedro Simon, e pego a sua desesperança, a sua tristeza, a sua angústia e a transformo em alimento para a minha vontade de continuar perseverando ao seu lado, ao lado de tantos companheiros honrados que há nesta Casa, para continuarmos tentando fazer com que o Congresso Nacional reencontre os seus melhores momentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em caráter excepcional, na Presidência, recebi um importante documento para a Pátria e para a democracia. Quis Deus que estivesse presente o melhor da nossa Nação: a mocidade.

Rui Barbosa disse que aqui é o tambor de ressonância do povo. Dos acontecimentos políticos, importante foi um pronunciamento feito por Paes de Andrade, que presidiu a Câmara Federal, presidiu o meu Partido, foi Presidente da República por treze vezes, e a única acusação que fizeram a esse homem foi a de ter visitado sua terra-natal. Receba, Paes de Andrade, os nossos aplausos pelo amor a sua terra-natal. Sei que é uma cidade pequena, mas o filósofo Sêneca, que não era nem de Atenas nem de Esparta, disse: “Não é uma cidade pequena, é a minha cidade”. Foi isso que Paes de Andrade quis passar ao País.

Pedro Simon, em respeito a V. Ex^a, sobre seu irmão que está encantado no fundo do mar, Ulysses Guimarães, o Sr. Diretas, assim como V. Ex^a é o Sr. Ética, e também em respeito a Heráclito Fortes, irmão camarada de Ulysses Guimarães, e a todos nós, Paes de Andrade deixou escrito e leio para que fique nos Anais do Senado:

A homenagem que faço ao timoneiro das lutas libertárias Ulysses Guimarães nasce do recesso da minha alma.

Misteriosos desígnios fizeram com que o oceano fosse seu túmulo e os penedos da Serra do Mar, a sua lápide.

Quis o destino que estivéssemos juntos e que viesse a sucedê-lo nos altos cargos que ocupei no Parlamento e no Partido. Fui seu sucessor na Presidência da Câmara dos Deputados. Ocupei, por três anos a Presidência do nosso PMDB, de que Ulysses Guimarães foi líder e comandante maior.

Tenho saudade – enorme saudade –, de Ulysses Guimarães, saudade de nosso convívio, saudade de seus exemplos ministrados diariamente pela sua conduta.

Que Deus recompense na Eternidade esse prodígio semeador de coragem, de fé e de confiança no Brasil. Conforta-nos o verso do Príncipe dos Poetas do Brasil: “Saudade, asa de dor do pensamento; saudade, presença dos ausentes”.

Nessa tumultuada paisagem institucional do Brasil, avulta, predomina a vocação irresistível do povo para o regime de liberdade e democracia. O povo nas ruas pede as Diretas Já, os golpes são eliminados, sepultados pela vontade da multidão.

Cinco de outubro de 1988, promulgação da Constituição, Plenário de pé, ovação interminável na homenagem dos Constituintes ao “timoneiro das lutas libertárias”. Ulysses Guimarães, com a Constituição nas mãos, solta o grito cívico que ecoa em todos os quadrantes do Brasil: “A Nação nos mandou executar um serviço. Nós o fizemos com amor, aplicação e sem medo. Senhoras e senhores, aqui está a Constituição-Cidadã. Discordar, sim; divergir, sim; descumprir, jamais; afrontá-la, nunca! Traidor da Constituição é traidor da Pátria. Conhecemos o caminho maldito: rasgar a Constituição, trancar as portas do Parlamento, garrotear a liberdade, mandar os patriotas para a cadeia, o exílio, o cemitério.

Do poeta maior Camões o verso perene: “Que são grandes as coisas e excelentes que o mundo guarda aos homens imprudentes”.

Queremos, com muita honra, anunciar a presença da mocidade estudiosa do Colégio Presbiteriano Simonton Ensino Fundamental de Taguatinga, Distrito Federal.

Convidamos para usar da palavra o Senador do Piauí Heráclito Fortes. Estamos inscritos também o Senador Arthur Virgílio e eu.

Peço que assuma a Presidência o Senador Geraldo Mesquita.

Heráclito Fortes, em respeito a V. Ex^a e ao Piauí, V. Ex^a ontem durou uma hora na tribuna. Agora, em respeito a mim, seja breve que eu também tenho que viajar para o Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a diz com isso que gastou toda a sua cota de tolerância com o Senador Pedro Simon, o que engrandece esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convido aquele que mais se aproxima do amor ao Direito e da firmeza no Direito, Geraldo Mesquita, a presidir esta sessão. (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus primeiros cumprimentos eu dirijo aos visitantes das galerias, estudantes e população.

Mas, meu caro Paes de Andrade, nada mais oportuno do que ler o discurso pronunciado por Ulysses Guimarães no dia da promulgação da Assembléia Nacional Constituinte, que, por intermédio dessa sua manifestação recente, o Senador Mão Santa, como Presidente da Mesa, traz à memória de um povo infelizmente desmemoriado.

Nada, meu caro Simon, inspirador e muitas vezes companheiro de Ulysses, nada mais oportuno do que a leitura que aqui acabou de ser feita, principalmente com relação à Constituição brasileira.

Homens como Ulysses desaparecem, como é seu caso, mas não morrem, porque deixam as lições, os exemplos, os ensinamentos. Eu só fico pensando em Ulysses Guimarães aqui hoje, testemunhando vergonhado cenas que não significam em nada os que comandam o País neste instante.

Ontem fiz aqui um pronunciamento baseado no artigo da sempre lúcida e equilibrada jornalista Lucia Hippolito em que questiona exatamente o comportamento açodado de uma tropa de choque que ressurgiu quando nós pensávamos que era uma prática já morta neste Parlamento e que, de maneira truculenta, violenta e antiparlamentar, colocou por terra o dever e a obrigação de qualquer Parlamento, que é investigar, esclarecer fatos denunciados que depõem contra homens públicos e avançam nos cofres da Nação.

Fui aparteado, fui contestado, mas o mais impressionante de tudo é que, na defesa prévia não feita com argumentos, mas com truculência, não se procurou, em nenhum momento, discutir o fato em si, porque o fato não interessava.

E esta Base do Governo, ressurgida Deus sabe como, batia no peito e dizia: maioria, maioria. Quem tem voto bota voto. Que vão às favas a dignidade, a verdade e o respeito à coisa pública.

Em nenhum momento me passou pela cabeça fazer acusação direta à Ministra Dilma Rousseff. O que disse, baseado exatamente no artigo, meu caro Presidente, é que ela poderia não ter culpa, mas tinha, sim, responsabilidade, porque saíram do Palácio do Planalto, vazaram dali as informações. E é exatamente ela a gestora substituta do Presidente da República nos atos e nas ações do Executivo. Tanto isso é verdade que tem sob o seu comando uma sala de gestão. E é nessa sala onde se desenvolvem os planos, os projetos e, acima de tudo, a engrenagem da máquina administrativa do País. A Casa Civil é quem ouve. A Casa Civil é quem distribui.

A Casa Civil é quem, politicamente, recebe governadores, faz a integração de Ministros com diversos escalões do setor. A Casa Civil é quem coordena. E quem coordena tem a obrigação e tem o dever de sa-

ber; não pode dizer-se omissa e nem tampouco – um refrão muito usado nos momentos recentes – dizer “eu não sabia”.

Meu Caro Paes de Andrade, eu não tenho nenhuma dúvida – conversei, inclusive, com o Pedro Simon algumas vezes – de que a Dilma Rousseff, independentemente do episódio, é vítima de uma frigideira com banha bem quente, para queimá-la de imediato nas suas pretensões – se é que existem – de 2010. Pela maneira fácil como levaram ao seu endereço, pela maneira fácil como entregaram à sua assessora, pela maneira fácil como esses fatos estão ocorrendo, não me resta nenhuma dúvida: naturalmente, e não necessariamente, a queimação sai de dentro do próprio Palácio do Planalto; mas – quem sabe? –, com toda certeza, dos prédios bem próximos e das suas cercanias.

Os fatos estão aí a mostrar – veja a maldade, Senador Simon –: o vazamento entregue à sua assessora cai de pára-quedas na sexta-feira, momento propício para queimação de fim de semana, quando não existe bombeiro, não existe água, não existe nada que amenize esse caldeirão fervente.

De uma coisa tenho certeza: os aloprados, os sanguessugas, os malversadores de dinheiro público não querem pensar nem de longe no nome dessa senhora como possibilidade de candidatura a Presidente da República, porque é tida como intransigente, cobradora das ações de Governo, e, até então, se diz que não convive com corrupção.

Esses que formam tropa de choque, esses que estão aí se locupletando, Senador Arthur Virgílio, de maneira descarada, da máquina administrativa sabem que um campo nessas circunstâncias, comandado por essa mulher de ferro, segundo eles próprios dizem, não é o melhor do mundo para quem vive há algum tempo navegando nas marés e nas ondas confortáveis do Erário brasileiro.

A técnica do desmentido veemente inicial se deu desde o ato inaugural de corrupção deste Governo, que foi o episódio do Waldomiro. A primeira reação, quando a Polícia Federal apresentou uma fotografia desse senhor no aeroporto de Brasília recebendo propina, era de que era um sósia, de que era uma armadão, era de que aquilo não era verdade e por aí afora.

Depois, temos episódios que se sucederam, e as desculpas foram as mais esfarrapadas. O conterrâneo do Paes de Andrade foi pego no aeroporto com dólar na cueca. Aquilo era produto do sacrifício, da luta e das mãos calejadas de um homem que plantou chuchu, cenoura e beterraba no sol cáustico do Ceará para vender aos abonados de São Paulo. Foi a justifi-

cativa inaugural. Quando se viu aquela montanha de dinheiro, até hoje não explicada, num hotel nas proximidades do aeroporto de São Paulo, mais uma vez argumentou-se que era armação. Quando se invadiu o sigilo bancário de um caseiro piauiense que teve o azar de ser testemunha ocular de fatos nebulosos da atual administração, disseram também que nada passava de jogada política.

Os fatos ficaram comprovados. A tecnologia mostrou, através do acesso criminoso à conta, e não restou outra alternativa a não ser o Presidente da Caixa Econômica, no primeiro momento, renunciar a seu mandato e, no segundo momento, o Ministro também ter que acompanhá-lo.

Os fatos se sucedem, mas as punições não acontecem. E o Brasil está, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assistindo, ato após ato, a uma repetição aprimorada e melhorada de pessoas que agem contra o interesse público, na confiança e na garantia da impunidade.

O Presidente Lula, Senador Arthur Virgílio, em um morro do Rio de Janeiro, para onde se deslocou com um programa em que prometia banir dali a droga, a violência e o crime, no seu discurso aos habitantes, disse: aqui se rouba, no Palácio também se rouba, no Executivo se rouba, no Legislativo se rouba e no Judiciário, também, como se fosse o lugar comum. É o incentivo e o estímulo a uma prática que não deveria ser admitida, de maneira nenhuma, por um Chefe da República.

A absolvição pública feita ontem pelo Presidente Lula, em Pernambuco, a um Parlamentar que renunciou ao mandato para não ser cassado e que teve a sua vida toda investigada é de não se acreditar, Sr. Presidente. Ulysses Guimarães partiu na hora certa. Não sei como reagiria em presenciar tantos escândalos.

O episódio recente, envolvendo a Ministra da Casa Civil, tem uma gravidade pior do que alguns membros do Governo estão a imaginar. A primeira delas, Senador Pedro Simon, foi a defesa prévia, a defesa antecipada que nós pensávamos que fosse apenas em solidariedade a uma companheira que podia estar sendo vítima de um processo de queimação por parte da Oposição. Qual nada! A blindagem, feita da maneira que foi, foi exatamente produto das informações que as pessoas tinham do que na verdade aconteceu nos porões do Palácio do Planalto. Tudo muito lamentável.

Se não bastasse, após aquela vitória triunfante da tropa de choque, a Líder do Governo declara que Dilma não vem, primeiro, porque está muito ocupada; segundo, porque lhe aguarda 2010.

Ora, a maior queixa que o Governo faz da Oposição é a politização dos fatos, é a antecipação do proces-

so eleitoral. E por que exatamente a Líder do Governo, a Líder do Partido dos Trabalhadores lança este desafio com o ar de vitória prévia aos adversários?

Ninguém estava falando em 2010, ninguém estava tratando de sucessão presidencial, ninguém estava ali para colocar a Ministra contra a parede, mas sim para que S. Ex^a, com a sua responsabilidade de gestora, prestasse contas do fato à Nação.

Eu acho até, Senador Arthur Virgílio, que esse episódio, se bem usado pela Ministra, poderia ser altamente positivo para a sua imagem perante os brasileiros.

Nós temos um episódio em que o Senador Arthur Virgílio é parte. Fez um pronunciamento aqui, da tribuna do Senado, transmitindo ao povo brasileiro informações que recebeu de transporte de armas do Brasil para a Venezuela. Feita a denúncia, preparávamos um ato de convocação do Ministro da Defesa Nelson Jobim, que tomou a atitude de telefonar para o Senador Arthur Virgílio e para o Presidente do Senado. Às seis e meia da tarde do mesmo dia, veio aqui e prestou os esclarecimentos. Acabou a crise. O caminho mais próximo entre dois pontos é uma reta, nunca uma curva.

Quando se pensava que a Ministra era uma vítima, eis que aparece agora, de maneira escancarada, a acusação de que foi sua secretária ou chefe de gabinete, pessoa da sua confiança, a autora do recolhimento das informações. E agora já começa haver uma admissão da culpa, não como dossiê, mas como um apanhado de dados, ou seja lá o que valha.

O Ministro da Coordenação Política, Deputado José Múcio Monteiro, declarou anteontem que o fato era grave. E grave é. Esse fato é gravíssimo, porque demonstra, Senador Mão Santa, que neste País não há mais privacidade. Os Estados do Norte e do Nordeste – Senador Arthur Virgílio está aqui e V. Ex^a também, Senador Geraldo Mesquita – estão em pânico, porque recursos do Ministério da Justiça propiciaram a compra, pelas Secretarias de Segurança, de aparelhos de escuta telefônica em um famigerado Projeto Guardião, e as pessoas estão tendo a sua privacidade, a sua intimidade invadida de maneira criminosa e desonesta. Nada se faz, nada se coíbe, nada se proíbe. O Ministro futuro Presidente do Supremo Tribunal Federal começa a alertar para essa banalidade das escutas telefônicas, ele próprio uma vítima.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é lamentável, é triste um episódio dessa natureza. Agora, tenta-se transferir a culpa para a secretária, em um processo de queimação de rifa. Mas a secretária, se tomou essa atitude, foi recomendada, foi orientada por alguém. Deve ser uma funcionária disciplinada, já que serviu, inclu-

sive, ao ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Mostra que é uma profissional de categoria.

Os fatos precisam ser esclarecidos enquanto é tempo. A Ministra Dilma Rousseff não deveria esperar a terça-feira, a quarta-feira; deveria, Senador Arthur Virgílio, imediatamente, comunicar à Presidência da Casa que estaria aqui, na segunda-feira, para prestar os esclarecimentos.

Senador Mão Santa, estamos a três anos de um pleito presidencial e o que estamos vendo é apenas o começo do que está por vir. Estamos vivendo um momento em que os escândalos começam a aflorar. Se examinarmos o que acontece, por exemplo, na CPI das ONGs, em que o Governo insiste também em fazer uma blindagem para que os fatos não sejam esclarecidos, é de estarrecer qualquer um. Dinheiro destinado a projetos educacionais, dinheiro destinado a fundações que têm como objetivo financiar a pesquisa no País foi desviado e manipulado para aventuras eleitorais.

Sr. Presidente, ontem ou hoje, os jornais denunciam que recursos do instituto do Movimento dos Sem Terra destinados à alfabetização de brasileiros nos rincões mais pobres da Pátria também foram desviados para fins inconfessáveis. E o País assiste a tudo isso calado.

O Presidente da República faz o proselitismo do Bolsa Família e a população anestesiada, de maneira pacata, a cada fim de mês, recebe aquilo que o pai da Pátria lhe destina.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, acompanhei o nascimento desse programa quando havia a contrapartida e o beneficiado era obrigado e cobrado pela presença do filho na escola. Agora, não. Agora, não há contrapartida e estamos fazendo os ociosos nas grandes cidades. Se examinarmos, Senador Arthur Virgílio, e fizermos um estudo apurado, veremos que a violência nas grandes cidades têm muito mesmo a ver com o uso indevido de um programa tão bom como o Bolsa Família. Estão alimentando ociosos nas cidades, quem tem sustento mínimo por meio do programa e tempo suficiente para que lhe passe na cabeça a má idéia de entrar no crime. V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que é um estudioso dessa área, examine de maneira mais aprofundada o que estou dizendo.

A violência urbana no Brasil, nos últimos quatro anos, cresceu em proporções assustadoras e desproporcionais. Há uma causa. O Brasil, Senador Mão Santa, orgulha-se de participar do Bric, um bloco de países em desenvolvimento: Brasil, Rússia, Índia e China.

A grande diferença de um, do Brasil para os outros, é que esses países, dia e noite, financiam e estimulam a mão-de-obra especializada, e o programa de Governo do Brasil estimula a ociosidade. É lamentável,

mas é uma verdade que precisa, de maneira madura e corajosa, ser avaliada.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, espero que, na segunda-feira, o Governo não chegue ufanista nesta Casa, mas chegue humilde, vendo exatamente o precipício onde está se metendo. Que não abusem da blindagem do Presidente da República, que não abusem do momento bom que vive S. Ex^a, levado pelos ventos da economia, pelos ventos que sopram de maneira favorável em nosso País. Não abusem, não desafiem a lei da gravidade.

Senador Simon, com o maior prazer, escuto V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu fico impressionado com a afirmativa de V. Ex^a sobre como saíram as notícias da chefia da Casa Civil sobre a formação do dossiê envolvendo o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O que me chama a atenção é que a notícia publicada pela **Folha de S. Paulo** não diz que é um furo jornalístico produzido pelos jornalistas, não diz se foi algum parlamentar, algum líder da Oposição. Dá a entender que chegou por alguém, alguém por dentro dos fatos e que os conhece. Então, qual é o sentido, qual é o significado de se divulgar uma notícia como essa? Quem divulgou? Qual é o objetivo de divulgar? Na sexta-feira? É claro que foi manchete da **Folha** e é claro que o Jornal Nacional de hoje e os jornais de amanhã vão repercutir essa notícia. Parece-me muito estranho. De algum tempo para cá, parece que há um conflito interno dentro do Governo. Vamos fazer justiça, a Ministra Dilma tem dito que ela não é candidata, e o estilo dela é o estilo de quem não o seja. Mas o Lula, o Presidente, está insistindo nessa notícia. E, a partir do momento em que o Presidente dá a entender que ela é a possível candidata, de dentro do Governo Federal, começam a surgir movimentos de queimação que não entendo, honestamente, não entendo. Alguém coisa muito séria! Isso é muito ruim, porque, se o Governo não tem uma unanimidade no entendimento do que deve ser ou não, o Governo já está contra a parede com os fatos em si. Mas, de repente, dividir-se, e o Governo acusar o próprio Governo? Isso realmente é muito sério. Eu gosto da Ministra Dilma e constato que, antes de ela assumir o Governo, tudo o que havia de imoralidade saía da Casa Civil. Foi lá. Onde se reuniam os homens que propuseram o mensalão? Onde era feita a reunião? Em um gabinete da Casa Civil. E, desde que ela assumiu, essas coisas desapareceram. Agora, esse fato está sendo recebido pelo Governo como deboche. Estão aviltando a Comissão Parlamentar de Inquérito, estão ridicularizando-a, e o Governo está tomando atitudes... Imagine, V. Ex^a, o Presidente está num palanque, em que, diz ele, é para divulgar as coisas que está fazendo. Repare V. Ex^a que nunca, até

agora, havia acontecido. Ele, no Rio de Janeiro, noticiou que vai fazer um teleférico, que vai construir mil casas, que vai reformar mais mil, que vai calçar todas as ruas da favela, que vai fazer um ginásio de esportes de uso contemplativo para tudo, que vai fazer um colégio Cieps, que vai fazer um hospital. Ele falou com tal pompa que parece que estava inaugurando isso. Está dizendo o que ele vai fazer, mas a pompa foi a de quem estava inaugurando. Em Pernambuco, ele disse tudo que vai fazer lá e, no mesmo momento, falou: "Tirem o cavalo da chuva, vocês da Oposição, porque vou eleger o meu sucessor". E, no mesmo momento, aponta para o ex-Presidente da Câmara, que está lá, e diz: "Ô você, estão encontrando você aí? Você foi Presidente, e a Oposição o colocou porque ia fazer oposição, mas como você não fez oposição, a Oposição o tirou. E você é um cara sério, responsável. Isso é injustiça". Ele dá um salvo-conduto para o ex-Presidente da Câmara. Onde é que ele quer chegar? Será que esses 80% de popularidade que ele diz que está tendo, que a sociedade diz que está tendo, fizeram com que ele perdesse o senso da racionalidade?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Cinquenta e oito; 80% teve o General Médici.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Será que ele está perdendo o senso da realidade? Olha, o Médici chegou a 80%...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Oitenta e cinco.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...mas, hoje, se formos analisar a figura dos ditadores militares, o Médici é o que está mais em baixa, porque foi no Governo dele a mais tortura, a mais violência, a mais tirania.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, exatamente. Por isso, acho que essa questão de popularidade precisa ser melhor avaliada.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele deve cuidar, porque há dois momentos: o momento de lá e o momento de cá. Fernando Henrique também foi reeleito com uma votação espetacular. Ganhou tranquílio do Lula. Deixou o Lula correndo na estrada. Agora o Lula foi reeleito. Quem não disse que agora será a vez de contar os votos na hora final? Acho que V. Ex^a levanta um ponto muito sério: de onde partiu a informação de que a mulher de confiança da Sr^a Dilma é que deu a informação do que está acontecendo lá? De onde partiu?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Com nome, CPF e tudo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Alguma coisa muito séria está acontecendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Fico até com

medo de abordar esse assunto logo em seguida, porque pode haver ilação. Mas não é isso.

O Ministro Tarso Genro, esta semana, não sei com que objetivo, diz o seguinte: "Não sou pai nem mãe de nenhum programa. Sou apenas genro do Pronaf". É a disputa que nasce.

Agora, Senador Arthur Virgílio, quero lembrar a V. Ex^as um fato. O Governo quer sigilo para as contas do atual Governo e escancarar as contas do Governo passado. Esse fato, Senador Simon, repetiu-se logo no começo desse episódio, quando descobriram, em um cartão corporativo, um abastecimento de gasolina de um carro constitucionalmente assegurado pelo ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Aí, pode vazar, deve vazar, é bom vazar, mas o Governo não tem, pelo menos, o cuidado de dizer que a nomeação do motorista quem faz é o atual Presidente, quem fiscaliza é o atual Governo e que aquele motorista tanto pode ser um bom amigo do Presidente como pode ser também, pelas circunstâncias do cargo que ocupa, um espião.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, vou ter que terminar, até para atender aqui um apelo do Senador Mão Santa, ele que é tão sintético e tão reduzido nos seus pronunciamentos. Vou seguir a linha dele e encerrar, dizendo que a única coisa que eu, pessoalmente, não gostaria, Senador Pedro Simon, é que esta crise tirasse a Ministra Dilma de onde está. É a pior coisa que pode acontecer, porque, com certeza, será substituída por um aloprado – os aloprados estão voltando aos pouquinhos, estão se reabilitando ou sendo reabilitados pelo Presidente da República –, ela, pelo menos, sabemos que tem formação, seriedade, pode ter sido envolvida num episódio de natureza política, mas não tem a índole dos que praticaram dólar na cueca, nem tampouco dinheiro nos submundos dos hotéis.

Mas é preciso que Ministra acorde dos elogios fáceis dos bajuladores que vieram para cá para impedir que a verdade fosse apurada naquela Comissão, para evitar que ela viesse aqui prestar contas ao País do que aconteceu no seu gabinete. Aí, vem a grande contradição de que precisamos saber. A Líder do Governo diz que ela não vem prestar esclarecimentos à Nação, ao Congresso e à Casa que ela pertence; no entanto, telefonou para a ex-primeira-dama justificando o episódio e pedindo desculpas.

Qual é a diferença entre esclarecer à primeira-dama e esclarecer ao País, Senador Arthur Virgílio? Ela, por dever e obrigação, tinha de esclarecer aos dois: à primeira-dama, porque atingiu pessoa sem poder, sem caneta e que cumpriu, quando estava no poder, as suas funções e as suas obrigações com muita dignidade; ao Congresso Nacional, porque é o

guardião da democracia; ou porque permitiu que, sob o seu comando e sob a sua área, se fizesse bisbilhotagem na vida alheia. Não é a primeira vez. Pensei que o Governo tivesse aprendido, Senador Arthur Virgílio, quando invadiram a conta do caseiro. Como ninguém foi punido, como não houve punição para ninguém, eles continuam a errar, a pecar. Não acontece nada. A impunidade no Brasil campeia e está tirando do povo brasileiro o sentimento da indignação.

Já se cassou neste País por compra de um carro, e as frotas agora estão aí. Os escândalos estão se sucedendo, e nada acontece.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, agradeço a tolerância dos companheiros e espero que, ao alvorecer de segunda-feira, a Ministra Dilma ligue para a Casa do povo brasileiro e diga ao seu Presidente: "Vou aí por dever e por obrigação, mas, acima de tudo, por respeito ao meu País, esclarecer esse mar de lama que começa a aflorar nas minhas cercanias, antes que invada a minha casa".

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Forte, o Sr. Mão Santa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Sou eu quem agradece, Senador Heráclito.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa por breves dez minutos, até porque, em razão de sua viagem, ele, hoje, vai ser absolutamente sintético.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que aqui nos assistem e pelo sistema de comunicação, serei breve! De 1919 a 1922, este Brasil teve um grande Presidente nordestino: Epitácio Pessoa – Paes de Andrade, que é do Nordeste –, ele determinou que fosse construído o porto do Piauí na cidade Luís Correia, conhecida pelo povo como Amarração.

Olha, terminou o mandato em 22, vai quase fazer um século. Mas eu, menino, ô Pedro Simon, no coreto da minha cidade, Parnaíba, de Nossa Senhora da Graça, às 10 horas da manhã, agosto de 50 – meu tio era prefeito pelo PTB, João Orlando de Moraes Correia, médico – eu vi Getúlio Vargas dizer: "Se eleito for, farei o porto de Amarração". Agosto de 50.

Este País teve um grande ministro, talvez o melhor, fez o I PND e o II PND. Foi do período revolucionário: João Paulo dos Reis Velloso. Avançou muito. Encravaram US\$90 milhões; faltam US\$10 milhões.

Teve um deputado federal que instituiu o Dia do Piauí, e nós fizemos independência independente do grito de D. Pedro I: José Auto de Abreu.

Então, num dos seus discursos – eu, adolescente, cheguei a ver um grande parlamentar – Getúlio dizia que já que os poetas dizem que a morte é como um afogamento, por isso, ele queria essa morte nas praias lá do Piauí, dos verdes mares bravios, das brancas dunas, do sol que nos tosta, do vento que nos acaricia. E ele disse que faria então no naufrágio, que é a morte, como diz o poeta, um esforço e queria ver acesas as luzes do porto de Luís Correia.

E aí está. Eu votei em Luiz Inácio em 94. Votei. Atentai bem! Mas eu pensei que ele ia fazer esse porto.

Governador do Estado do Piauí, Heráclito, eu acreditei. É só mentira, mentira, mentira! Tem a mãe do PAC, é a mãe da mentira. Esse porto... E eu creio, com a fé que remove montanha e o amor, de tal maneira que, nos últimos anos, tenho posto todas essas minhas dotações, que são fictícias ou não, mas eu creio ainda que a esperança é a última que morre. Como disse Ernest Hemingway, em **O Velho e o Mar**, a maior estupidez é perder a esperança. Então, eu tenho posto as dotações. Agora são quase R\$30 milhões.

Viemos aqui para apelar. Mentiras, como tem mentiras! É como aquela do Goebbels e do Hitler. Hitler saía com 3.000 soldados e Goebbels dizia: "Lá vai Hitler com 10.000 soldados". Todo o mundo tremia. Uma mentira repetida se tornava verdade. Mas isso fez mal ao próprio Hitler, porque aí ele pensava que era o senhor deus do mundo, e deu no que deu. É o que estão fazendo com o Luiz Inácio. É só mentira. Os aloprados enganando, enganando, e ele pensa que é. É tudo mentira. Ele não tem essa aprovação. Como é que o homem pega "pau" na segurança, pega "pau" na saúde – o time dele é incapaz de vencer um mosquitinho –, pega "pau" na educação, pega "pau" na vida de Ulysses que dizia: "A corrupção é o cupim que corrói a democracia". Paes de Andrade, nunca se viu tanto cupim!

Então, ninguém é idiota. Somos brasileiros. Quem é o culpado? É o Luiz Inácio. Unidade de comando e unidade de direção, são princípios da Administração que exigimos: planejar, designar, coordenar, fazer o controle – Henri Fayol. Quem não faz o controle é o Luiz Inácio. A culpa de tudo isso é do Luiz Inácio! Dos que estão morrendo com a dengue, dos que estão nas filas dos hospitais, das faculdades privadas que proliferam e acabam com as públicas. Tem faculdade particular de Medicina que está cobrando R\$4 mil por mês. Isso é um insulto, uma ofensa ao brasileiro. É uma vergonha! Então, esqueceríamos tudo, porque são

mentiras! Paes de Andrade, V. Ex^a está aí, e a verdade é que eu o reconheci, quando governava o Piauí, na capital-mãe, e botei no seu peito a maior comenda, a Grã-Cruz Renascença. Mas os homens disseram que fariam um aeroporto internacional em São Raimundo Nonato! Eu vou para lá, agora; em Parnaíba não tem nem teco-teco; só tem jumento na pista, que está toda esburacada. Está aí a televisão que está vendendo tudo. Levaram o Alberto Silva, engenheiro vocacional, ferroviário... Disseram que o trem iria voltar ao trecho Parnaíba-Luís Correia. Eles disseram, eu ouvi. Lá estavam o Prefeito de Paranaíba, o Governador do PT, Alberto Silva, e o Luiz Inácio. "Em 60 dias, o trem vai voltar ao trecho Parnaíba-Luís Correia, e, em quatro meses, para Teresina." Não trocaram nem um dormente!

Darei apenas esse quadro para ser breve, há uma ponte – lá é um cemitério de obras inacabadas. Quando Epitácio Pessoa... – aprendam história, ô Artur, V. Ex^a que é o Arthur bom, aí o Artur Bernardes parou todas as obras. Lembram-se de que o Epitácio as paralisou. Agora está um cemitério de obras inacabadas. Outro dia, citei 22 obras inacabadas. Não vou além porque me comprometi, e o povo quer ver Arthur Virgílio na tribuna. Então, Artur Bernardes parou tudo; parou o nosso porto, que está aí.

Então, aqui estou para fazer um apelo, porque um quadro vale por dez mil palavras. Não precisa muito, não, só vou dar um quadro para verem que este Governo é de nada, é de mentira. E a "mãe do PAC" é a mãe da mentira. Senador Arthur Virgílio, agora vou dizer: sou do PMDB e nunca votei em Fernando Henrique Cardoso, não; votei no Quêrcia; depois, nós não tivemos candidato – esse mau costume que tem o PMDB –, aí eu votei no vizinho, porque sou de Parnaíba, no Ciro Gomes. Mas, Arthur Virgílio, quero dizer que a mãe da virtude, da decência, da dignidade, da honestidade e da solidariedade, esta sim é a mãe. Refiro-me a D. Ruth Cardoso. Não temos aí a mãe de PAC? Pois é bom que a respeitem! Ela é o símbolo. Felizes somos nós, Luiz Inácio, que temos uma senhora que passou – e eu não sou do Partido dela, não –, mas eu vi a competência, a honradez, naquele projeto de competência com amor chamado Solidariedade. Então, se há uma mãe, Heráclito, ela é a mãe da virtude. Merece respeito. É uma senhora. Eu conheço, Luiz Inácio. Eu estudo, Luiz Inácio. O Luiz Inácio diz que ler uma página dá canseira; eu, não, me dá prazer, me remoça, me dá o saber. Eu estudo. Feliz do País que tem uma ex-Primeira-Dama com as virtudes de D. Ruth Cardoso. Não tenho aproximação com o ex-Presidente, apenas quando governei o Piauí, S. Ex^a era o Presidente da República.

Então, Luiz Inácio, vou dar um quadro, os aloprados mentem, eles não são culpados, mas as obras estão inacabadas. Heráclito Fortes, eles disseram que vão fazer cinco hidrelétricas no Piauí! Cinco! A que tem lá, sonhada por Juscelino e concluída pelo Presidente Castello Branco, por César Cals, ainda não terminou. Falta a eclusa. Acabou a navegabilidade. Por que esses que estão aqui não vão fazer a eclusa? Andei de vapor no rio Parnaíba. Cinco! O Bird me mandou documentos – atentai bem! – que só para vencer a burocracia do meio ambiente, uma delas gasta seis anos e meio. Cinco!... Vão ser quase 40 anos, matematicamente, mas não terminam a que tem. Está aqui o Heráclito. Tem o rio Poti, que vem lá do Ceará. O Ceará nos deu muitas coisas boas: a praia, o litoral... Atentai bem, o rio Poti vem de lá! Sobre o rio Poti, o Heráclito fez uma ponte, quando foi Prefeito de Teresina, em 100 dias. Aí eu, com o meu espírito mais competitivo – tenho uma admiração extraordinária pelo Heráclito –, brinquei com o construtor e disse-lhe: "Olha, eu quero vencer o Heráclito. Eu sei que ele é imbatível"... Mas, jocoso, as nossas disputas são pelo Piauí. Então, eu fui tirar e tirei, avisei ao Fernando Henrique, o último ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. Quando eles disseram que o Malan iria fechá-lo, eu fui lá e retirei R\$5 milhões e tal, e botei. E acabaram com ele. E comuniquei o Fernando Henrique. Arthur, permita-me alongar um pouco mais pela minha experiência e por que sou mais velho e sofrido: "Fernando Henrique – ele e eu bebendo **whisky** –, olha, quero lhe avisar que eu tirei o ARO. Você falou aqui, mas antes de chegar a ordem eu o tirei". "Mas não era..." Mas tirei. Sabe por que eu tirei, Fernando? Você acredita em Deus?" E ele, naquele negócio, e eu brincando, não é? "Olha, a gente segue Cristo não só pelas palavras"! Cristo discursava bem, o Pai-Nosso, na montanha: 'Bem-aventurados os que têm fome e sede'. "Nós o seguimos porque Ele fez obras, Fernando Henrique. Ele fez cego ver, aleijado andar, limpou o corpo dos leprosos, tirou os demônios, multiplicou peixes, pães, até vinho. Então, eu quero fazer uma obra para o povo acreditar". E tirei o empréstimo. O Heráclito tinha feito uma ponte em 100 dias, e eu disse: "Vou fazer, com operário do Piauí, engenheiro do Piauí, Lourival Parente". Aí convidei o Fernando Henrique para bailar. O Heráclito fez a dele em 100; eu, em 90 dias. Quer dizer que o Governo que lá está tem uma ponte sesquicentenária. O atual governo de Teresina vai fazer oito anos, e está lá o esqueleto, e só a roubalheira.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Concedo o aparte ao Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Apenas para fazer um esclarecimento histórico que, aliás, me deixa muito contente. V. Ex^a disse que as nossas disputas não influem na nossa convivência. Quero dizer que tenho uma alegria, e até confesso aqui, de nunca ter tido a oportunidade de disputar nada com V. Ex^a. Eu Deputado Federal, V. Ex^a Deputado Estadual; eu Prefeito de Teresina, V. Ex^a Prefeito de Parnaíba; V. Ex^a candidato a Governador, eu candidato a Deputado Federal. Quando eu pensei que pudesse ocorrer essa disputa, eram duas vagas para o Senado. E aqui estamos. Então, nós não disputamos nada. Espero que continue assim. Essa disputa da ponte, além de salutar, até que não houve, porque o engenheiro que fez a minha em 100 dias, adquiriu **know-how**, e depois serviu V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu quero testemunhar: V. Ex^a foi o mais extraordinário Prefeito de Teresina. V. Ex^a começou um pronto-socorro, que vão concluir agora.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero louvar, aqui, o engenheiro, porque é o orgulho do Piauí, que é o Lourival Parente, quem construiu nosso Albertão, construiu o Estádio de Uberlândia, o Estádio do Maranhão e grandes obras neste País. Um engenheiro de uma empresa do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E caiu o Verdão! O Roberto Carlos iria fazer o show às nove horas da noite – eu era Governador –, e o Verdão caiu às cinco horas da tarde.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é! É que não foi feito por Lourival Parente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não, ele o soergueu. Quando eu vi o que tinha acontecido, pensei: “Só tem um homem que tem competência e capacidade para soerguê-lo: Lourival Parente”.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De forma que eu quero fazer esse registro aqui para... Quem sabe se, no fundo, para mim, não é uma frustração, porque eu sei que uma disputa com V. Ex^a seria, sempre, como diria o Senador Aloizio Mercadante, um debate elevado. De forma que eu faço esse registro com muita alegria.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a é um extraordinário líder municipalista.

Agora, V. Ex^a está ganhando é do Brossard, que fazia discurso de três horas e meia e, vibrante, entusiasmado, fez renascer a democracia. Vou trazer de presente aquele chapeuzinho do Brossard para V. Ex^a discursar com ele aqui.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu já tentei usar chapéu, mas minha cabeça não colabora: não há número no mercado!

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Rapaz, não é maior do que a do Rui Barbosa não!

Mas o que queremos dizer é o seguinte: tem que ter esperança. Nós colocamos todas as nossas emendas lá, nesse porto, R\$30 milhões, e Secretário Executivo – o nosso Presidente acabou de falar que tem Secretário com status de Ministro – visitou a obra, acompanhado do Elói Portela, irmão de Petrônio Portella e de Lucídio Portela, um engenheiro muito capaz e muito competente. Então, nós temos ainda esperança, porque, como disse Ernest Hemingway, a maior estupidez é perder a esperança. Que esse porto seja concluído! Aí nós viremos aqui agradecer – eu aprendi, Geraldo Mesquita, no colo de minha mãe, Terceira Franciscana, que a gratidão é a mãe de todas as virtudes. Se o porto for concluído, virei a esta tribuna agradecer ao Presidente Luiz Inácio pela primeira obra de valor significativo para o Piauí.

Eu agradeço pela oportunidade, Sr. Presidente, e concluo, porque vamos ter a felicidade de pegar o avião para o Piauí, terra querida, filha do Sol do Equador.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa. Desejo a V. Ex^a uma boa viagem até o grande Estado do Piauí.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, um dos maiores Líderes da Oposição nesta Casa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as. Senadores, registro, antes de mais nada, a presença neste plenário, desde o início da sessão, do Deputado, ex-Presidente do PMDB, homem digno que combateu o regime militar durante toda a sua duração, Paes de Andrade, meu querido amigo, querido amigo mesmo, que até pouco tempo atrás era, com muita honra e com muita competência, Embaixador do Brasil em Portugal.

Sr. Presidente, antes de entrar no tema fundamental do dia nesta república de escândalos, eu faço dois registros que julgo pertinentes, necessários.

Eu me dirijo ao Rio, daqui a pouco, para participar de Seminário da Fundação Astrojildo Pereira, ligada ao antigo Partido Comunista Brasileiro. O seminário, que durará o dia de hoje, 28, e o dia de amanhã, dia 29 de março, reunirá políticos e intelectuais e terá como um de seus expositores Armênio Guedes, o único sobrevivente dentre os redatores da Declaração de 58 do Partidão – é uma declaração cinqüentona, portanto, mas mostra muita lucidez, muito humanismo e certamente tem muito de atualidade.

Estarei lá ao lado de Roberto Freire e de tantas pessoas que construíram suas vidas públicas dentro

ou perto de um partido político que prestou, com seus erros e seus inúmeros acertos, inestimáveis serviços à causa da democracia neste País. Refiro-me ao Partido Comunista Brasileiro, que, hoje, com as adaptações do tempo, é sucedido pelo Partido Popular Socialista, o PPS.

E ainda, Sr. Presidente, peço que igualmente vá para os Anais da Casa a matéria prodigiosa da jornalista Lydia Medeiros, querida amiga que está há algum tempo no Rio de Janeiro – fazendo muita falta à cobertura da política deste País em Brasília. Trata-se da matéria da página 14 do jornal *O Globo* de hoje, intitulada: “Mataram um estudante. Podia ser seu filho”. Isso, aliás, foi objeto de um artigo magistral do jornalista Hélio Fernandes: “Mataram um estudante. E se fosse um filho seu?”, publicado na **Tribuna da Imprensa** da época.

A matéria traz como subtítulo: “Há 40 anos, o Rio parava para se comover e protestar contra o assassinato de Edson Luís no Calabouço”. E aqui revejo figuras, revejo fotos. O texto de Lydia Medeiros é correto, a matéria merece ser integralmente levada aos Anais da Casa.

Eu estava na passeata em protesto pelo assassinato de Edson Luís e estava na missa na Candelária, à qual ela se refere assim:

No dia 4 de abril, a missa de 7º dia levou uma multidão à Candelária. A cerimônia foi celebrada pelo vigário-geral dom José de Castro Pinto e por 15 padres. Pelotões de choque, agentes do Dops e fuzileiros navais cercavam a Praça Pio X. Aviões da FAB sobrevoavam o local. Na igreja, o efeito do gás lacrimogêneo confundia-se às lágrimas de emoção. No fim da comunhão, o ruído das patas dos cavalos já era intenso. Tentou-se organizar a saída, com os padres à frente, em fila, de mãos dadas.

Referindo-se ao clima de polarização no Congresso, ela menciona algumas manifestações. Uma, equivocada, de um querido amigo, meu e de minha família, Deputado Leopoldo Peres, da Arena do Amazonas, que, no fundo, justificava a violência. Uma outra, do Deputado da Arena de São Paulo Bezerra de Melo, que recolhia assinaturas para uma CPI para investigar a violência àquela altura. Ela também faz referência a um discurso de meu pai:

No Senado, Arthur Virgílio, do MDB do Amazonas, pai do atual senador tucano Arthur Virgílio, protestava violentamente contra a polícia da Guanabara: ‘A nação espera que os bandidos fardados sintam o peso da Justiça’.

Sr. Presidente, recebi ainda um *e-mail* de um cidadão que me fala de um escândalo do Bancoop.

Eu, sinceramente, nessa lufa-lufa de apurar tanta barbaridade cometida por esse Governo, passei, e faço questão de que vá para os Anais do jeito que fiz. Eu perguntei para o meu assessor de imprensa, Ary Ribeiro: Ary, que escândalo é esse? Eu não sabia, sinceramente, do que se tratava; eu marquei touca, como dizem mais vulgarmente os brasileiros, mais popularmente. Aí o Ary me traz matéria do *Estadão* de volta dizendo que o Bancoop arrecadava para o PT – suspeita do promotor José Carlos Blat. Quero que isso vá para os Anais. E aí vêm sempre aquelas desculpas do Presidente do PT, Deputado Ricardo Berzoini, de que não há problema. O suplente de Senador por São Paulo Vaccari Neto é o presidente do Bancoop, era o presidente do Bancoop à época do escândalo.

Mas vamos agora ao que tem realmente interessado no dia de hoje.

Sr. Presidente, ainda há pouco eu estava ouvindo o Senador Pedro Simon e o Senador Heráclito Fortes, ambos em discursos candentes – é o que se espera dos dois –, mas, de certa forma, benevolentes com a Ministra Dilma. Digo isso, porque não estou sentindo que isto aqui seja coisa de aloprado contra ela, algo para derrubá-la, fogo amigo. Não estou vendo que seja isso não.

Vamos ver a matéria da **Folha de S.Paulo** de Leonardo Souza, Marta Salomon e Andreza Matais. Essa matéria, que hoje é manchete da **Folha**, é preocupação na imprensa nacional como um todo, seqüência da matéria de **Veja** na semana passada, e é uma lição para a tropa de choque do Governo na CPI. É uma lição, Sr. Presidente: parecia que bastava aquela gritaria, aquele berreiro, aquela algazarra e que estava tudo morto, mas a democracia está funcionando. E, se não foi possível se convocar a Ministra Dilma naquele momento, em seqüência ao que denunciou a **Veja**, lá vem a **Folha de S.Paulo**. E aqui está a Ministra, quando nada sob suspeição; quando nada com o seu braço direito, a Drª Erenice Guerra, sob pesada suspeição; quando nada o braço direito das duas, a Srª Castrilho, sob pesadíssima suspeição. Então, aquele berreiro adiantou pouco. Semana que vem, nem sabemos quais serão os desdobramentos de fato tão grave.

Mas, muito bem. Denuncia a **Folha de S.Paulo** que o banco de dados montado a pedido de Erenice Alves Guerra é paralelo ao Suprim, órgão que supre de recursos as contas tipo B e as contas de cartões corporativos. Então, fizeram paralelamente ao Suprim, aos métodos do Suprim, fizeram um levantamento que virou o tal dossier criminoso que visava a intimidar a Oposição, que foi descoberto, desmoralizado e desmascarado pela revista **Veja**.

O banco de dados foi montado paralelamente ao Suprim, e o Governo nega tratar-se de um dossiê. O estranho é que D. Ruth Cardoso recebeu um telefonema da Ministra Dilma Rousseff e, depois, divulgou. É claro que foi um ato de mídia, uma delicadeza, sim, que bom! Há tanta gente que diz que ela não é uma pessoa delicada, mas viu-se que é, ligou para a D. Ruth Cardoso. Esqueceu-se de dizer que D. Ruth disse: "Mas quero, Ministra, as minhas contas todas abertas. Eu quero os meus sigilos todos quebrados."

E vamos descobrir, depois, que pode ter sido uma senhora farsa. A Ministra, provavelmente, sabia o que se passava, ligando para resolver um problema político do Governo – e aí é que vem a teia da democracia caindo como uma mosca, quem sabe, na teia que a democracia arma para pegar contradições.

Segundo a **Folha**, "a interlocutores Erenice se responsabilizava [ou se responsabilizaria, ou se responsabiliza] pelas decisões de organizar processos de despesas de Fernando Henrique Cardoso, isentando a chefe de ter tomado a decisão". Pode não ser capaz esse fato de atingir, Senador Adelmir Santana, a Ministra Dilma Rousseff, acho difícil. Na pior das hipóteses, ela passa não pela eficaz gerente do PAC, mas passa pela tola que não sabia de crimes praticados sob a administração dela, e pode ser que ela própria esteja vivendo aquilo que foi vivido pelo Ministro da Fazenda Antonio Palocci, quando parecia que não era nada aquele caso Francenildo e o caso foi se avolumando, se avolumando até que Palocci caiu. Ele que foi um dos grandes Ministros da Fazenda deste País caiu, mas porque pesou sobre ele a deprimente suspeita de ter participado de uma manobra que quebrou o sigilo de um brasileiro.

Eu poderia dizer, se eu quisesse repetir o jargão demagógico do Presidente Lula: "humildes brasileiros, nordestinos...". Nada disso, um brasileiro. Não pode nem quebrar nem a dele, nem a do Antônio Ermírio de Moraes. Não pode desrespeitar o direito nem do Francenildo, nem de um Matarazzo qualquer ou de um Bonfiglioli de São Paulo. Não pode. Foi crime e, por isso, caiu o Ministro Palocci.

Continua a **Folha**: "Erenice é conhecida como 'faz-tudo' de Dilma." No linguajar do Palácio do Planalto, diz que ela e Castrillo – recebi um *e-mail*, que estou confirmado –, elas próprias se autodenominaram "amarra-cachorro". Sei lá o que significa amarra-cachorro, porque para mim cachorro que morde é o que está solto, não é o que está amarrado. Mas é uma expressão que inventaram, prefiro não entrar nesse jargão. Já sei palavras demais do português, não quero aprender com eles não.

Quando o trabalho começou a ser feito, corriam as negociações no Congresso para investigar gastos com cartões corporativos do Presidente Lula."

Então, segundo a **Folha** – e isso é óbvio –, houve uma reação:

Um dos relatórios produzidos na Casa Civil, a que a *Folha* teve acesso, mostra que os dados foram organizados de forma diversa do Suprim.

E por quê? Primeiro, porque com treze páginas apenas, dados pinçados, fora da ordem cronológica. Segundo, com ênfase para os gastos efetuados sob a responsabilidade da primeira-dama de então, Ruth Cardoso. Ou seja, quando se falava em Ruth Cardoso, caixa alta, letras grandonas. Por que trataram D. Ruth Cardoso diferentemente do "Seu José das Couves", que estaria também efetuando gastos com cartão corporativo? Por que caixa alta para D. Ruth Cardoso? Terceiro, porque o nome da ex-primeira-dama é citado 23 vezes.

Erenice, segundo ainda a denúncia, teria selecionado funcionários de cada área para criar uma força-tarefa logo após o carnaval, na primeira semana após o carnaval, com o objetivo de chegar a este resultado de ter o dossiê. Vazaria o enxertinho dele para, quem sabe, meter medo nas oposições, as oposições silenciariam.

Tem gente que, olhando para si próprio no espelho, pensa que está refletindo os outros, quando está refletindo seus próprios temores, seus próprios comprometimentos, seus próprios rabis presos. Eu jamais vi um Governo com tanto rabo preso na história republicana deste País.

Mas, muito bem:

A **Folha** apurou que Erenice justificou a empreatada aos subordinados alegando ser preciso fazer o levantamento para atender a eventuais demandas da CPI dos Cartões e destacou sua Chefe-de-Gabinete, Maria de La Soledad Castrillo, para coordenar os trabalhos. Seria um trio: a Ministra Dilma, Erenice Guerra e Maria de La Soledad Castillo.

Por meio de sua assessoria, Erenice negou que tivesse sido reunião com os secretários de Controle Interno e da Secretaria de Administração e Diretoria de Logística, 'para discutir qualquer tipo de assunto referente a levantamento de dados e suprimentos de fundos'.

Mas confirmou que a Casa Civil está alimentando banco de dados com a informação do suprimento de fundos entre 1998 e 2002 [...]

Aí, pergunto: por que 1998/2002? Por que não 2003, 2008, precisamente o período em que se deu a denúncia do crime, a denúncia da malversação de recursos públicos através de cartões corporativos?

O cerco vai se fechando, Sr. Presidente. O cerco vai se fechando:

A seleção e a organização de despesas do Governo Fernando Henrique Cardoso durou um mês e meio até os primeiros lançamentos das despesas no Suprim – que seria o destino das informações.

Mas aí a revista **Veja** denuncia, e, em denunciando, os dados, então, passaram agora a ser digitados diretamente no Suprim.

Tentaram colocar o cadeado depois de a casa ter sido arrombada pela própria arapongagem deles.

Erenice, consultora de Dilma Rousseff no Ministério de Minas e Energia... E volto a dizer que o nome da Professora Ruth Cardoso foi citado 23 vezes, em caixa alta, com dados pinçados, dando ênfase a informações sobre os seguintes suprimentos de fundos, e contas B, e cartões corporativos, envolvendo guloseimas, bebidas, vinhos; aquelas coisas que eram compradas para o Palácio. Não há, nas informações reunidas sobre o governo anterior, uma seqüência de datas ou de padrão, dando a impressão de que podem ter sido pinçados esses dados.

Faz referência – o nome do Presidente Fernando Henrique não é citado – a um gasto realizado para atender a despesas com viagem do Presidente do PR: foi um jantar, no restaurante Fasano, em São Paulo, que teria custado R\$2.640,00; faz referências a gastos com o meu antecessor na Secretaria Geral da Presidência da República, Ministro Aloísio Nunes Ferreira; faz referência a gastos dos Ministros Eduardo Jorge, da Secretaria Geral, também antecessor este de Aloísio, e Clóvis Carvalho, da Casa Civil, mostrando gastos com locação de veículos, incluindo os da primeira-dama, no total de R\$3.133,85. O relatório de suprimentos de fundos cita, por exemplo, a compra de toucas de banho – e aí entra em detalhes, enfim.

Eu devo lembrar que o Presidente Fernando Henrique autorizou a divulgação de todos os seus dados, por entender que dados de Presidente da República não são sigilosos coisa alguma.

Eu devo dizer, Sr. Presidente, que eu ontem estive no Palácio do Planalto com o Deputado Raul Jungmann. E nós levamos para lá quatro documentos: a autorização minha e do Deputado Jungmann para que abrissem os nossos sigilos; e uma declaração, firmada pelo Deputado Paulo Renato, que, como nós dois (Jungmann e eu), também foi Ministro no Governo passado, para que abrissem o sigilo dele, Paulo Renato, enquanto Titular do Ministério da Educação. E levamos um quarto documento, que foi assinado por mim e pelo Deputado Jungmann, um requerimento pedindo ao Presidente Lula que se colocasse em brios

e abrisse os seus dados, os seus gastos com cartões corporativos e com contas tipo B.

Advirto e chamo atenção de V. Ex^a, da imprensa, chamo atenção para o seguinte fato: se o Presidente Lula não responder aos nossos requerimentos, nós temos muita força para ir ao Supremo Tribunal Federal e pedir que o Supremo Tribunal Federal determine que ele faça isso, que a Casa Civil libere os gastos do Presidente Lula e de D. Marisa Letícia. Se o Presidente Lula responder que os dados são sigilosos e que, por isso, não nos pode repassar (esses dados), também nós vamos fortes ao Supremo Tribunal Federal. Eu quero avisar com muita clareza, para que nós não caiamos em uma armadilha que pode ser montada do Palácio para cá, que, se o Presidente Lula pedir ao Dr. Gilberto Carvalho, por exemplo, seu secretário particular, para responder por ele, que eu percebi que isso vai de encontro (isso vai contra) o entendimento do Supremo Tribunal Federal que entende que só aquele que é questionado deve dar a resposta. E a resposta pode ser a negativa, pode ser a afirmação ou pode ser, Sr. Presidente, a omissão. Com a omissão, eu vou ao Supremo; com a negação dele, eu vou ao Supremo; se um outro negar por ele, eu vou ao Supremo, mas não ganho. Então, se ele mandar outro negar por ele, eu irei ao Supremo e não ganharei. Então, não irei ao Supremo, porque não vou colocar em maus lençóis a Suprema Corte do País, que eu respeito acima de qualquer coisa, institucionalmente, neste nosso Brasil.

Mas eu ontem estive, senhoras e senhores, no Palácio do Planalto e fui recebido cavalheirescamente pelo secretário particular do Presidente, Dr. Gilberto Carvalho, e por uma senhora bastante cordial, bastante educada, bastante elegante, chamada Erenice Guerra. Ela se sentou à cabeceira, eu me sentei ao lado esquerdo dela; ao lado direito dela, sentou-se o Deputado Jungmann; e ao lado direito de Jungmann, sentou-se o Dr. Gilberto Carvalho.

Eu devo confessar que estou estupefato, estupefato com isto. Ela me disse: "Senador, acredite (olhando nos meus olhos) acredite que eu estou investigando isso. Acredite que nós consideramos isso um fato lamentável. Acredite que isso aí é muito triste. Isso aí foi um fato que só serve para complicar as relações entre Governo e Oposição". Eu olhei para ela e disse: "Olha, eu estou muito tocado com a forma como a senhora está se dirigindo a mim. Gosto muito das pessoas que olham nos olhos das pessoas, como a senhora está fazendo comigo".

Eu considero – e não tem como ela dizer que não preparou isso – que conheci uma pessoa perigosa. Se alguém quisesse montar uma quadrilha e quisesse passar pelo aeroporto sem despertar suspeita de

ninguém, poderia colocá-la à testa do negócio, porque ninguém ia suspeitar dela no aeroporto, porque ontem eu me despedi dela com um abraço afetuoso, seguro de que estava diante de uma pessoa que não tinha mesmo o que temer nesse episódio. Aí abro o jornal **Folha de S.Paulo** hoje e vejo que ela é a responsável – tudo indica mesmo – pela confecção do documento espúrio e criminoso que foi vazado para a revista *Veja* como tática intimidatória, que saiu pela culatra, das Oposições.

Quando eu vou hoje ao Rio de Janeiro – e para isso desmontei todos os meus compromissos – para os cinqüenta anos da declaração do Partidão, eu me lembro que 58 era ano de Brasil de democracia insegura, era ano de Ministério da Guerra. Hoje temos Ministério da Defesa, um passo civilizatório muito grande que atingimos.

Pouco tempo antes de 58, haviam lutado alguns golpistas para impedir a posse do Presidente constitucional Juscelino Kubitschek. E eu me lembro mais. Aqui está a belíssima matéria da jornalista Lydia Medeiros sobre o assassinato de Edson Luis, referindo-se há quarenta anos atrás. O ano de 58 estava a apenas dez anos de 1968, a apenas dez anos do Ato Institucional nº 5, que foi o mais brutal instrumento de que se valeu a ditadura para esmagar a soberania dos brasileiros. Em 1958, estava a apenas seis anos do golpe militar que, por 21 anos, tutelou o País, Sr. Presidente. Hoje, 2008, cinqüenta anos depois da declaração do Partidão, quarenta anos depois do assassinato de Edson Luis. De 1985 para cá, eu diria que temos 23 anos do início do processo de redemocratização. De 1988 para cá, temos 20 anos da promulgação da Carta Constitucional, a Carta de 1988 – a presidência da Câmara dos Deputados e a liderança do processo constituinte foram de Ulysses Guimarães; e a relatoria foi do meu conterrâneo o Senador Bernardo Cabral. Faz vinte anos da Constituição e até hoje estamos aqui discutindo a questão democrática ainda, porque o que fizeram não foi outra coisa que não pisotear os princípios que devem reger uma democracia sólida, consolidada, como essa que pretendemos para o País.

Não vou aqui entrar nos detalhes de guerra interna para destruir a candidatura de Ministra Dilma. Que candidatura de Ministra Dilma? Qual é a pessoa no País que pode levar a sério a candidatura da Ministra Dilma? Candidata a quê? Não foi candidata a síndica de edifício até hoje, não foi candidata a Prefeita, não foi candidata a coisa alguma. Não perdeu, não sabe a amargura de uma derrota, não conhece o júbilo de uma vitória obtida pelo seu próprio mérito, pelo debate com seus concorrentes. Como é candidata a Presidente da República? Eu não me conformo até hoje em acreditar

numa coisa dessas. Quando o Presidente Lula insinua que ela é candidata, ele me dá a impressão de que ele não abre mão de disputar ele próprio o tal terceiro mandato. Se estivesse falando sério em candidatura, pensaria em qualquer pessoa, menos nela. Qual é a dificuldade que a Oposição teria com qualquer candidato? Isso é até complicado para nós, porque, se temos que nos unir para enfrentar um candidato forte, para enfrentar a Ministra Dilma... Quem é que não enfrenta a Ministra Dilma nas Oposições? Aí vão aparecer 250 candidatos aqui, porque todos vão achar que vencem – e vencem! – a Ministra Dilma.

Então, não há, Senador Heráclito, essa história de que existe aloprado, não. Ela é aloparda. Aconteceu o alopramento da Ministra Dilma. Ela é aloparda. Isso que aconteceu foi alopramento, para ficarmos na linguagem amena do Presidente Lula.

Ela não pode dizer que não conhecia isso. Não podemos cultuar essa república do “eu não sabia.” Fica muito fácil, daqui para frente, todo mundo que pratica corrupção – ou crimes, ou delinqüência –, daqui para frente, todo mundo se escafeder das responsabilidades que têm que assumir: “eu não sabia”, “a culpa foi não sei de quem”.

O documento saiu da Drª Erenice. Não saiu de nenhum adversário dela do PT, não. O documento saiu da Casa Civil. Saiu da Drª Erenice, saiu da Drª Castrillo, saiu lá das responsabilidades dela. Ela, que cuida do PAC, se não é capaz de tomar conta do que acontece na Casa Civil, coitado do PAC. Não vai para lugar nenhum. Coitado do PAC. Não vai para lugar nenhum.

Estamos diante de um fato muito grave, extremamente grave. Não há a menor importância se existe guerra interna no PT. Não acredito que, no PT, alguém esteja levando a sério a candidatura da Ministra Dilma. Sinceramente, não acredito. Por mais que me digam, eu não acredito. Eu não acredito.

Acredito que nós temos que nos concentrar não é em momento eleitoral nenhum. Quem está preocupado em campanha e não pára de fazer campanha, a cada dia, em termos mais vulgares, é o próprio Presidente Lula. E ainda acusa a Oposição de estar sendo eleitoreira. Ela que está fechada nos seus partidos, nas suas tribunas, praticamente sequer se movimentando pelo País.

Temos um crime muito grave diante de nós. E aí concordo com o Senador Heráclito: o mínimo que pode acontecer é a Ministra se dirigir tranquilamente à CPMI para explicar esses fatos. Agora, entendo que as oposições devem pedir, sim, a intervenção da Polícia Federal para investigar isso na Casa Civil da Presidência da República. Entendo que devem ser cada vez mais freqüentes os nossos contatos com o Minis-

tério Público Federal. Entendo que devemos insistir na votação, urgentemente, do requerimento pedindo que venha para o Senado da República, para a Câmara dos Deputados, para a CPMI os dados do TCU, órgão assessor do Legislativo.

Havia recomendação da base governista no documento que foi flagrado pelo Senador Marconi Perillo e lido na última reunião da CPMI, para que votassem contra a vinda dos documentos para a CPMI. Ora, como podem negar ao assessorado o direito de receber documentos que estão nas mãos dos ilustres assessores que fazem parte dessa altíssima Corte, que é o Tribunal de Contas da União? Está na hora de definirmos isso, até porque quem vai definir a nossa posição na CPMI é a Senadora Marisa Serrano, figura séria, correta, paciente, com todas as virtudes. S. Ex^a vai saber nos dizer... E vamos investir tudo o que pudermos na CPMI, nunca nos esquecendo de que aqui na Mesa da Casa há o pedido de construção de uma CPI do Senado. Basta chegarmos aqui na segunda-feira ou na terça-feira pedindo a leitura e é instalada imediatamente uma CPI do Senado para se tentar, por outra via também, essa investigação, incluindo esse crime.

Em outras palavras, ao conceder o aparte ao Senador Heráclito Fortes, eu devo dizer algo: Deus permita que a Ministra tenha uma explicação convincente. Estou cansado de bodes expiatórios, eu não gosto de atitudes covardes. Eu sou avesso à covardia. A covardia não faz parte da minha conformação psicológica. Eu fui criado assim, nasci assim e procuro passar isso para os meus filhos. Essa história de que o de baixo paga, de que o de baixo fica quieto, sei lá sob que recompensa, o do meio paga, para que o de cima fique impune... É lamentável se de novo isso acontecer. Mas a democracia brasileira está muito vigilante.

No episódio do caseiro Francenildo, eu lamento ter que recordar, nós tínhamos o todo poderoso Ministro da Fazenda, a mais importante figura do Governo Lula – e não há termo de comparação entre a eficácia e a eficiência do Ministro Palocci e o que me parece a ineficácia, a ineficiência muito bafejada pela sorte de reformas anteriores, muito bafejada pelo apoio de um desafeto ideológico seu, que é Henrique Meirelles, muito bafejada até pela decisão do Presidente Lula de apoiar Meirelles hoje. Mas não há comparação entre o que me parece uma eficácia menor de Mantega e a enorme eficácia de Palocci, mas aí chegou um momento em que quebraram o sigilo do caseiro Francenildo! Cometeram um crime terrível! Quebraram o sigilo do caseiro Francenildo! Eu não estou dizendo aqui do caseiro pobrezinho, de um cidadão brasileiro. Podia ser meu, seu, do Dr. Antônio Ermírio de Moraes, eu repito, podia ser do Banco Itaú, podia ser de quem fosse, não

podiam ter feito o que fizeram porque não respeitaram a regra da democracia e fizeram o que fizeram.

Espero que não estejamos novamente diante do caseiro Francenildo, espero que não seja aquela coisa que vão desmentindo, e a teia de aranha vai pegando a mosca, e vai-se pegando mais mosca, até que se chega à mosca chefe, porque neste País não se esconde mais nada. É simplório, é pobre, intelectualmente, alguém imaginar que se monta uma tropa de choque e que se impede por aí a investigação dos fatos que a Nação está a requerer.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a falou na Polícia Federal, respeitada e admirada por todo brasileiro, aquela Polícia Federal que detonou os aloprados. Mas quero lembrar a V. Ex^a que, no início dessa crise, quando os fatos começaram a aparecer, uma declaração nua e crua do Ministro Tarso Genro dizendo que a Polícia Federal não iria investigar o caso, é muito grave, porque tira a autonomia da Polícia Federal, que era uma tranquilidade para todos nós, para a cidadania brasileira. V. Ex^a não estava presente quando eu alertei para um fato que acontece, que nos deixa estarrecidos – o nosso Senador Presidente sabe bem do que eu falo –, que é a invasão de privacidade hoje do cidadão brasileiro. Andaram comprando uns equipamentos de escuta telefônica chamado Projeto Guardião. Ninguém tem mais privacidade. As pessoas inescrupulosamente e não sei com que fim avançam na intimidade de outras pessoas, seja homem público ou não. É muito grave isso. Agora, pergunto a V. Ex^a: a Ministra Dilma, comprovado tudo isso, vai telefonar de novo para a Dona Ruth Cardoso para pedir desculpa da desculpa? Porque é um fato grave, Senador Arthur Virgílio. E aí começamos entender o porquê daquela deprimente reunião da CPMI, porque aquela pressa, porque aquela tropa de choque batia no peito e dizia: “olha, a base do Governo tem maioria, maioria para ganhar, maioria para votar; vota e ganha”. E saíram comemorando aquele escore de 14 a 7, e o Líder do Governo vem depois dizer que não vem agora porque tem que trabalhar e tem que se guardar para 2010, lançando precipitadamente uma campanha eleitoral. Eu acho que, diante de tanto afago e de tanto elogio, a Ministra começou a se empolgar com essa candidatura a Presidência. O que me preocupa – e não é para menos, o momento é propício – é que, ao invés da mosca azul, a Ministra não ter sido picada pelo mosquito da dengue. E aí é terrível, Senador Arthur Virgílio. Mas vamos aguardar o final de semana, a imprensa deve trazer esclarecimentos ainda mais robustos sobre o que aconteceu. E V. Ex^a tem razão, esses episódios estão se repetindo

ipsis literis. No primeiro momento não houve nada do caseiro, não tem nada, o caseiro foi financiado; foram em cima das minhas contas, veja bem, Sr. Presidente, pelo simples fato de eu ser piauiense e o caseiro ter um pai no Piauí. Foi um Deus nos acuda aqui. Pediram para filmar o gabinete do então Senador Antero Paes de Barros, para ver quem entrava e quem saía, e por aí vai. De repente, a verdade veio, Senador Arthur Virgílio, e nem naquele momento eles sentiram que bisbilhotar a vida alheia não era um bom caminho. Na reta final da campanha, foram novamente pegos bisbilhotando contas – já aí no Mato Grosso – e atividades de pessoas via funcionários do Banco do Brasil, uma instituição secular, sempre respeitada, não só pelo serviço que presta ao País, pelo setor financeiro, mas também pela formação de grandes homens. De repente, caem na mesma administração dois diretores de banco por bisbilhotagem: o primeiro e o substituto. É uma escola que está se montando neste País. E é preciso, Senador Arthur Virgílio, sinceramente, que nós da Oposição, que somos minoria, não arredemos o pé dessa catilinária, para alertar a Nação. O País está começando a perder a capacidade de se indignar. Todo dia é um escândalo, e esses escândalos terminam caindo no esquecimento. Vai indo, não se apura, não se chega a nada, e está-se fazendo uma escola: pode roubar, pode errar, pode cometer o erro que for, e não tem punição para ninguém. Eu louvo V. Ex^a por esse pronunciamento, e esperamos que o início desta semana seja o início de muitos esclarecimentos sobre esse episódio lamentável. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Sr. Presidente, antes de encerrar, desejo fazer algumas observações em cima, inclusive, do aparte do Senador Heráclito.

Veja bem a Casa: a Ministra Dilma, a mim, não se afigura como uma pessoa corrupta, se a gente leva em conta o aspecto pecuniário da corrupção. Para mim, contrabandear, forjar ou vazar um documento ilegalmente, isso é corrupção. Mas, se a gente diz assim: "A Dilma tem cara de quem gosta de dinheiro", não me parece.

Mas precisamente hoje, quando vou ao Rio de Janeiro, para rever companheiros tão queridos e lembrar lutas tão memoráveis, lembro-me de que o Partidão fez opção por não entrar na luta armada. Tenho amigos muitos queridos que fizeram isso, cometeram esse equívoco, pessoas generosas. Algumas delas, depois, ficaram intratáveis e não conseguiam tratar bem pessoas que, como eu, haviam optado por não pegar em armas contra a ditadura. Ficaram intratáveis, enclausuradas no mundo, e, no fundo, no fundo, sonhando

um sonho impossível de implantar outra ditadura no lugar da ditadura que existia. Era o que queriam, no fundo, no fundo.

Refiro-me, agora, ao Ministro José Dirceu. Vamos colocar aqui a verdade dos fatos. Quando Dilma assumiu o lugar dele, depois de ele ter sido derrubado do jeito que foi, ele disse: "Minha companheira de armas". José Dirceu nunca pegou em armas. Não é verdade. Ele jamais pegou em armas. É bom colocarmos os pingos nos is devidos. Ela pegou em armas. Ela participou do assalto à casa da amante de Adhemar de Barros, Ana Gimol Capriglione, conhecida pelo pseudônimo de Dr. Rui, em que foi apurado algo em torno de US\$3 milhões, na época em que o dólar era dólar, para financiar a guerrilha liderada por Carlos Lamarca.

Não acho que ela deva ter ficado com um tostão daquilo, com certeza. Acredito que ela não seja de dinheiro; ela não me parece dinheirista. Sinceramente, ela não me parece dinheirista. Agora, ela me parece acreditar que os fins justificam os meios, sim. Aí pode ser. Do mesmo jeito que chegou àquele extremo, pode ter chegado a esse outro extremo, tão mais fácil. Diffícil era aquela atitude corajosa, equivocada, mas corajosa, brava, de pegar em armas contra um governo inexpugnável, aquele da ditadura, do ponto de vista armado. Não era inexpugnável a ação das passeatas, a ação da organização popular, a ação da resistência parlamentar, a ação da mobilização de intelectuais, a ação da pressão de jornalistas sobre as suas redações para abrir nesgas de espaços de expressão democrática cada vez maiores para ir minando o regime. Essa foi uma atitude que alguns tomaram. Outros optaram pelo tudo ou nada diante de uma força militar, repito, contra eles, generosos, mas equivocados, inexpugnável. E o resultado foi aquilo: morte, mutilações e pressão popular, que veio sem armas. Foi esta que forçou realmente a abertura democrática, inclusive com a participação do povo nas urnas, porque quem pegava em armas também negava a participação no MDB, Partido que meu pai teve a honra de liderar nesta Casa. Quem pegava em armas dizia: "O MDB é uma farsa". Quem não pegava em armas falava: "Muito bem, se não tenho outro lugar para me mexer, então vou para o MDB". E foi lá que se tornou possível uma mobilização popular sem precedentes no País, que, com paciência, foi minando o regime autoritário e criando condições para o retorno à democracia.

Tentamos depois, já em 1984, as eleições diretas com a Emenda Dante de Oliveira e logramos, como um belo prêmio de compensação, não pela derrota, porque ela obteve mais votos do que a negativa, mas pelo não-atingimento do *quorum* constitucionalmente exigido para a aprovação de uma emenda... Nós, não

tendo a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, partimos imediatamente para o apoio a Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Alguns companheiros diziam: "Ir ao Colégio Eleitoral é coonestar à ditadura". Se tivéssemos fugido do Colégio Eleitoral, o Presidente teria sido Paulo Maluf. Como fomos ao Colégio Eleitoral, o Presidente foi Tancredo Neves, que, infelizmente, morreu e deu vez ao Vice-Presidente, José Sarney, de quem tenho discordâncias profundas, que a Casa conhece, mas que cumpriu à risca o seu papel, naquele momento, de fiador da transição democrática. Esses são fatos históricos. Eu não brinco com a História, eu não misturo quaisquer sentimentos com História. Abriu, num momento histórico também, o Palácio do Planalto para Giocondo Dias, João Amazonas e a direção do MR-8. Abriu o Palácio do Planalto para receber os dirigentes dos principais partidos clandestinos do País. Foi um momento histórico. Fica como algo positivo na biografia do Presidente Sarney.

Ela, quem sabe, é daquelas que pensam que os fins justificam os meios mesmo, o tempo inteiro. Deve ter dito: "Essa gente está acuando o nosso Presidente, que faz o melhor pelo País". Aí começa a elaborar todo um raciocínio: "Estão tentando impedir que nós continuemos salvando o País. Então, vou autorizar a Drª Erenice, que vai autorizar a Drª Castrillo a mexer nos dados, para incriminar esse pessoal. E eles vão calar a boca".

Erro redondo e erro rotundo. Primeiro, porque começou com um crime; segundo, porque não calou a boca de ninguém; terceiro, porque não vai calar a boca de ninguém; quarto, porque nós queremos a apuração desse crime até o final e, quinto, porque nós queremos a liberação de todos os dados dos dois presidentes.

Não vejo condição moral de negar isto à Nação brasileira: a divulgação de todos os dados, de todos os ministros, dos dois presidentes, das duas primeiras-damas. É o mínimo que a Nação pode merecer. Se é que querem, de alguma forma, tentar remediar isso que começou denunciado pela revista *Veja*, que vai, agora, com a preocupação brasileira, pelas vias da **Folha de S. Paulo** e que, tenho certeza, a partir de amanhã, ganhará a sensibilidade maiúscula de toda a imprensa brasileira.

Sr. Presidente, sou muito otimista quando se fala da democracia brasileira. Não adianta o Presidente Lula dizer as bobagens que diz todos os dias, aonde quer que ele vá. Não me atemorizam os índices de popularidade dele, que é um problema dele com o povo, enfim. Não estou aqui para discutir. Se isso aí tiver que custar a minha carreira política ou a de tantos, que custe, que custe. Fui eleito para um mandato de oito anos, não de dezesseis. Fui eleito para um mandato

de oito anos e vou cumpri-lo à risca. Não sou biônico, não fui nomeado Senador, não fiz concurso para Senador. Sou diplomata por concurso, que é outra história, mas não sou Senador vitalício. Vou cumprir o meu papel até o final.

Então, esse negócio de estar popular ou não estar popular não é comigo; quero saber é se houve crime ou não, se houve roubo ou não. Houve crime e houve roubo. Esta é a minha convicção e é meu dever passar isto para as pessoas.

Vejam bem: brincaram com a democracia brasileira e com a maturidade dela. Terceiro mandato não existe, não existe. O Brasil é muito maior do que esses arreganhos. Compreendam isso, de uma vez por todas, e "enfiem a viola no saco" de uma vez por todas! Não existe, Sr. Presidente, essa possibilidade. Golpe, essas manobras, ilegalidades... Imaginar que todos os jornais que funcionam, todos os **blogs**, todos os *sítios*, todas as televisões, todas as rádios, todas as tribunas do País vão passar batidos diante de equívocos, de crimes, de "alopramentos", de irregularidades é desdenhar de uma maturidade que deveria orgulhar os brasileiros; é desdenhar de uma maturidade que deveria inflar o nosso peito de orgulho pelo País.

Se alguém pensa que vai montar um esquema de poder, que vai permanecer no poder ou que vai esmagar a ordem constitucional brasileira na base de mentiras, como se não houvesse imprensa, como se não houvesse Congresso, como se não houvesse a opinião pública, esse alguém está muito enganado. Não passarão e este caso vai ser desvendado. E não é o berreiro de tropa de choque de CPI que vai impedir que esse caso seja desvendado. Está muito além de CPI.

Isso tem a ver com a democracia brasileira, tem a ver com a independência do Supremo Tribunal Federal, tem a ver com a soberania do Ministério Público, tem a ver com a opinião pública, que vai acordar. Ela já acordou tantas vezes. Ela cochila, mas não adormece. Ela vai despertar do cochilo.

Por outro lado, vamos aguardar os próximos fatos. Pode ser que, na semana que vem, tenhamos notícias mais esclarecedoras. Alguma coisa me diz que teremos notícias mais esclarecedoras na semana que vem, que teremos mais demonstrações do que é capaz essa gente que está no poder. Tenho muita convicção de que essa abelhinha que sopra no meu ouvido está certa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

‘Mataram um estudante. Podia ser seu filho’

Há 40 anos, o Rio parava para se comover e protestar contra o assassinato de Edson Luis no Calabouço

Lydia Medeiros

• Era um garoto como tantos freqüentadores do Restaurante Central dos Estudantes, no Calabouço, Centro do Rio. Edson Luis de Lima Souto, de 18 anos, estava na cidade havia dois meses, vindo de Belém, no Pará. Com outros jovens pobres, muitos migrantes como ele, almoçava e jantava no bandejão subsidiado pelo governo. Por 50 centavos de cruzeiro novo, cerca de R\$ 2,50, servia-se de sopa, arroz, feijão, carne ensopada, folhas de alface e rodelas de tomate, goiabada e leite ralo.

Edson morava no Campo dos Afonsos, Zona Oeste, com a tia Enedina Pau-Ferro, casada com um sargento da Aeronáutica. Estudava no Instituto Cooperativo de Ensino, que funcionava no Calabouço. A área incluía um teatro, uma clínica e um pequeno comércio, além de sediar a União Metropolitana dos Estudantes (UME). A entidade administrava o restaurante, custeado pelo Ministério da Educação.

Edson queria completar o secundário cursando o supletivo, o antigo Madureza. Para ganhar uns trocados, engraxava os sapatos dos colegas mais abastados e faxinava o restaurante.

Uma morte que não seria negada

• Em 1968, o “Calabu” era visto pelo regime militar como um centro de agitação estudantil, de onde partiam aguerridas passeatas lideradas pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec). Protestavam especialmente contra a qualidade da comida, ou reivindicavam a conclusão das obras no

que ganhou depois um capítulo sobre Edson Luis. Por isso, o colega do curso de Direito Vladimir Palmeira o convidou aregar o caixão no dia seguinte.

Na Câmara, em Brasília, depostados se acotovelavam diante do microfone de apartes, exaltados. Houve socos e pontapés.

ESTUDANTES velam o corpo de Edson Luis na Assembléia Legislativa, para onde o carregaram imediatamente, em passeata pelo Centro, para evitar que a polícia

Ventura em “1968 — O ano que não terminou”, letrírios de cinema aludiam à morte do estudante. No Bruni, “Coração de luto”, de Teixeirinha; no Império, “A noite dos generais”, com Peter O’Toole; no Pathé, “À queimacorta”, com Lee Marvin.

Edson Luis não foi a única vítima da invasão do Calabouço. O registro de ocorrência nº 917 da 3^a DP lista outros seis feridos: Telmo Matos Henriques, Benedito Frazão Dutra (que morreu logo depois), Antônio Inácio de Paulo, Walmir Gilberto Bittencourt, Olavo de Souza Nascimento e Francisco Dias Pinto.

No dia 4 de abril, a missa de 7^º dia levou uma multidão à Candelária. A cerimônia foi celebrada pelo vigário-geral dom José de Castro Pinto e por 15 padres. Pelotões de choque, agentes do Dops e fuzileiros navais cercavam a Praça Pio X. Aviões da FAB sobrevoavam o local. Na igreja, o efeito do gás lacrimogêneo confundia-se às lágrimas de emoção. No fim da comunhão, o ruído das patas dos cavalos já era intenso. Tentou-se organizar a saída, com os padres à frente em fila, de mãos dadas. Com a

Na missa, uma tragédia evitada

• No dia 1º de abril haveria novo confronto com a polícia. Estudantes organizaram manifestações em todo o país, pelo aniversário da “revolução” de 31 de março de 1964. A pancadaria no Rio foi grande. Houve dois mortos, dezenas de feridos e mais de 200 prisões. Lojas foram depredadas, carros incendiados. Os jornais qualificavam a batalha como guerrilha urbana.

de onde partiam aguerridas passeatas lideradas pela Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (Fuec). Protestavam especialmente contra a qualidade da comida, ou reivindicavam a conclusão das obras no local — o primeiro restaurante fora demolido dois anos antes para intervenções no trânsito.

Edson não era ativista da luta contra a ditadura, mas brigava pelo restaurante onde comia, e participava ajudando a colar cartazes e jornais nos muros.

No dia 28 de março daquele ano, mais uma manifestação era organizada. Por volta das 18h, a tropa da Polícia Militar chegou. Cassetes dispersaram os cerca de 600 estudantes. Eles voltaram, afirmando paus e pedras. A polícia revidou à bala, e um disparo de pistola 45, atribuído ao aspirante Aloisio Raposo, acertou o coração de Edson Luis.

Imediatamente os estudantes cercaram o colega para evitar que a PM o levasse. Sem camisa, Edson foi carregado. Seu corpo abria espaço para uma cortejo que se formava rumo à Assembléia Legislativa, hoje Câmara de Vereadores, na Cinelândia.

"Mataram um estudante. Podia ser seu filho". A frase correu o Rio naquela noite. O tiro comoveu a cidade e levou uma multidão às ruas para velar o primeiro cadáver simbólico da ditadura militar instalada havia quatro anos.

"O tiro que matou Edson Luis disparou também um processo que a própria direção do movimento (estudantil) não conseguiu controlar. Primeiro, foi o choque, o grito de ódio. Em seguida, foi o corre-corre, o valvém, o zunzum, sem que se soubesse exatamente o que fazer. A ideia de levar o corpo para a Assembléia foi muito importante. Com o corpo nas mãos, ninguém poderia negar aquela morte", escreveu o deputado Fernando Gabeira, então repórter, no livro "O que é isso, companheiro?"

O corpo de Edson chegou à Assembléia interrompendo imediatamente a sessão. Os 55 deputados presentes correram ao saguão, que também se encheu de curiosos. Era preciso fazer a autópsia, mas os estudantes não permitiam que Edson fosse levado ao Instituto Médico-Legal. Após intensa negociação, decidiu-se que o exame seria feito na Assembléia. As 2h30m da madrugada, começava o velório.

O ex-deputado Vladimir Palmeira, em depoimento ao Projeto

Memória do Movimento Estudantil, da Fundação Roberto Marinho, diz que a turma do Calabouço era a mais combativa à época. "O pessoal de lá era de uma pequena burguesia pobre e revoltada, muito mais que o pessoal das universidades. Era uma mistura de estudantes e gente pobre que arrumava a carteirinha estudantil, saía para passeatas", contou Vladimir, um dos mais importantes líderes dos estudantes dos anos 60.

Na Assembléia, artistas como Tônia Carrero, Nara Leão, Di Cavalcanti e Ferreira Gullar uniam-se aos jovens, enquanto populares formavam uma imensa fila diante do caixão. Os discursos se sucederam até a manhã. "Estava maravilhado com os discursos que se faziam na porta da Assembléia. Era uma tribuna livre. O tema também era livre: o ponto de partida era a morte de Edson Luis, mas o ponto de chegada era o mais disparate possível", escreveu Gabeira.

Segundo Vladimir, o clima na Assembléia era de grande indignação. "Lançaram a palavra de ordem 'Podia ser um filho seu' que foi notável. Não foi uma lideira que criou. Foi uma criação coletiva. Fizeram uma faixa e o pessoal gritava numa manifestação impressionante, popular".

O jornalista e escritor Arthur Poerner estava na redação do "Correio da Manhã" quando soube da notícia. Terminou um artigo sobre a violência da repressão e correu para a Assembléia. Poerner estava prestes a publicar o livro "O poder jovem — História da participação política dos estudantes brasileiros".

Na Câmara, em Brasília, deputados se acotovelavam diante do microfone de apartes, exaltados. Houve socos e pontapés.

O discurso de Leopoldo Peres, da Arena do Amazonas, era exemplo da polarização vivida em 68: "O esquerdismo fanático está dizendo meias verdades aos jovens brasileiros". Bezerra de Melo (Arena-SP) recolhia assinaturas para uma CPI para investigar a morte e a violência contra estudantes. No Senado, Arthur Virgílio, do MDB do Amazonas, pai do atual senador tucano Arthur Virgílio, protestava violentamente contra a polícia da Guanabara: "A nação espera que os bandidos fardados sintam o peso da Justiça".

Por volta das 16h da sexta-feira, 29 de março, começou o cortejo para o enterro. O Rio parou. A crônica da época registra que foi a maior manifestação vista pela cidade até então. Cerca de 50 mil pessoas foram às ruas protestar contra a violência policial, acompanhando o caixão da Cinelândia ao Cemitério São João Batista, em Botafogo, Zona Sul, em meio a faixas ("Os velhos no poder, os jovens no caixão") e palavras de ordem.

— O cortejo ia crescendo, das janelas as pessoas acenavam com panos pretos — lembra Poerner.

No caminho, registra Zuenir, ~~que~~ ~~o~~ ~~tempo~~ ~~do~~ ~~gelo~~ ~~que~~ ~~marcava~~ ~~o~~ ~~início~~ ~~do~~ ~~ano~~ ~~que~~ ~~confundia~~ ~~se~~ ~~as~~ ~~lamentações~~ ~~com~~ ~~emoção~~. No fim da comunhão, o ruído das patas dos cavalos já era intenso. Tentou-se organizar a saída, com os padres à frente, em fila, de mãos dadas. Com a dramática intervenção, os religiosos protegeram, contou-se à época, 2,5 mil pessoas. Convenceram os soldados, que gritavam e avançavam, de que não haveria passeata. Evitaram a tragédia. Mas à saída, a repressão atuou, com prisões e agressões.

"Havia quatro anos a política brasileira estava torta, deformada pela ditadura e pelas consequentes pressões exercidas à direita e à esquerda pelas dissidências do regime e da oposição. A partir da morte de Edson Luis, a contrariedade foi para rua. Isso ocorria de qualquer maneira, naquele ou noutro dia, com cadáver ou sem", analisa o jornalista Elio Gaspari em "A ditadura envergonhada". "O crime chocara o país. Era como se ele fosse esperado havia anos, uma senha de que chegara a hora de fazer alguma coisa".

Cinco anos depois, os restos de Edson Luis foram levados para o ossário do São João Batista, por falta de interessados em mantê-los numa gaveta.

Assembléia Legislativa, para onde o carregaram imediatamente, em passeata pelo Centro, para evitar que a polícia o levasse. À esquerda, a multidão protesta durante o enterro do estudante. Cerca de 50 mil pessoas acompanharam o caixão da Cinelândia ao Cemitério São João Batista, em Botafogo

Mãe de Edson Luis chega ao Rio

Dona Maria de Belém, de 84 anos, inaugura estátua do filho

Ronaldo Brasiliense

• BELÉM E RIO. Antes de embarcar para o Rio, onde chegou ontem à tarde para prestar solidariedade em homenagem ao filho Edson Luis, morto há 40 anos, dona Maria de Belém Souto Rocha, de 84 anos, foi a um salão de beleza do conjunto Tapajós, na periferia da capital paraense, cortar o cabelo e fazer as unhas:

— Sou velha, mas tenho que fazer boa figura.

Com os cabelos brancos, que se recusa a pintar, dona Maria de Belém vive numa casa acanhada com a bisneta, Helen, de 29 anos, e quatro tataranetos. Apesar da idade, sonha com dias melhores. A indenização de R\$ 130 mil que recebeu do governo federal pela morte do filho foi gasta na compra da casa onde mora e em ajuda aos três filhos ainda vivos.

Hoje, dona Maria de Belém participa de uma homenagem ao filho na Casa do Estudante do Brasil e inaugura uma estátua de Edson

Luis na Praça Ana Amélia, no Centro do Rio, atos organizados pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, pela prefeitura e por entidades estudantis. Dali, cerca de quatro mil estudantes devem sair em passeata em defesa da educação.

— Mais do que uma estátua para o Edson Luis, gostaria mesmo é que o governo me desse uma pensão vitalícia para eu viver meus últimos anos de vida sem apreensão.

Ela vive com a pensão de um salário mínimo que recebe do governo do estado, como viúva do vigia Manuel da Silva Rocha, que morreu de derrame cerebral há 23 anos.

De Edson Luis, nascido de uma relação passageira na juventude, dona Maria de Belém lembra com carinho, inclusive de seu maior sonho — se formar em engenharia civil — e de sua maior promessa: dar uma casa à mãe.

— Meu filho foi assassinado antes de poder cumprir a promessa.

O GLOBO NA INTERNET
VIDEO www.oglobo.com.br/pais

Estadão – 28/03/2008

Bancoop arrecadava para o PT, suspeita promotor

Há registro de 6 pagamentos às vésperas de eleição como doação ao partido

Ricardo Brandt

A Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop), criada por cardeais do PT há 12 anos e investigada pelo Ministério Pùblico por supostas fraudes contra 3 mil mutuários, agora està na mira das autoridades por causa de suas ligações com o partido. A Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo recebeu ontem cùpia de documentos que indicariam o uso da cooperativa para arrecadação de recursos de caixa 2 para campanhas petistas em 2002 e 2004.

O promotor José Carlos Blat, responsável pela parte criminal das investigações, encaminhou ontem o inquérito para a procuradoria. Entre os papéis há um controle bancário da empresa Mizu Gerenciamento e Serviços que registra seis pagamentos de baixos valores feitos em outubro de 2002 - às vésperas do segundo turno das eleições. Os pagamentos constam como "Doação PT". As supostas doações não estão declaradas.

A Mizu, segundo Blat, é uma empresa criada por dirigentes da Bancoop para fornecer materiais para as obras da cooperativa e desviar os recursos obtidos. "Temos indícios fortes de que a Bancoop serviu não só para favorecer seus dirigentes, mas também para abastecer o caixa 2 do PT", afirmou. Blat acrescentou que a Mizu, a Germany Comercial e a Mirante Artefatos de Concreto são empresas de fachada criadas por dirigentes da entidade.

No inquérito há ainda o depoimento de um empreiteiro que prestou serviços à Bancoop. Ele disse que era obrigado a superfaturar as notas fiscais. Mas negou saber que o destino dos recursos eram as campanhas do PT. Entre os investigados está o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), que foi fundador da cooperativa.

Ontem, dois homens foram flagrados tentando retirar documentos que estavam guardados em um dos prédios erguidos pela cooperativa.

NENHUM PROBLEMA

Berzoini minimizou as investigações e negou a existência de "relacionamento financeiro" entre a Bancoop e o partido. De acordo com ele, a denúncia é requerida. "Sou um alvo importante por ser presidente do PT, principalmente considerando que é ano eleitoral", afirmou.

O petista disse que deixou a gestão da entidade em 2002 e ela nunca passou por nenhum tipo de problema. A Bancoop, por meio de nota, informou que nunca fez contribuição a campanhas e que as acusações feitas são improcedentes.

COLABOROU CLARISSA OLIVEIRA

Braço direito de Dilma fez dossiê contra família FHC

Ordem para reunir dados sigilosos partiu de secretária-executiva da Casa Civil

Erenice Guerra nega ter se reunido com secretários do ministério para discutir "levantamento de dados de suprimento de fundos"

Folha de São Paulo - LEONARDO SOUZA, MARTA SALOMON, ANDREZA MATAIS

Partiu da secretária-executiva da Casa Civil, braço direito da ministra Dilma Rousseff, a ordem para a organização de um dossiê com todas as despesas realizadas pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sua mulher Ruth e ministros da gestão tucana a partir de 1998. O banco de dados montado a pedido de Erenice Alves Guerra é paralelo ao Suprim, o sistema oficial de controle de despesas com suprimentos de fundos do governo.

O governo nega tratar-se de um dossiê. A interlocutores Erenice se responsabiliza pela decisão de organizar processos de despesas de FHC, isentando a chefe de ter tomado a decisão. Ela é conhecida como "faz-tudo" de Dilma, sendo a funcionária mais próxima da ministra que Luiz Inácio Lula da Silva vê como presidenciável para 2010.

Quando o trabalho começou a ser feito, corriam as negociações no Congresso para investigar gastos com cartões corporativos do presidente Lula. Por pressão de governistas, as investigações recuariam ao período de governo tucano. O banco de dados avançara sobre parte do material guardado no arquivo morto, num dos prédios anexos do Planalto.

Um dos relatórios produzidos na Casa Civil, a que a Folha teve acesso, mostra que os dados foram organizados de forma diversa do Suprim (Sistema de Controle de Suprimento de Fundos), que tem os registros dos gastos do período Lula.

Com 13 páginas, o documento registra detalhes, fora da ordem cronológica, de diversos gastos, com ênfase nos feitos pela ex-primeira-dama Ruth e naqueles que envolvem bebidas e itens como lixas de unha.

Na primeira semana após o Carnaval, segundo a Folha apurou, Erenice marcou reunião no Planalto com membros da Secretaria de Administração, da Secretaria de Controle Interno da Presidência e de outras áreas da Casa Civil.

Solicitou que fossem cedidos funcionários de cada área para que se criasse uma força-tarefa encarregada de desarquivar documentos referentes aos gastos do governo anterior a partir da rubrica suprimento de fundos, que inclui cartões corporativos e contas "tipo B" (despesa justificada por nota depois de o servidor receber uma determinada verba).

A Folha apurou que Erenice justificou a empreitada aos subordinados alegando ser preciso fazer o levantamento para atender a eventuais demandas da CPI dos Cartões e destacou sua chefe-de-gabinete, Maria de La Soledad Castrillo, para coordenar os trabalhos.

Por meio de sua assessoria, Erenice negou que tivesse tido reunião com os secretários de Controle Interno e da Secretaria de Administração e Diretoria de Logística, "para discutir qualquer tipo de assunto referente a levantamento de dados de suprimento de fundos".

Mas confirmou que a Casa Civil está alimentando banco de dados com informações do suprimento de fundos entre 1998 e 2002 e admitiu que a gestão da base de dados é da Secretaria de Administração e o trabalho envolve áreas de Tecnologia da Informação, Orçamento e Finanças e Logística.

A seleção e a organização de despesas do governo FHC durou um mês e meio, até os primeiros lançamentos das despesas no Suprim - que seria o destino das informações. Com a publicação da última edição da revista "Veja", em que trechos do relatório com 13 páginas a que a Folha teve acesso ontem foram divulgados, os dados passaram a ser digitados diretamente no Suprim.

Por isso a Casa Civil afirma que as informações "vazadas" à imprensa seriam fragmentos de relatórios de gastos ainda em fase de digitação.

PERFIL:**ERENICE FOI CONSULTORA DE MINISTRA NAS MINAS E ENERGIA**

Fiel escudeira da chefe da Casa Civil, Erenice Alves Guerra foi consultora jurídica de Dilma no Ministério das Minas e Energia, pasta que a ministra ocupou antes de substituir José Dirceu. Advogada e ex-funcionária da Eletrobrás, Erenice costuma tocar o dia-a-dia da Casa Civil. Ligada ao PT, trabalhou no governo do DF na gestão do então petista Cristovam Buarque.

Papel da Casa Civil destaca despesas atribuídas a Ruth

Material produzido no Planalto detalha gastos sigilosos com bebidas e guloseimas durante o governo Fernando Henrique

Governo nega se tratar de dossiê contra o antecessor; dados, que parecem ter sido "pinçados", citam nome de ex-primeira-dama 23 vezes

Folha de São Paulo - ANDREZA MATAIS

A Casa Civil reuniu em 13 páginas informações sobre gastos com suprimento de fundos -as chamadas contas B - e cartões corporativos do governo Fernando Henrique Cardoso.

O documento, que o Palácio do Planalto nega se tratar de um dossiê, destaca observações sobre determinados tipos de despesas, principalmente com bebidas e guloseimas. Não há, nas informações reunidas sobre o governo anterior, uma seqüência de datas ou de padrão, dando a impressão de que podem ter sido pinçados.

Há diferença no padrão de letra e alguns gastos estão grafados em maiúscula, como por exemplo marca de cerveja. Foram revelados gastos com alimentação, cosmético, farmácia, bebidas, doces como balas e chicletes, e até com a compra de ingressos de cinema, parque temático e jardim zoológico e escova de dente.

O documento, que teve trechos divulgados pela revista "Veja" e ao qual a Folha teve acesso ontem, revela quem fez os gastos. Quando os gastos foram feitos a pedido da ex-primeira-dama Ruth Cardoso e de alguns ministros, tal informação aparece em destaque.

O nome do ex-presidente Fernando Henrique não é citado, mas há pelo menos uma referência a gasto realizado "para atender despesas com viagem do PR [presidente]". No caso, um jantar contratado do restaurante Fasano, de São Paulo, que o documento diz ter sido servido no Palácio do Alvorada, no dia 3 de março de 1998, no valor de R\$ 2.640.

Já o nome de Ruth Cardoso aparece 23 vezes. Na maioria delas, relacionado a despesas com locação de veículos que somam R\$ 39.966,32, mas há também gastos com hospedagens em hotéis com ela e o ex-ministro Aloysio Nunes Ferreira (Justiça e Secretaria Geral). O ex-ministro afirmou que viajou para o Rio a serviço e que se hospedou no Copacabana Palace por falta de hotel disponível.

Os ex-ministros Eduardo Jorge (Secretaria Geral) e Clovis Carvalho (Casa Civil e Desenvolvimento) são citados. O documento mostra gasto de ambos mais da ex-primeira-dama no valor de R\$ 3.133,85 com locação de veículo.

O "relatório de suprimento de fundos" cita, por exemplo, a compra de 30 toucas de banho (R\$ 21), 144 lixas de unha (R\$ 14,40), 24 sabonetes infantil e 6 inseticidas (R\$ 44,34), balinhas sortidas que destaca ser "com licor, inclusive" (R\$ 106,90), óculos de natação (R\$ 43,90), rondeli de espinafre (R\$ 33), unha postiça (R\$ 12,17), óleo para o corpo (R\$ 73,70) da marca Seve, escova de dente (R\$ 100,57).

FHC já autorizou que o governo divulgue dados considerados sigilosos do seu gabinete e de seus familiares. Sobre o documento, ele considerou, em carta enviada ao Senado, que há "evidente intenção política de confundir a opinião pública com a divulgação de informações parciais e distorcidas".

EQUIPE DE FHC:**EX-MINISTROS PEDEM ABERTURA DE SEUS GASTOS**

Folha de São Paulo

O senador Arthur Virgílio (PSDB) e o deputado Raul Jungmann (PPS), ambos ex-ministros de Fernando Henrique Cardoso, foram ao Palácio do Planalto pedir dados sobre seus gastos durante o período em que estiveram no governo e pedir que o presidente Lula divulgue suas despesas. O pedido de abertura de gastos se estendeu ao deputado Paulo Renato Souza (PSDB), também ex-ministro, que não pode ir.

Oposição dribla CPI e pedidos sobre gastos passam no Senado

Folha de São Paulo:

A oposição conseguiu aprovar ontem na Mesa Diretora do Senado 47 requerimentos de informação sobre gastos com cartões corporativos em todos os ministérios e as secretarias especiais do governo, no período entre 2003 e 2007.

Os pedidos foram apresentados pelos senadores tucanos Arthur Virgílio (AM) e Álvaro Dias (PR), para enfrentar a maioria governista na CPI dos Cartões, que tem impedido a aprovação de requerimentos.

"Encaminhamos esses pedidos imaginando que teríamos dificuldades em aprová-los na CPI dos Cartões", disse Dias.

O pedido de requerimentos de informação da Mesa Diretora do Senado ao Executivo é previsto pela Constituição. As perguntas são destinadas ao dirigente do órgão, que tem até 30 dias para respondê-las.

FAP realiza seminário sobre Declaração de 58 nos dias 28 e 29 de março

A Fundação Astrojildo Pereira (FAP) realiza nos dias 28 e 29 de março, na cidade do Rio de Janeiro, um Seminário Nacional reunindo políticos, intelectuais e demais interessados em política para relembrar a Declaração Política de Março de 1958, lançada pelo então Partido Comunista Brasileiro (PCB). O evento pretende não apenas destacar a importância histórica do documento, mas examinar as razões dele determinantes, a possível vigência dos posicionamentos de então e identificar quais seriam os pressupostos de uma possível Declaração Política de Março de 2008.

O ato solene de abertura será no dia 28 (sexta-feira), às 18 horas, no auditório da Associação Brasileira de Imprensa (Rua Araujo Porto Alegre, 71 – Centro). O local foi escolhido para homenagear a ABI, pelo seu primeiro centenário de fundação, e o seu atual presidente, jornalista Maurício Azevedo. Às 19 horas, os presidentes da FAP (Stepan Nercessian) e do Partido Popular Socialista (Roberto Freire), comporão a Mesa de intelectuais e políticos (o jornalista e ex-dirigente partidário Armenio Guedes, o único redator vivo do documento, será um dos expositores) que vão debater Razões determinantes da Declaração de Março de 1958 e sua importância histórica.

No dia seguinte, 29 (sábado), num dos auditórios do Hotel Novo Mundo (Praia do Flamengo, 20), haverá as Mesas de Debates: das 9h às 13h – O Brasil de hoje e a validade das idéias da Declaração de 1958; das 15h às 19h - Idéias para uma Declaração de Março de 2008.

A FAP também preparou um site ([clique aqui e acesse](#)) sobre o evento com informações sobre o seminário e um fórum de discussão e troca de idéias.

Edisio Sobreira Gomes de Matos Filho

De: edimar josé silva junior [edimar.junior@yahoo.com.br]

Enviado em: quinta-feira, 27 de março de 2008 09:28

Para: Sen. Arthur Virgílio Neto

Assunto: BANCOOP

Sobre senador:

Deus está do nosso lado. Esse escândalo da Bancoop nos dará a chance de desmascarar de vez a máfia petista e expulsar definitivamente qualquer ambição política futura dessa organização criminosa. Rogamos que V.Exa. com a liderança que tem mobilize a oposição para, de forma unânime, levar o assunto à tribuna do senado, e quem sabe de imediato, instalar CPI, no senado, para investigar essa trama diabólica, que envolve roubo, extorsão, crime eleitoral e até assassinato (vide Celso Daniel).

Tente abraço.

Edimar Junior

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Adelmir Santana.

Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Adelmir Santana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Agradeço, Senador Arthur Virgílio. Parabenizo V. Ex^a pela bravura de sempre e lhe desejo uma boa viagem até o Rio.

Concedo a palavra ao nobre Senador Adelmir Santana.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, várias vezes vim à tribuna desta Casa falar sobre cursos profissionalizantes. Já estive aqui, inclusive, louvando, mesmo como Senador da Oposição, o Presidente Lula pela ampliação que propõe, por meio do PAC da Educação, da criação de várias escolas técnicas em todos os Estados brasileiros.

Vim aqui e fiz um comparativo, em certa oportunidade, desse crescimento do número de escolas técnicas, como bem disse, iniciadas em 1909, com os cursos iniciais de Nilo Peçanha, depois ampliadas no Governo Vargas, que agora ultrapassam a casa de 200 escolas – é o prometido. Isso é bom para o nosso País, é importante para o desenvolvimento, para a empregabilidade dos nossos jovens e merece, certamente, o aplauso de todos nós.

Entretanto, chamam minha atenção as publicações dos jornais de hoje que fazem referência às críticas ao Sistema S, anunciadas pelo Ministro de Educação, Fernando Haddad, com propostas de mudanças no repasse das verbas dessas entidades, que, como todos sabemos, são entidades privadas, criadas lá atrás pelo sistema privado para funcionar como coadjuvante na formação da mão-de-obra brasileira.

As críticas ao Sistema S são infundadas, na minha visão. São instituições que estão no Brasil há mais de 60 anos e que têm demonstrado sua eficiência nesses vários anos, como processo de contribuição na formação de mão-de-obra, processo esse reconhecido por todos nós. Reconhecido, inclusive, pela figura máxima que ocupa a Presidência da República, o Presidente Lula, que foi, no passado, um dos alunos do Senai.

V. Ex^a também já fez declarações aqui, Senador Mesquita, de ser egresso de cursos técnicos do Senai. Eu, particularmente, sou egresso de escola técnica do Governo Federal.

As críticas que se fazem ao Sistema S nos deixam extremamente preocupados, porque sabemos que os programas de governo quase sempre não têm essa continuidade, como é o caso do Sistema S, que, como eu disse aqui, há mais de 60 anos atuam no Brasil. A

alegação é de que os cursos não atendem aos interesses da população. Dizem que a legislação atual é falha e permite a falta de transparência nesse setor. Chegam a afirmar que esses cursos elitizam os alunos.

Afirmar que essas instituições não são fiscalizadas, que são uma caixa preta, na verdade, é desacreditar no próprio Tribunal de Contas da União, na CGU e nos organismos fiscalizadores das próprias instituições, cuja composição, em sua maioria, é de representantes do Governo. Portanto, é uma afirmação que nos deixa extremamente preocupados.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Adelmir, vou-me valer aqui do precedente fixado pelo Senador Mão Santa, de apartear presidindo a Mesa, para dizer a V. Ex^a que eu também estranho essa crítica que V. Ex^a reproduz do Ministério da Educação em relação ao Sistema S.

Ora, se pensa assim o Ministério da Educação em relação ao Sistema S, por que o Governo brasileiro patrocinou – estive com V. Ex^a recentemente na capital do Timor Leste, em Díli –, empenhou-se na ida do Senai para o Timor Leste? Está lá o Senai instalado no Timor Leste, formando quadros técnicos naquele país tão sofrido por tantos conflitos, não é mesmo?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – E carente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Ora, se o Governo brasileiro não acredita no Sistema S, não acredita no Senai, por exemplo, por que patrocina, então, a ida do Senai ao Timor Leste? É uma contradição, Senador Adelmir.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Eu queria apenas trazer esse fato à baila para ilustrar e demonstrar também a minha preocupação e o meu espanto.

Quem sabe não está aí em curso uma tentativa velada de substituir – e sem competência, diga-se de passagem... O Governo, quando anuncia a instalação de duas centenas de escolas técnicas no País, devia estar se mirando no exemplo do Sistema S e instalar milhares de escolas técnicas no País – isso, sim, seria uma tarefa grandiosa – em parceria com o Sistema S, que presta, já prestou e prestará ainda ao Brasil serviços inestimáveis, formando jovens, formando quadros técnicos neste País. Tem alimentado nossas indústrias, tem alimentado o nosso sistema produtivo com mão-de-obra especializada, com mão-de-obra bem formada. Só o Sistema S em nosso País foi capaz, até agora, de fazê-lo.

Desculpe-me o aparte e prossiga em seu discurso.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – O aparte de V. Ex^a só engrandece as nossas observações.

Eu tive a oportunidade, juntamente com V. Ex^a, de visitar essa unidade do Senai no Timor Leste – veja –, fugindo das fronteiras brasileiras, a pedido, certamen-

te, do Governo para se estabelecer naquele país que necessita, efetivamente, de programas como esse.

Mas o que me assusta é que, "para o MEC, a legislação atual é falha e permite a falta de transparência na destinação dos recursos, assim como deixa de atender à população mais pobre, que deveria ser alvo das ações educacionais". Ora, não é possível que tenhamos de aceitar declarações dessa natureza.

Essas instituições foram criadas com finalidades bem específicas: o Senac, voltado para as atividades de comércio e serviço; o Senai, voltado para as atividades industriais; o Senar, para as atividades rurais. São coordenadas e administradas pelas confederações correspondentes, mas, nem por isso, deixam de ser fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, como eu disse, pela CGU e pelo conselho fiscal de cada uma dessas entidades, conselho fiscal esse, Sr. Presidente, que tem, dos cinco componentes, três indicados por organismos governamentais.

Então, essa afirmação é uma descrença nos organismos que fiscalizam essas instituições.

Uma outra alegação é de que esses recursos devem ser destinados a cursos técnicos. Esse é um processo que está em andamento. Já existem no Senac, por exemplo, mais de 200 cursos técnicos.

Ora, se nós estamos criando várias escolas técnicas com mais esse número de cursos técnicos em várias unidades do Senac, uma coisa complementa a outra. Entretanto, não podemos descuidar de cursos básicos – o que as escolas técnicas não farão –, exatamente de profissões menores, não no sentido do valor profissional, de menor qualificação, no caso, um **pizzaiolo**, um **barman**, um açougueiro, um comerciário de **telemarketing**, de teleatendimento; são cursos tão necessários quanto os cursos técnicos existentes.

Outra grande alegação é de que os cursos são pagos. É verdade. Paga-se uma taxa, sim, mas existe uma infinidade de cursos gratuitos. Aqui no Distrito Federal, por exemplo, nós temos 14 cursos técnicos. E hoje temos matriculados mais de três mil alunos nesses cursos técnicos, que são avaliados pelo Ministério da Educação e, mais precisamente, pelo Conselho de Educação de cada Estado brasileiro.

Desses três mil alunos que estão nos cursos técnicos do Senac – pasmem, senhores! –, dois mil são bolsistas que fazem os cursos sem despesar recursos para freqüentar as aulas. Por que isso? Porque o Governo do Distrito Federal, de José Roberto Arruda, entendendo os nossos apelos, entendendo a necessidade de formação de mão-de-obra, celebrou um convênio com o Senai e com o Senac que permite aos alunos da escola de segundo grau se matricularem depois de fazer testes. Fazem um concurso para entrar, porque não se pode contemplar a todos, são muitos. Não temos capacidade instalada para dar curso a todos. Certamente, com a criação de mais de duzentas escolas técnicas, vamos atender a um volume maior de população. O Governo do Distrito Federal, como eu

disse, banca, com uma pequena taxa e dando vale-transporte a esses alunos, a sua freqüência aos cursos profissionalizantes do Senac e do Senai.

Esse exemplo, Sr. Presidente, deveria ser seguido por todos os Estados brasileiros e também pelo Governo Federal. Se não tiver condições de absorver nas escolas técnicas todos os alunos que desejam fazer os cursos técnicos, que faça um convênio com essas instituições, para aproveitar o equipamento instalado e a experiência de mais de 60 anos, fazendo com que os alunos saiam do segundo grau com maior capacidade de enfrentar o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, quando ouço esse noticiário tão forte em todos os jornais brasileiros, começo a me preocupar, porque é muito fácil querer fazer as coisas com recursos que parecem públicos, mas não o são. O importante é que façamos a associação desses recursos, que são privados, com recursos públicos das escolas técnicas para dotar o País de capacidade de trabalho dos jovens, por meio de uma melhor formação profissional.

O meu objetivo, portanto, é chamar a atenção desta Casa, porque ontem foi anunciado o encaminhamento de um projeto visando modificar sobremaneira o Sistema S, naturalmente com os mesmos recursos, mas criando fundos que passarão a ser administrados não sei de que forma, objetivando, naturalmente, alterar uma programação que vem de longe, há mais de 60 anos...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Tomara que não seja pelo Bancoop.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Assusta a todos nós. Mas, como o projeto virá para esta Casa, tenho certeza de que aqui, com o nosso trabalho, haveremos de rejeitar qualquer que seja a alteração que vise estatizar uma coisa que vem dando certo nos últimos 60 anos.

Sr. Presidente, também quero aproveitar para fazer referência ao dia de ontem, quando tivemos a oportunidade de comemorar um ano de criação do Democratas. O Presidente Paulo Souto, do Democratas da Bahia, realizou um encontro onde se faziam presentes mais de 30 Deputados Federais, inúmeros Senadores, o Presidente do Partido, Rodrigo Maia, o nosso Líder José Agripino, o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, e uma série de outros companheiros do Democratas. Uma festa muito importante, na Bahia, da qual participamos. Naquela oportunidade, foi lançada a pré-candidatura a Prefeitura de Salvador do Deputado ACM Neto. Foi uma festa digna da Bahia, um movimento pelo qual se tentam resgatar os interesses da cidade de Salvador, o que foi extremamente aplaudido pela população local, com uma conotação da grandiosidade do Democratas naquele Estado.

Faço este registro porque saí de lá emocionado com as homenagens que se prestaram à família de Antonio Carlos Magalhães, à sua esposa e à família do nosso companheiro ACM Júnior, pai do Deputado ACM

Neto. Foi uma festa, efetivamente, de grande importância, coordenada pelo ex-Governador Paulo Souto.

Parabéns à Bahia!

Parabéns ao Democratas pela comemoração do primeiro ano de sua existência!

Ministro Haddad, é melhor que V. Ex^a tome maiores informações. Esse Sistema, por ser privado, certamente, peca por um motivo: não fazer propaganda das suas ações, não divulgar, de forma clara, os resultados alcançados nesses 60 anos, mas, certamente, vamos rechaçar qualquer que seja a alteração que vise diminuir a sua eficiência e a sua presença em todos os Estados brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Quanto a isso V. Ex^a pode estar certo: formarei fileira com V. Ex^a para rejeitar e rechaçar qualquer tentativa que não seja de aprimoramento, porque tudo na vida é passível de aprimoramento. Quanto ao que seja para desvirtuar o Sistema S, formaremos fileira com V. Ex^a e o rechaçaremos nesta Casa.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Não há mais oradores inscritos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 14 minutos.)

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 576 , de 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do processo nº 20.645/03-1,

RESOLVE alterar o Ato do Diretor-Geral nº 5385, de 2003, que aposentou voluntariamente com proventos proporcionais o servidor **GERVÁSIO JOSÉ DOS SANTOS**, Técnico Legislativo NM 30, nos seguintes termos: onde se lê, "com a vantagem prevista no art. 1º da Resolução (SF) nº 74/1994", leia-se, "com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 74, de 1994".

Senado Federal, em 28 de março de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia	Rio Grande do Sul	Amazonas
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)	Bloco-PT - Paulo Paim*	Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
Bloco-PR - César Borges*	PTB - Sérgio Zambiasi*	PDT - Jefferson Peres*
PDT - João Durval**	Maioria-PMDB - Pedro Simon**	Bloco-PT - João Pedro** (S)
Rio de Janeiro	Ceará	Paraná
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*	PDT - Patrícia Saboya*	Bloco-PT - Flávio Arns*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)	Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*	PDT - Osmar Dias*
Bloco-PP - Francisco Dornelles**	Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**	Minoria-PSDB - Alvaro Dias**
Maranhão	Paraíba	Acre
S/PARTIDO - Lobão Filho* (S)	Minoria-DEM - Efraim Morais*	Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*	Maioria-PMDB - José Maranhão*	Júnior*
PTB - Epitácio Cafeteira**	Minoria-PSDB - Cícero Lucena**	Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Pará	Espírito Santo	Mato Grosso do Sul
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)	Maioria-PMDB - Gerson Camata*	Bloco-PT - Delcídio Amaral*
PSOL - José Nery* (S)	Bloco-PR - Magno Malta*	Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**	Bloco-PSB - Renato Casagrande**	Minoria-PSDB - Marisa Serrano**
Pernambuco	Piauí	Distrito Federal
Minoria-DEM - Marco Maciel*	Minoria-DEM - Heráclito Fortes*	Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*	Maioria-PMDB - Mão Santa*	PDT - Cristovam Buarque*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**	PTB - João Vicente Claudino**	PTB - Gim Argello** (S)
São Paulo	Rio Grande do Norte	Tocantins
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*	Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*	Bloco-PR - João Ribeiro*
PTB - Romeu Tuma*	Minoria-DEM - José Agripino*	Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**	Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**	Minoria-DEM - Kátia Abreu**
Minas Gerais	Santa Catarina	Amapá
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*	Bloco-PT - Ideli Salvatti*	Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)	Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)	Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**	Minoria-DEM - Raimundo Colombo**	Maioria-PMDB - José Sarney**
Goiás	Alagoas	Rondônia
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*	Minoria-PSDB - João Tenório* (S)	Bloco-PT - Fátima Cleide*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*	Maioria-PMDB - Renan Calheiros*	Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**	PTB - Fernando Collor**	Bloco-PR - Expedito Júnior**
Mato Grosso	Sergipe	Roraima
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)	Maioria-PMDB - Almeida Lima*	Bloco-PT - Augusto Botelho*
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*	Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*	Maioria-PMDB - Romero Jucá*
Minoria-DEM - Jayme Campos**	PSC - Virginio de Carvalho** (S)	PTB - Mozarildo Cavalcanti**
Mandatos		

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGs

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Colombo (DEM-SC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁹⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹²⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,8)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁰⁾	
Fátima Cleide (PT-RO)	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(2,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
Sibá Machado (PT-AC) ⁽³⁾	
 Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Peres (AM)	
PDT/PSOL ⁽¹¹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. Senador Raimundo Colombo foi eleito em 3.10.2007.
8. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
9. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
10. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
11. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
12. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Conforme indicações das Lideranças, a Presidência designa os seguintes Senadores e Senadoras para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Paulo Paim (PT-RS)
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. VAGO
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 5 titulares

Leitura: 05/03/2008

Prazo final: 03/06/2008

TITULARES
Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
VAGO

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS
PELO INPE**

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/03/2008
Prazo final: 22/12/2008

**3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO
DE PROCESSO PENAL**

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: titulares

Leitura: 25/03/2008

TITULARES

VAGO

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Ideli Salvatti (PT)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Sibá Machado (PT)
Renato Casagrande (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB)
Expedito Júnior (PR)	6. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	7. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
	8. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	9. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. VAGO ⁽⁴⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
João Vicente Cláudio	
Gim Argello	
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Slihessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) (2)
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) (2)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
 Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (7)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
Notas:	
1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).	
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).	
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.	
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
7. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. n° 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB n° 19/2008 - DSF 22.02.2008).	

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO (2)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
 Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. VAGO ⁽¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3972**Fax:** 3311-4315**E-mail:** scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3311-3972
Fax: 3311-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽²⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
VAGO ⁽¹⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shlessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽³⁾	5. Expedito Júnior (PR)
 Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO (4)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maoria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Sliessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁶⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(2,3)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁵⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁷⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. VAGO ⁽¹⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(4,8)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽¹⁰⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO
Notas:	
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.	
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.	
3. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.	
4. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.	
5. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 19/10/2007.	
6. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).	
7. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
8. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.	
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
10. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. VAGO

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Shessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
VAGO ⁽¹⁾	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁸⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Fernando Collor	
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres
Notas:	
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.	
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).	
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).	
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	
8. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).	

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone(s): 3311-3496

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Fax: 3311-3548

E-mail: scomcre@senado.gov.br

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
 Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclydes Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
 Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO
Notas:	
1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)	
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).	
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).	
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.	
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.	

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao**Reuniões:** TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA**Telefone(s):** 3311-4607**Fax:** 3311-3286**E-mail:** scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁶⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ^(2,3)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽⁴⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽⁷⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. VAGO ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti	
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
4. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira**Reuniões:** QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -**Telefone(s):** 3311-4282**Fax:** 3311-1627**E-mail:** scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Marcello Varella**Reuniões:** QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Tenório (PSDB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
VAGO ⁽¹⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Sérgio Zambiasi	
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	

Atualização: 23/11/2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral:
19/04/1995

4^a Eleição Geral:
13/03/2003

2^a Eleição Geral:
30/06/1999

5^a Eleição Geral:
23/11/2005

3^a Eleição Geral:
27/06/2001

6^a Eleição Geral:
06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shiessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1^a Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5^a Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
10. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007

MEMBROS**PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMVAGO ⁽¹⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007**Notas:**

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada no período de 20/03 a 18/07/2008.
2. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3311-5255 **Fax:** 3311-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)²

Vice-Presidente: Deputado George Hilton (PP-MG)²

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz (PSDB-RS)²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIRO SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PMDB/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (Vago) ¹
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 8.2.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

² Eleito em 14.8.07, para o biênio 2007-2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/07, de 28.11.07, do Líder do PSDB, Dep Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.07

¹ Vago em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17.07.2007.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> VALDIR RAUPP PMDB-RO
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> MARCONDES GADELHA PSB-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-5255 e 3311- 4561
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:
Vice-Presidente:

LEI N° 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ Constituída na 11^a Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 6.3.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-5258 e 3311-4561

scop@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



CONSELHOS AOS
GOVERNANTES

Isócrates
Platão
Kautilya
Maquiavel
Erasmo de Roterdã
Miguel de Cervantes
Mazarino
Maurício de Nassau
Sebastião César de Meneses
D. Luís da Cunha
Marquês de Pombal
Frederico da Prússia
D. Pedro II

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

Volume 15

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 100 PÁGINAS